

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil confirmada pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

REVISTA ABCP

UNITED NATIONS
ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL

Fundada no dia 7 de Fevereiro de 1982 simbolicamente na Cidade de Uberlândia-MG e Registrado no 5.o Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital (5.o RTD) sob n.o 12.196-Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10-01-1991-Protocolada na Presidência da República Federativa do Brasil (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25-06-2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da Republica em 04-07-2003,Protocolada na Secretaria Nacional de Politicas Sobre Drogas(SENAD) sob no 00187-001142-2002-23 arquivada na ECOSOC/ESANGO ONU sob n.o 651958

40 ANOS A SERVIÇO DO BRASIL

BOLSONARO BRASIL ACIMA DE TUDO DEUS ACIMA DE TODOS



Embaixadora da WPO Sueli Roriz

Raquel Fiúza, Alta Comissária de Direitos Humanos da WPO

Embaixador da WPO na America Waldemar Adílio recepcionando o Presidente para o almoço com Brasileiros

Embaixador da Paz
Celso Dias Neves
Registro 781504

Volunteers

inspiration in action

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil



EDITORIAL.

O Brasil vive o momento mais importante como existência de sua república.

Nosso Brasil existe uma galeria de heróis que passaram pela política, muitos membros in memoriam da ABCP, mas nunca comparado ao Presidente Jair Messias Bolsonaro que veio para reescrever a história do Brasil.

Sua política de tolerância zero relativo a corrupção fez nestes quatro anos muitos inimigos os mais importantes o Legislativo e o Judiciário.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil
Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

Sua preocupação foi dirigida ao mais pobres, na pandemia decretou o auxílio
emergencial, lembrando que o Brasil e o único país a pagar até hoje o auxílio e países de
primeiro mundo mal conseguiram pagar alguns meses, provando que com honestidade
governando para o povo se consegue socorrer e fazer crescer o Brasil.

Após várias matérias na Revista WPO NEWS do WPO World Parliament of Security And
Peace sobre as privatizações do setor ferroviário, apontando a revista a necessidade de
ampliação da malha ferroviária, alias a menor do mundo necessitando ampliar mínimo
25.000 quilômetros, para escoar o agronegócio para o exterior via trem até os portos,
em resposta pessoal do Presidente Bolsonaro em ofício alegou estar em pauta a
reivindicação e cumpriu a promessa da expansão das linhas ferroviárias já em ação.

E difícil consertar anos e anos de erros políticos num só mandato.

O Brasil vive hoje um grande dilema viver na Luz ou nas Trevas, quem se omitiu de votar
no primeiro turno terá que escolher seu próprio futuro

Celso Dias Neves

Embaixador da Paz

Voluntario da ONU n.o 781504

Brazil is living the most important moment as the existence of its republic.

Our Brazil has a gallery of heroes who went through politics, many members in
memoriam of the ABCP, but never compared to President Jair Messias Bolsonaro who
came to rewrite the history of Brazil.

His zero tolerance policy regarding corruption made many enemies in these four years,
the most important ones the Legislative and the Judiciary.

His concern was directed to the poorest, in the pandemic decreed the emergency aid,
remembering that Brazil is the only country to pay the aid until today and first world

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil
Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

countries could barely pay a few months, proving that with honesty governing for the
people can help and make Brazil grow.

After several articles in the magazine WPO NEWS of the WPO World Parliament of
Security and Peace on the privatization of the railroad sector, the magazine pointed out
the need for expansion of the railroad network, alias the smallest in the world needing
to expand at least 25,000 kilometers, to distribute the agribusiness abroad by train to
the ports.

It is difficult to fix years and years of political mistakes in a single mandate.

Brazil lives today a great dilemma to live in the Light or in the Darkness, those who
omitted to vote in the first round will have to choose their own future.

Celso Dias Neves

Ambassador of Peace

UN Volunteer No. 781504

A ABCP nasceu de um sonho de ter uma liderança independentemente de partidos políticos, na Rua
Tobias Inácio número 49 Uberlândia Minas Gerais, residência do Dr. Rubens Carvalho Presidente da
Academia de Letras do Brasil Central, sua residência onde ocorreram grandes encontros com políticos
que fizeram a história do Brasil acontecer, em São Paulo na Praça da Sé marco zero de São Paulo, lá
estava eu e o Coronel Marcelo Orlando Ribeiro Coronel da Policia Militar do Estado de São Paulo (in
memoriam), um fato ocorreu nessa manifestação que me fez pensar e repensar como a sociedade era
hipócrita racista, estávamos encostados no muro ao lado de uma farmácia existente na Praça da Sé até
hoje, e um soldado da PM troncudo, pedindo documentos para todo mundo e descendo a “borracha
democrática” até chegar a nós, se dirigindo direto ao Coronel Marcelo, um gentlemen, homem de uma
educação extremada, vestindo terno muito elegante, o PM bateu no peito dele com o cassetete de
borracha pra ocasiões como manifestações e lhe disse “hoje a banana ira comer o macaco” gelei na
hora, ele elegantemente com a mão afastou o cassetete e o PM ainda e folgado, do nada aparece um
tenente que comandava ali a tropa e bateu continência ao Coronel Marcelo, dizendo, e uma honra
senhor estar em vossa presença, o coronel era uma lenda da PM Ex Inspetor da extinta Guarda Civil
encorpou a Guarda fundando a PM de São Paulo, ao responder a indagação do tenente ele disse que

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil
Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

hoje era o dia segundo o soldado da “banana comer o macaco” nem precisa dizer que o tenente na hora
prende e recolheu ao quartel o PM, isso me marcou profundamente, o Coronel não liderava nenhum
movimento negro, mas o fato em minha mente não poderia deixar passar em branco, comecei a luta
até conhecer o Deputado Federal Carlos Alberto Caó de Oliveira que juntamente com ele lutamos e
aprovamos a Lei do preconceito racial hoje lei modelo para o mundo através da ONU.

O que me levou a militar na luta dos direitos civis, quando tinha oito anos era apaixonado por
helicóptero, e o caminho do Colégio Dom Pedro II até minha casa todos os dias, vi um helicóptero da
força aérea vindo rumo ao pouso num campo de futebol atrás da Matriz de São Miguel Paulista,
pousaram saiu um oficial se dirigindo a Igreja, um dos pilotos me dizia menino vai embora daqui, eu,
porque, repetiu isso várias vezes, eu disse alto e bom som não, em poucos minutos sob rumo ao
helicóptero o oficial e o padre, pasmem, nunca mais o padre foi visto, isso era 1965, tal evento foi uma
comoção em São Miguel, entre lágrimas e silêncio a vida continuou, aquela imagem do padre subindo
no helicóptero em seu semblante hoje sei o que ocorreu com ele, nunca mais saiu de minha mente, por
questão de bebidas sem casa muitas brigas acabei fugindo sem rumo, viver na rua era melhor que em
casa, assim achava eu, mas algo mais forte que minhas forças me fez fazer isso, tinha vergonha de
pedir comida aos outros, então ficava na porta da pastelaria e o resto de pasteis pegava e comia, até
que um dia na Avenida Celso Garcia passei em frente a antiga FEBEM, um cheiro delicioso de comida
me chamou atenção, cheguei no porteiro perguntei o que era aquilo ele me explicou e eu a ele minha
situação, chamou uma assistente social, que antes de falar comigo me levou para almoçar, há que
delícia há muito não comia, era um banquete, após o almoço, conversou comigo e me explicou que
por pior que fosse nossa casa era melhor que lá, naquela noite fiquei lá, outro dia a tarde fui conduzido
até a rua Adrubal do Nascimento onde ficava o Juizado de Menores, todos iram pra lá contentes mal
sabia eu o porquê, as três horas da tarde fiquei sabendo era o famoso sanduiche um verdadeiro almoço,
apresentado o Juiz, mandou me levar pra casa eu tremendo como vara verde com medo de apanhar
fui recebido bem, voltei minha vidinha normal, casa escola, casa, a noite brincávamos a noite sem
medo de nada, coisa que não ocorre hoje, um belo dia minha mãe mandou comprar algo que nem
lembro mais, ao voltar na rua algo me fez cair e um jipe de açougueiro do bairro, passou em cima de
minha cabeça, lá em coma, fui conduzido ao hospital das clinicas voltando a si 90 dias depois, ficando
em casa me recuperando meses, meti a cara nos estudos, me isolando das brigas frequentes em casa,
aos 15 anos ainda com aquela imagem do padre sendo levado, comecei militar na luta dos direitos
civis, engraçado que o que eu fazia estava dentro de minha alma, e todos ficavam abismados com
minha sabedoria, no PDR ao lado de Mauricio Brandi Aleixo lutamos pela volta do pluri partidarismo,
de lá pro PSC dentre outras agremiações políticas.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil
Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

Devo muito a dois mestres Coronel Marcelo Orlando Ribeiro e Celso Brant abaixo os homens que
fizeram mudar a história do Brasil, o primeiro um General Mártir na luta pelo Brasil que naquela época
já sabia que a China queria com o Brasil.

The ABCP was born from a dream of having a leadership independent of political parties, at Rua
Tobias Inácio number 49 Uberlândia Minas Gerais, residence of Dr. Rubens Carvalho President of the
Academy of Letters of Central Brazil, his residence where great meetings occurred with politicians
who made the history of Brazil happen, in São Paulo at Praça da Sé, São Paulo's ground zero, there I
was and Colonel Marcelo Orlando Ribeiro Colonel of the Military Police of the State of São Paulo (in
memoriam), a fact occurred in this manifestation that made me think and rethink how hypocritical
racist society was, We were leaning against the wall next to a pharmacy that still exists today in the
Praça da Sé, and a military policeman with a stump, asking for everyone's documents and lowering
the "democratic rubber" until he got to us, going straight to Colonel Marcelo, a gentleman, a man of
an extreme education, wearing a very elegant suit, the military policeman hit him in the chest with
the rubber truncheon for occasions such as demonstrations and told him "today the banana will eat
the monkey", he elegantly with his hand moved the truncheon away and the MP still slack, out of
nowhere a lieutenant appeared who was commanding the troops there and saluted Colonel Marcelo,
saying, it is an honor, sir, to be in your presence, The colonel was a legend of the Military Police
former inspector of the extinct Civil Guard and embodied the Guard founding the Military Police of
Sao Paulo, when answering the lieutenant's question he said that today was the day according to the
soldier of the "banana eat the monkey" needless to say that the lieutenant immediately arrested and
returned to the barracks the MP, I started the fight until I met Congressman Carlos Alberto Caó de
Oliveira, who together with him fought and approved the Racial Prejudice Law, today a model law
for the world through the UN.

What led me to join the civil rights struggle, when I was eight years old I was passionate about
helicopters, and on the way from Dom Pedro II School to my house every day, I saw an Air Force
helicopter coming towards the landing in a soccer field behind the Matriz of São Miguel Paulista, they
landed and an officer came out heading towards the Church, one of the pilots said to me boy go away
from here, I why, he repeated this several times, I said loud and clear no, in a few minutes towards
the helicopter the officer and the priest, amazingly, the priest was never seen again, this was 1965,
such an event was a commotion in São Miguel, between tears and silence life went on, that image of
the priest climbing into the helicopter in his semblance today I know what happened to him, never



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

left my mind, by issue of drinks without home many fights, many fights, many times with the priest, the priest was never seen again, it was 1965.

living on the street was better than at home, so I thought, but something stronger than my strength made me do it, I was ashamed to ask others for food, so I stood at the door of the pastry shop and the rest of the pastries I got and ate, until one day on Celso Garcia Avenue I passed in front of the old FEBEM, a delicious smell of food caught my attention, I got to the doorman asked what it was he explained and I him my situation, called a social worker, who before talking to me took me to lunch, there that delicious for a long time not eaten, was a banquet, after lunch, talked to me and explained that no matter how bad it was our home was better than there, that night I stayed there, another day in the afternoon I was driven to the street Adrubal do Nascimento where was the Juvenile Court, everyone went there happy I hardly knew why, three o'clock in the afternoon I learned was the famous sandwich a real lunch, presented the judge ordered to take me home, I was shaking like a green stick with fear of being beaten and was well received, I went back to my normal life, home school, home, at night we played at night without fear of anything, something that does not occur today, one fine day my mother sent me to buy something that I no longer remember, when I returned on the street something made me fall and a jeep of the neighborhood butcher, passed over my head, there in coma, I was taken to the hospital clinics returning to consciousness 90 days later, When I was 15, still with that image of the priest being taken away, I began to fight for civil rights. It's funny that what I did was inside my soul, and everyone was amazed at my wisdom.

I owe a lot to two masters Colonel Marcelo Orlando Ribeiro and Celso Brant below the men who changed the history of Brazil, the first a General Martyr in the fight for Brazil that at that time already knew that China wanted with Brazil.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



Falar sobre as políticas elaboradas no Governo Jair Messias Bolsonaro, para as mulheres é um campo vasto. Tivemos o Projeto Casa de atendimento à mulher Brasileira. Uma maneira de oferecer o primeiro acolhimento às mulheres vítimas da violência doméstica e Institucional. Estão sendo construídas 9 casas de acolhimento e programa-se mais 20 casas que entrarão em construção. Devemos ressaltar o empenho no Combate ao tráfico de mulheres. Através de acordos diversos com a Polícia Federal. Lembramos também os títulos de terra conferidos às mulheres e a Bolsa família que vem sendo paga às mulheres carentes e seus filhos. Não podemos esquecer o apoio constante, quanto a apuração dos feminicídios, situação essa que está num crescente constante. O Combate só estupro de mulheres e crianças tem sido uma preocupação constante de seu governo. Também não podemos esquecer o empenho da Primeira Dama Senhora Michelle com relação à inclusão de crianças ditas especiais. Temos a destacar também, a constante preocupação com a saúde bucal e das gestantes. Na pandemia do Covid o plano emergencial de atendimentos pela linha 180. Com certeza, são 43 citações em seu plano de políticas essenciais de Atendimento às mulheres. Citando as que estão em andamento. A preocupação constante com a população Quilombola, indígenas e as



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

demais demandas. Esperamos que seu governo continue no empenho em melhorar a vida das Mulheres em seu novo Governo,

Sueli Roriz

Embaixadora da WPO

Agente de Inteligência da WBI/WPO

Talking about the policies developed by the Jair Messias Bolsonaro Government for women is a vast field. We had the Brazilian Women's House Project. A way to offer the first reception to women victims of domestic and institutional violence. Nine shelters are being built and 20 more are planned to be built. We must emphasize the efforts to combat the trafficking in women. Through several agreements with the Federal Police. We must also remember the land titles given to women and the family allowance that is being paid to needy women and their children. We cannot forget the constant support for the investigation of feminicides, a situation that is constantly increasing. The fight against only rape of women and children has been a constant concern of his government. We cannot forget the efforts of the First Lady, Mrs. Michelle, in relation to the inclusion of the so-called special children. We must also highlight the constant concern with oral health and pregnant women. In the Covid pandemic, the emergency care plan through the 180 line. For sure, there are 43 citations in its plan of essential policies of Attendance to women. Citing those that are in progress. The constant concern with the Quilombola and indigenous populations and other demands. We hope that your government will continue its efforts to improve the lives of women in the new government,

Sueli Roriz

WPO Peace Ambassador

WBI / WPO Intelligence Officer.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil

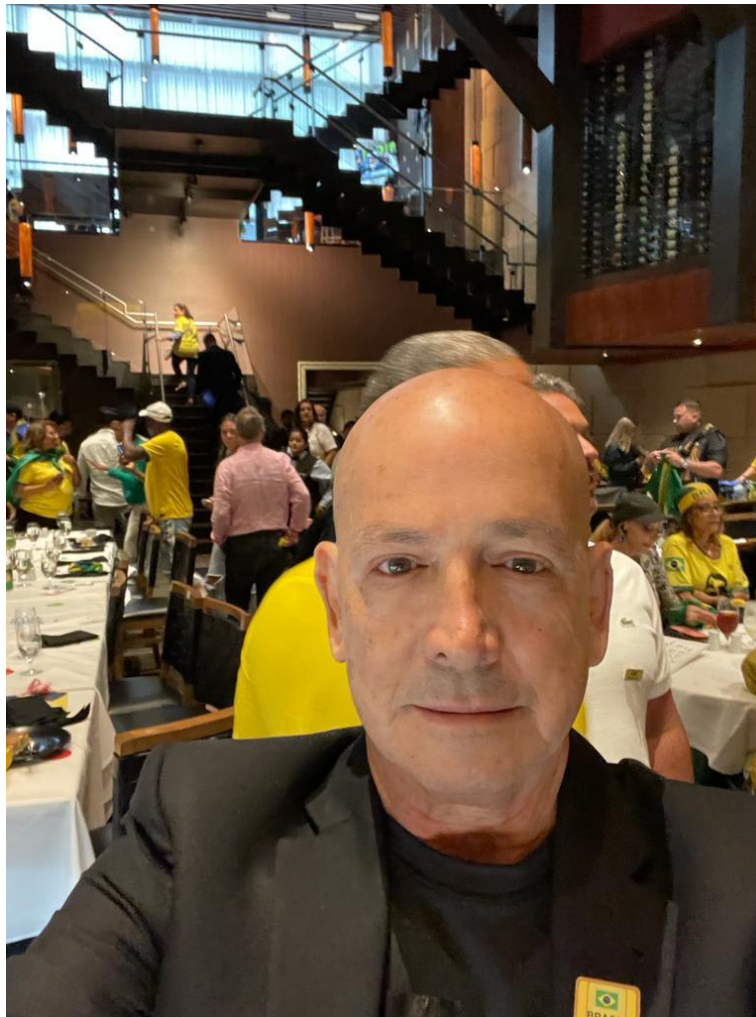


A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



Nosso Embaixador da América representante da WPO na Ecososc Esango Organização da Sociedade Civil das Nações Unidas / ONU coordena juntamente com a comunidade brasileira na América o almoço de confraternização com o Presidente Bolsonaro em recente visita a ONU NY para abertura da Assembleia Geral.

Our Ambassador of America representing the WPO at Ecososc Esango United Nations Civil Society Organization / UN coordinates together with the Brazilian community in America the lunch meeting with President Bolsonaro in his recent visit to UN NY for the opening of the General Assembly.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob
Presidência da República Federativa do Brasil



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL JAIR
MESSIAS BOLSONARO - PALÁCIO DO PLANALTO BRASÍLIA DF.

EDITORIAL CONCESSÕES FERROVIÁRIAS.

Senhor Presidente,

Há muitos meses estamos rastreando os contratos de ferrovias no Brasil, contratos "lesa pátria" na forma como foram redigidos, pasmem Senhor Presidente cláusulas inseridas nos contratos são abusivas, dando as concessionárias total poder sobre a "UNIÃO" uma vez que a concessão é particular, mas os trilhos pertencem a UNIÃO.

A realidade é que o Brasil sempre governou contra o Brasil, e sua chegada ao poder, incomoda quem se achava dono deste solo verde amarelo.

Vossa Excelência numa atitude corajosa e heroica cancelou os contratos com a VALEC pertencente a Vale do Rio Doce, empresa que suga toda a riqueza de nosso nióbio dando a estrangeiros um minério que pertence a logística militar, portanto, de segurança nacional.

É pouco tempo sabemos para rever tudo de errado que existia no Brasil ao longo de décadas e mais décadas, mas sabemos que Vossa Excelência chagara lá do a quem doer.

Como citamos acima os contratos foram assinados com a RFFSA extinta pelo Decreto http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3277.htm nesse link englobam outros decretos que extinguiram o maior patrimônio do Brasil a



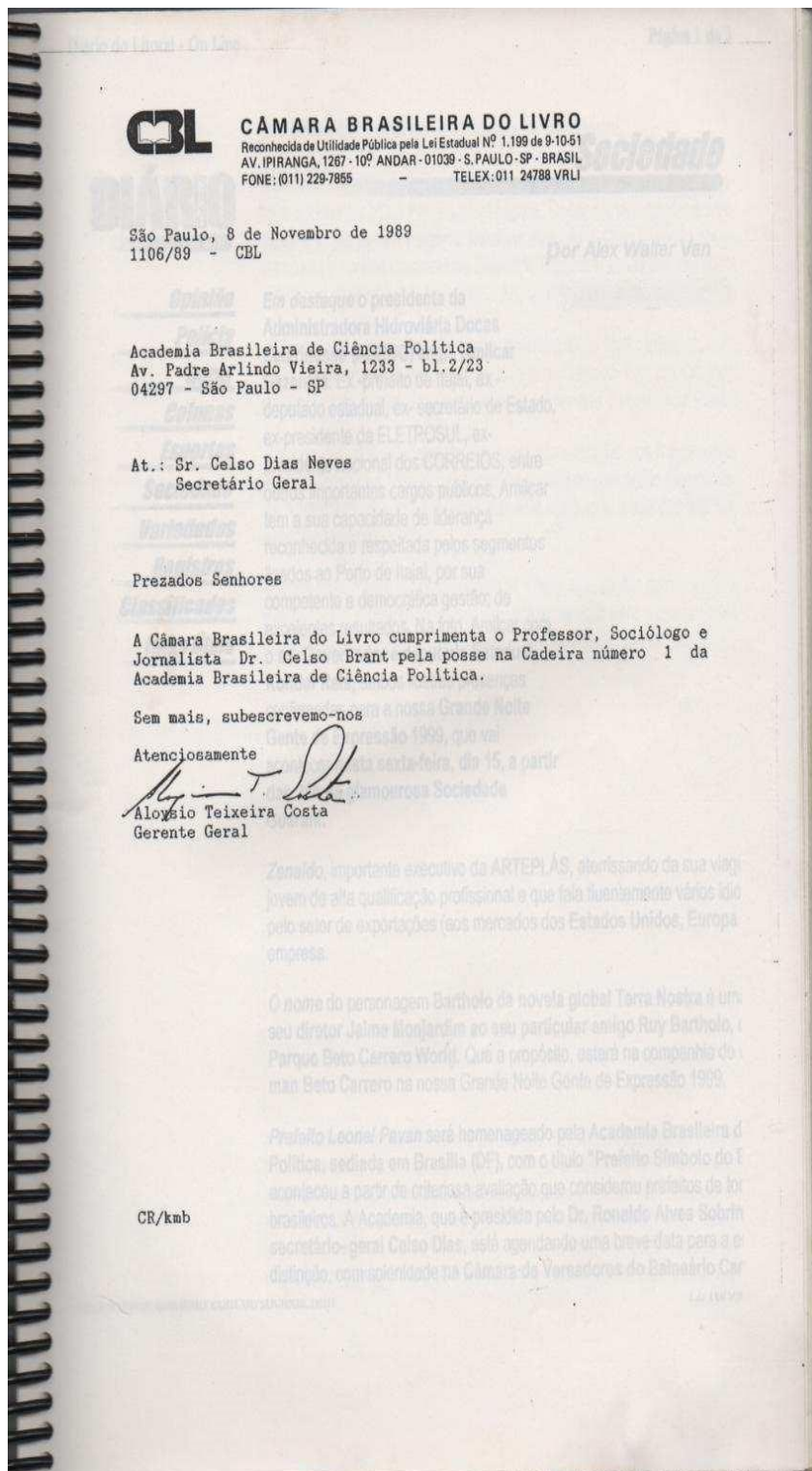
A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob
Presidência da República Federativa do Brasil

Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob
Presidência da República Federativa do Brasil

doc
2

DIRETÓRIO ACADÊMICO XIII DE SETEMBRO

ÓRGÃO REPRESENTATIVO DOS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO DAS FMU

Rua Taguá, 137 — CEP 01508 — Liberdade — São Paulo

São Paulo, 11 de Agosto de 1989

À
ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
SR. CELSO DIAS NEVES
NESTA

Prezado Senhor: Celso Dias Neves
Secretário Geral

Comunicamos a V.Ss a abertura do ciclo de debates dos PRESIDÊNCIA -
VEIS nas Faculdades Metropolitanas Unidas, Faculdade de Artes Alcântara Machado e
Faculdades Integradas Alcântara Machado.

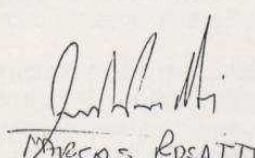
O D. C. E.- Diretório Central dos Estudantes eo Diretório Acadêmico
13 de Setembro da Faculdade de Direito das F.M.U.s, convida o Sr. Ex-Governador de
Alagoas FERNANDO COLLOR DE MELO, para participar deste ciclo com os estudantes des
tas Faculdades.

Informamos Ainda que o referido ciclo inicia-se em 20 de Agosto, in-
do até 7 de Outubro, sendo em que a escolha da data deverá adequar-se de acordo /
com sua agenda.

Os contatos para confirmar a data deverão ser feitos através dos /
seguintes telefones:

247.1846/247.6990 - Sr. Marcos Rosatti
571.3853/572.7643- Sr. João Moura

Desde já, agradecemos sua atenção.

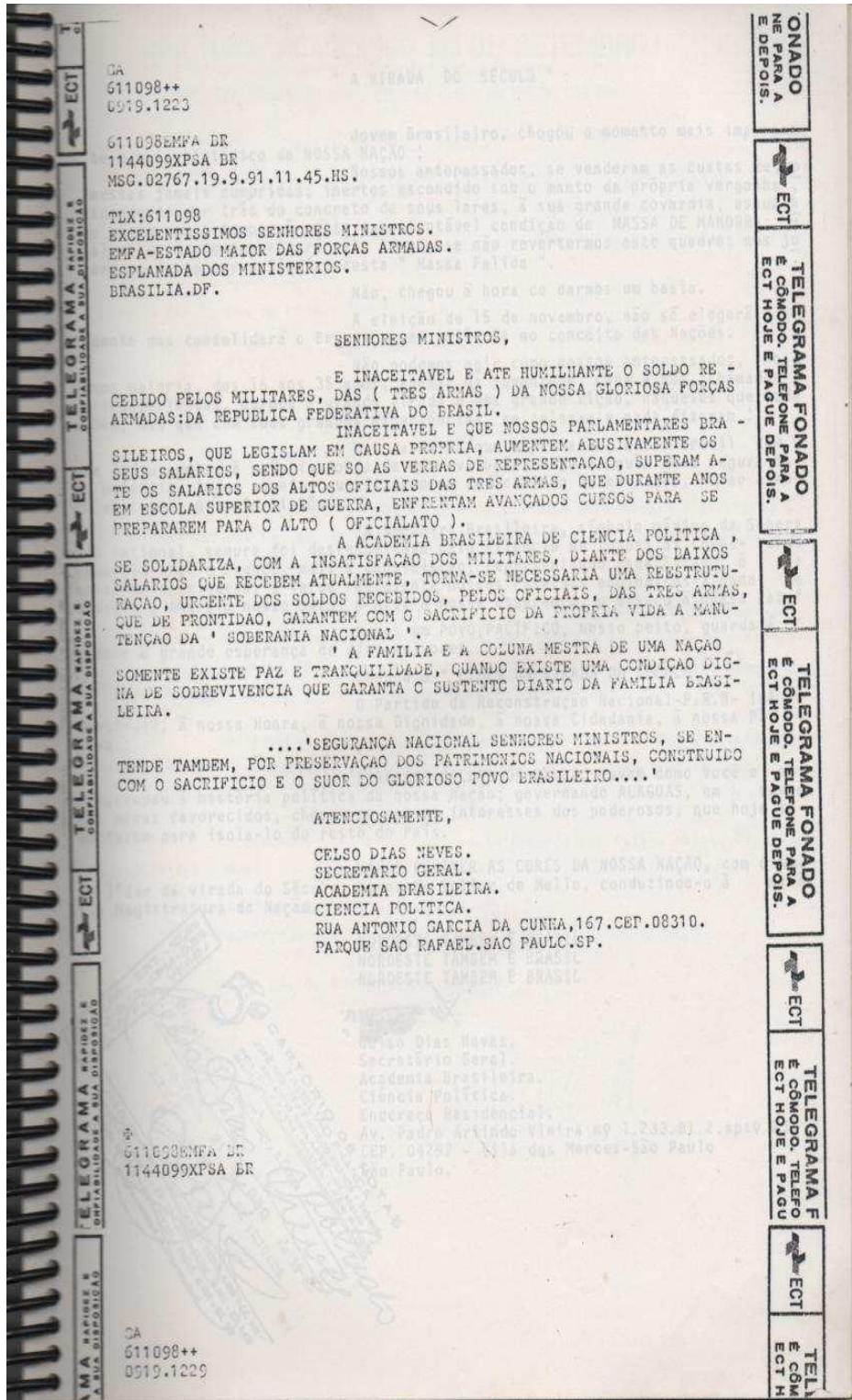

Marcos ROSATTI

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na ABCP (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.





A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

RESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - COMISSÃO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS

Brasília 14 de fevereiro de 1985

Ilm.º Senhor
CELSO DIAS NEVES
 Av. Padre Arlindo Vieira, 1233
 Bloco 2 Apt.º 23 Vila das Mercedes
 01.000 - SÃO PAULO/SP

Prezado Senhor

O Presidente José Sarney, que encaminhou a esta Comissão, criada exatamente para ouvir o povo brasileiro, sua correspondência. Agradece as sugestões enviadas, com vistas à futura Carta Magna.

A Constituição só será legítima se responder à vontade da Nação.

Qualquer outra sugestão poderá ser enviada a esta Comissão através da Caixa Postal 1987, Brasília, DF, CEP 70000.

Atenciosamente,

Mauro Santayana
 MAURO SANTAYANA

Secretário Executivo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais

- ALEXANDRE DE MELLO FRANCO
- ALBERTO VAZ
- ANTONIO TAVARES DE MORAIS
- EDSON LIMA SENESE
- BENEDITO LANTIERI
- CARLOS AUGUSTO MENDES DE ASSUNÇÃO
- CELESTINO OLIVEIRA BOKA
- CELESTINO
- CLAUDIO YACOMBI
- CLAUDE FAUSTO
- COELHO FERNANDES
- CARLOS EDUARDO CASABLANCA
- EDUARDO DE GODOY DA MATA MACHADO
- EDUARDO MATEUS FOGATTO
- EDUARDO DE MORAIS FERREZ
- EDUARDO JOSE FERREZ FERREZ
- FERNANDO ENZO D'AVILA
- FLORENTINO
- GIORGIO DE MELLO FERREZ
- GILBERTO DE OLIVEIRA CASTRO
- GUARIMONTI CURY
- HENRIQUE LACERDA
- HENRIQUE SANTOS
- HENRIQUE FERREZ DA RÓCHA
- JOSÉ PEDRO GONÇALVES VIEIRA
- JOSÉ DE ABREU E BARRAL NETO
- JOSÉ AMARAL
- JOSÉ AMARAL
- JOSÉ RAMOS MARIANO
- JOSÉ CARLOS DA SILVA
- JOSÉ AUGUSTO ASSUNÇÃO
- JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
- JOSÉ MENDES
- JOSÉ PAULO SERRAVALLE PEREIRA
- JOSÉ SÁDIO FERREZ
- LAURIT VIEIRA
- LEONILDO DE BRAS VIEIRA JUNIOR
- LEONILDO FERREZ
- MAURO DE SOUZA MACHADO
- MAURO DIAMANTINO
- MAURO FERREZ
- MAURO FERREZ JUNIOR
- MAURO FERREZ
- MAURO FERREZ DE MELLO
- OLIVALDO MOURA CARVALHO
- PAULO FERREZ DE MOURA FERREZ
- PAULO DE ARAÚJO MARQUES
- PAULO MAURICIO FERREZ
- ROBERTO FERREZ
- SILVIO FERREZ CARVALHO
- SILVIO FERREZ

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

ABCP

confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



Prata Coloidal +55 11 96372-3738

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil
Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

FROM : STI DA CONST E DO MOB

PHONE NO. : +2114537

Apr. 01 2004 02:48PM P1



SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PESADA, MONTAGENS, INSTALAÇÕES
E AFINS DO ESTADO DO RN -SINTRACOMP/RN
Rua Fonseca e Silva, 1136 - Alecrim - Natal/RN - Cep: 59040-270
Fone: (84) 211-4606 - Fax: (84) 211-4537 CNPJ: 09.109.075/0001-80
e-mail: sintracomprn@ig.com.br

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Presidente do **SINTRACOMP/RN** abaixo assinado, vem através desta com muito orgulho apresentar aos companheiros sindicalistas o Excelentíssimo Senhor **Celso Dias Neves, Secretário Geral da ABCP Academia Brasileira de Ciência Política, Presidente da WPO Parlamento Mundial das Organizações Não Governamentais e Presidente do TJAM Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul**, pessoa esta, cuja vida foi sempre dedicada às conquistas trabalhistas, à Democracia, à Pátria e principalmente fatos relacionados às questões trabalhistas, quer através de juntas conciliatórias, Juizes Classistas (classe extinta) e é um dos responsáveis no Brasil juntamente com o Senador Marcos Maciel pela implantação no Brasil da Lei Federal 9.307/96 conhecida como **JUSTIÇA ARBITRAL**, colocando o Brasil entre as Nações que avançam rumo a Justiça Social.

A **JUSTIÇA ARBITRAL**, hoje é a **JUSTIÇA CIDADÃ**, voltada aos interesses da população em geral, dirimindo litígios na área civil com rapidez e praticidade.

Todos sindicalistas devem aderir a este nova modalidade de Justiça à Arbitragem.

Nestes Termos.

SINTRACOMP/RN

NATAL/RN, 25 de março de 2004.

Francisco de Assis Pacheco Torres
Presidente - CPF: 200.000.204-68

FRANCISCO DE ASSIS PACHÉCO TORRES
PRESIDENTE

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República Federativa do Brasil (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

QUINTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 1991

GERAL

FOLHA METRO

Título de "Prefeito Símbolo" é concedido a Paschoal Thomeu



Jorge Singh recebe de Celso Dias Neves o diploma "Juscelino Kubitschek", representando o homenageado, o prefeito Paschoal Thomeu.

No último domingo foi realizada, no plenário Pedroso Horta, da Câmara Municipal de São Paulo, a entrega do título de "Prefeito Símbolo do Brasil" ao prefeito Paschoal Thomeu, na ocasião representado pelo secretário de Promoção Social, Jorge Singh. A homenagem partiu da Academia Brasileira de Ciência Política (ABCP) que, durante o evento, também homenageou

vários profissionais dos setores da Educação, Imprensa, além de empresários que, de alguma forma, prestaram serviços em prol da República Federativa do Brasil. Estes receberam o diploma "Juscelino Kubitschek", tomando posse de suas respectivas cadeiras de imortais da ABCP.

Jorge Singh recebeu pelo prefeito de Guarulhos uma placa de



O delegado Antonio Martins também foi homenageado

prata e o diploma "Juscelino Kubitschek" das mãos do secretário geral da ABCP, Celso Dias Neves, que compôs a mesa ao lado de Ricardo Luiz dos Santos, presidente regional do Estado de São Paulo, coronel Marcelo Orlando Ribeiro, fundador e vice-presidente da entidade, Azor J. Silva, presidente da ABCP do Estado do Rio de Janeiro e Marcellio Duarte, presidente do Par-

tido Social Trabalhista (PST/SP).

O delegado titular do 1.º Distrito Policial e diretor da cadeia pública de Guarulhos, Antonio Martins, também recebeu o diploma "Juscelino Kubitschek", bem como o radialista Elias de Oliveira (Faísca), que dedicou parte de seus 51 anos de carreira às três emissoras de rádio existentes no município.



Diversas personalidades compareceram ao plenário da Câmara Municipal de São Paulo, para prestigiar os homenageados.



O diploma outorgado a Thomeu

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º
651958.

Presidência da República Federativa do Brasil
Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º
651958.

JORNAL ANO 1 - Nº 1 OUTUBRO/95 CIRCULAÇÃO NACIONAL

Parlamento Acadêmico

Tiragem 150 mil exemplares

Órgão de Divulgação da Academia Brasileira de Ciência Política

ABCP mostra seus objetivos para autoridades internacionais

ABCP PEDE CASSAÇÃO DO VEREADOR VICENTE BENEDITO VISCOME

DENÚNCIA

VICENTE BENEDITO VISCOME, Vereador, cometeu um dos crimes que é hoje considerado CRIME HIDEIONDO E INAFIANÇÁVEL, na data de 5 de Setembro de 1995, o referido Vereador em virtude de pagar os Estudos de Curso de Computação de S.A.F., o Vereador na data, compareceu à residência da mesma, declarando que não poderia ser vista no local, marcando com a vítima um encontro na esquina de sua casa, ao adentrar no veículo do Vereador o mesmo arrancou o carro em alta velocidade, sem dizer para onde iria adentrou em um (MOTEL) forçando a vítima a manter com o mesmo relação sexual, tentando a força arrancar suas roupas e passando as mãos em seus seios, tendo o Vereador premeditado sua cruel ação, que depõe contra a conduta de um Parlamentar, que faz uso das prerrogativas de sua Imunidade Parlamentar para premeditar suas ações.

O fato foi registrado no 1ª DELEGACIA DA MULHER de acordo com o B.O. 003359/95. De posse de toda a documentação, a ABCP protocolou no último dia 31 de outubro pedido de CASSAÇÃO DE MANDATO junto ao T.R.E. e Câmara Municipal de São Paulo.

TRIBUTO A UMA VIDA

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil
confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

Ordem Civil e Militar dos Cavaleiros do Templo

(Muitos são os chamados, poucos os escolhidos)



Do Excelentíssimo Senhor Grão Mestre da Ordem Civil e Militar dos
Cavaleiros do Templo

Ao Excelentíssimo Senhor Celso Dias Neves
MD. Secretário Geral da Academia Brasileira de Ciência Política

Por ordem de sua Alteza o Sereníssimo Príncipe Asklépius
D'Sparta, queremos levar ao conhecimento de V.Excia., que a dire-
toria da **Ordem Civil e Militar dos Cavaleiros do Templo**, em reu-
nião conjunta de seus pares, resolveram outorgar-vos com a honra-
ria **Templária** no grau de **Comendador "Comenda Ordem e Progresso"**
pelos vossos elevados préstimos à nação brasileira, notadamente
no campo social, profissional e filantrópico.

A **Ordem Templária**, é uma sociedade sem fins lucrativos,
religiosos ou políticos, que visa a união de todos os povos da
face da Terra em uma única nação, mais humana e mais nobre. Nas-
ceu há 10.333 anos atrás, sob os auspícios do grande filósofo RA-
MA na Índia, e durante estes milhares de anos, vem promovendo no
mundo a filantropia e a paz mundial.

Entre seus mestres e companheiros, possuiu grandes nomes
da história mundial, entre eles: José de Arimatéia, Láo-Tsé, Mao-
mé, Jesus o Cristo, Salomão-Rei filósofo e tantos outros.

Na história do Brasil, contou como mestres: Dom Pedro I,
D. Pedro II, José Bonifácio, Tiradentes e José do Patrocínio.

Atualmente, a **Ordem dos Templários**, homenageia anualmen-
te 25(vinte e cinco) personagens em cada país, que tenham compro-
vadamente trabalho em prol da humanidade.

Queira pois, receber esta homenagem que lhe é oferecida
pela **Ordem Templária**, recebendo antecipadamente de seus novos pa-
res, um Fraternal e Tríplice Abraço e as boas vindas.

A **Honorificiência**, dar-se-á em solenidade pública (ban-
quete de gala) a ser realizado nos salões do Buffet do Círculo
Italiano, sito à Avenida São Luiz 50-São Paulo, com início às
20:00 horas do dia 24/11/93, onde V.Excia., deverá comparecer
vestindo Smoking.

No aguardo de sua confirmação que deverá ser efetuada
até o dia 30/09/93 pelos telefones 950.91.29 ou 950.28.21 com Dr.
Vitor, aqui fica o nosso

Fraternal e Tríplice Abraço

Dr. Vitor J. Franco
Presidente.

C.G.C. n.º 54.640.156/0001-66

Reconhecida de Utilidade Pública cont. Lei 7538 de 13/05/92
Entidade registrada como personalidade jurídica de acordo com o
Decreto Federal n.º 4857 de 09 de novembro de 1939

CAIXA POSTAL 59080 CEP 02099-970 SÃO PAULO FONES: (011) 950.9129 950.2821

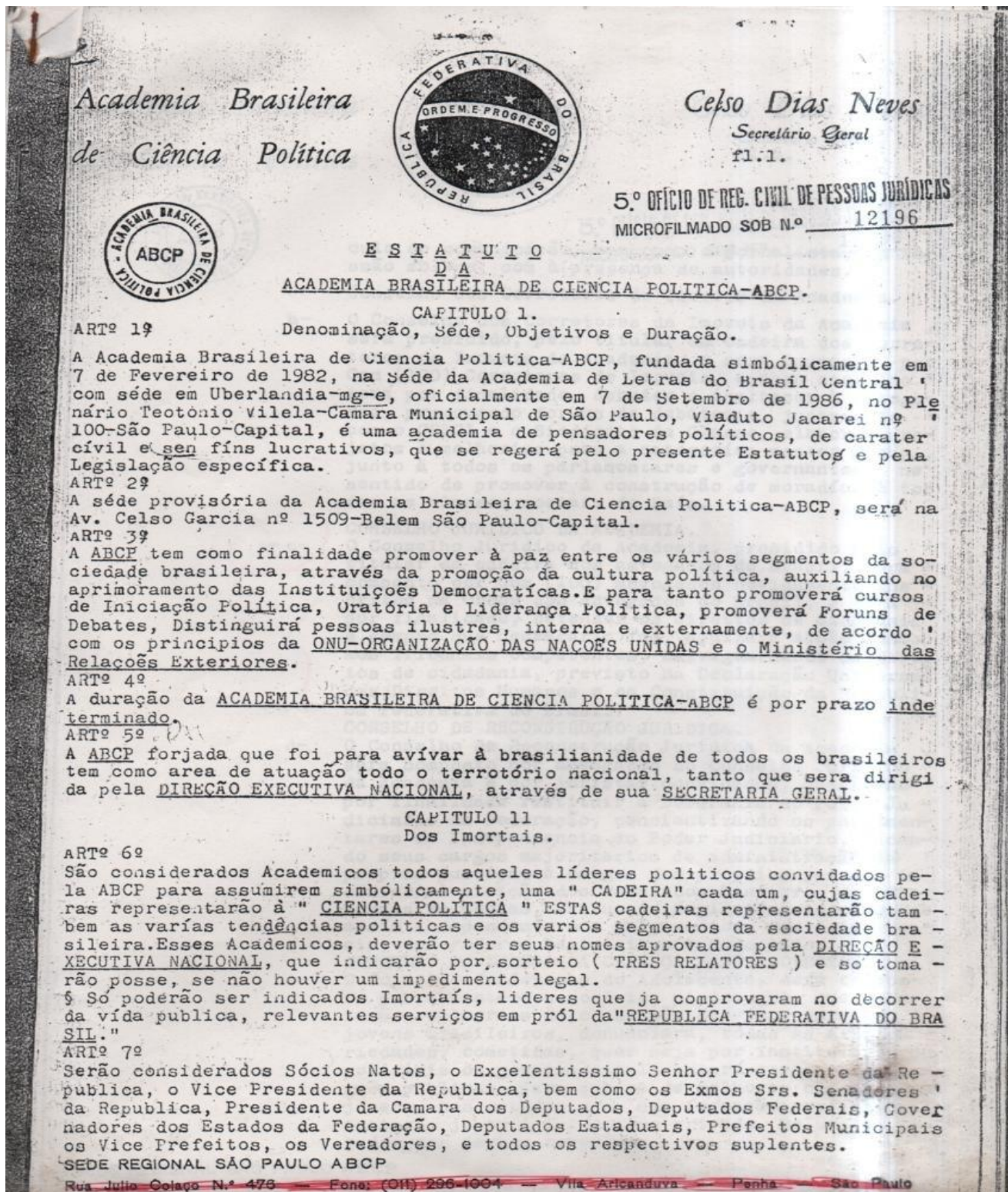
A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República Federativa do Brasil (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob
Presidência da República Federativa do Brasil

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
Celso Dias Neves 1982 / 2002 Secretário Geral
Site Oficial www.jornalparlamento.hpg.com.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO – PALÁCIO DO PLANALTO. BRASÍLIA.DF.**

MANIFESTO SOS BRASIL.

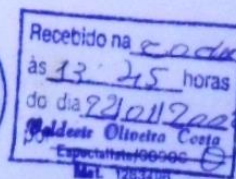
Senhor Presidente.

**A MORTE VIOLENTA ESTUPIDA INESPLICAVEL DO PREFEITO
DE SANTO ANDRE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES CELSO
DANIEL, era a ultima gota que faltava para uma convulsão social, os
últimos acontecimentos coordenado pelo CRIME ORGANIZADO NO
BRASIL, deixa nosso sistema de Segurança Nacional muito a desejar
deixando transparecer que hoje quem manda no Brasil é o BANDIDO!**

Creio que este crime hediondo com o Prefeito Celso Daniel servirá para mudar
os rumos da **SEGURANÇA PUBLICA no Brasil é urgente a criação de
uma força tarefa que pode ser a GUARDA NACIONAL integradas por
Agentes da Inteligência das Policia Civil – Federal - Militar – Exército –
Marinha e Aeronáutica.**

**É inaceitável que Terroristas intitulados FARB – FRENTE ARMADA
REVOLUCIONARIA BRASILEIRA estejam agindo nos fazendo
lembrar de um passado sombrio que culminou com a REVOLUÇÃO DE
1964.**

Muitas autoridades tem chamado a atenção do Governo Federal para um
possível CAOS, mas este CAOS já se encontra instalado no pais, cidades
de grande porte hoje reza a cartilha de quadrilhas organizadas como
PCC – CV – TERCEIRO COMANDO - e recentemente o PCE
PRIMEIRO COMANDO ESTUDANTIL, braço forte do
NARCOTRAFICO atuando nas escolas municipais e estaduais de São
Paulo, onde já fizeram muitas vitimas.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º
651958.

O crime de Celso Daniel coordenador da campanha de LULA dará uma
reviravolta na sucessão Presidencial,
Somente uma resposta enérgica do Governo Federal criando a Guarda
Nacional poderá limpar esta mancha do Governo, demonstrando com este
gesto que não compactua com atos violentos contra a sociedade e uma
reviravolta no final do mandato Presidencial deixando para sempre uma
marca contra o NARCOTRAFICO.

Estranhamente pessoas ligadas a CAMPANHA DA PAZ estão sendo
vitimadas pela violência desenfreada de grupos extremistas e como
colaborador do GSI – Gabinete de Segurança Institucional na parceria na
prevenção as drogas coincidentemente ou não tive o vidro traseiro de meu
carro estourado por um morteiro destes vendidos para festas juninas,
pois o bairro onde Parque São Rafael é conhecido mundialmente por uma
reportagem do Fantástico da Rede Globo como o bairro onde tem a maior
refinaria de CRAK, apesar da reportagem funciona a pleno vapor,
crianças moradoras da FAVELA ALBA vizinha de meu bairro recorde
absoluto de reportagens do CIDADE ALERTA, tem quase que
diariamente o solo manchado por sangue de crianças que usam e
distribuem drogas e ao saberem demais são executadas, recentemente o
bairro passou por um TOQUE DE RECOLHER, até quando viveremos a
INSEGURANÇA PUBLICA, pois compete ao Governo Federal dar o
GRITO DE BASTA!

Esperamos que providencias sejam tomadas energicamente pois as
repercussões deste brutal assassinato tumultuara a campanha de 2002.

Nestes Termos.

P, Deferimento e Providencias.

Brasília, 22 de janeiro de 2002.

Celso Dias Neves

Rua Antônio Garcia da Cunha, 167 Parque São Rafael, São Paulo, SP.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República Federativa do Brasil (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Seg, 11 de Julho de 2011 09:30 | Celso Acessos: 12188 EDITORIAL



Com o brutal assassinato do **Prefeito Municipal de Santo Andre Celso Daniel** admirador e particular amigo da Academia Brasileira de Ciência Política na qual sou fundador e Secretario Geral de imediato após uma semana estava com o **Sub Secretario Nacional Antidrogas SENAD da Presidência da Republica General Paulo Roberto Yog Mirando Uchoa** onde em seu gabinete entregava uma farta documentação que apontava alguns nomes envolvidos com um dos mais honestos políticos do PT.



ANTERIOR 1 of 3 PRÓXIMO

O assassinato alem de calar a voz de um homem que não se corrompia tinha como objetivo atingir a Campanha do Presidente Lula que se fortalecia dia após dia.

Minha audiência com o General Uchoa ultrapassou mais de duas horas dentre vários assuntos discutidos dei ao General como criar a **FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA E PAZ** que mudou para **FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, mostrando ao General que bastasse um decreto do Gabinete de Segurança Institucional a um “custo zero” e estava formada a guarda, como, simples, bastasse convocar os melhores homens do **Exercito, Marinha Aeronáutica, Policia Federal, Policias Militares dos Estados, Policiais Civis e Guardas Metropolitanas** e estava formada a guarda nacional a um custo zero, pois os policiais integrantes desta nova força nacional continuariam recebendo salários de seus estados.

Isso foi feito com a Força Nacional de Segurança Publica e pode ser feito com qualquer departamento quer do governo Federal, Estadual e Municipal, basta remanejar pessoal ocioso para áreas de maior carência, depois de um treinamento rápido o novo funcionário esta apto a atender a população que recebe seu salário através dos impostos pagos pela população

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil



JORNALISTA NAPOLEÃO DE CASTRO DIRETOR DA BAND NORDESTE EM BRASÍLIA

MOMENTO DA OUTORGA TITULO ALTO COMISSÁRIO DIREITOS HUMANOS WPO E AMIGO DAS FORÇAS ARMADAS.


A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
Presidência da República Federativa do Brasil
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º
651958.

 ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL

BRASÍLIA-DF

Ofício nº 030/87 - ADPF

Em, 06 de julho de 1987.


Senhor Secretário-Geral,

Oriundo do Gabinete Civil da Presidência da República, chegou às nossas mãos cópia de telegrama dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República por essa conceituada Academia, tratando de assunto referente à Polícia Federal.

Congratulamo-nos com V.Sa. pela corajosa defesa de nossa Instituição que mercê à seleção rigorosa de seus componentes, aliada a um regime jurídico férreo, faz com que o nível dos policiais federais brasileiros seja considerado como um dos melhores do mundo.

Atitudes nobres como essa, estimula-nos a um constante aprimoramento no sentido de defender a sociedade brasileira contra o crime organizado.

No ensejo, apresentamos nossas protestos de elevada estima e distinta consideração.


Dr. Wilson Alfredo Derpêbas
PRESIDENTE DA ADPF.

Ilmo. Sr.
Dr. CELSO DIAS NEVES
MD. Secretário-Geral da Academia Brasileira
de Ciência Política
Caixa Postal 1694
SÃO PAULO - SP

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob
Presidência da República Federativa do Brasil



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Recibo de Encaminhamento

Registrado por: Altamiro Arruda da Costa/GSI/SENAD Data do registro: 22/01/2002

Número Documento 00187.001142/2002-23 Setor ENTIDADE

PROCEDÊNCIA

Orgão ENTIDADE
Tipo CARTA

Num.: SNR

Obs.: PROTOCOLO DE PARCERIA PARA SE UNIR A SENAD, NO SENTIDO DE JUNTO
AOS NOSSOS PARES ACADÊMICOS, UNIR ESFORÇOS NO SENTIDO DA CONSCIENTIZAÇÃO
ÚNICA FORMA DE EVITARMOS UM FUTURO NEGRO EM NOSSA NAÇÃ. - CELSO DIAS NEVES -
ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
Interessado(s): Academia Brasileira De Ciência Política

ANDAMENTOS

De ENTIDADE
Para SUBSECRETARIA DA SECRETARIA NACIONAL ANTIDROGAS

Tipo CARTA
Emitido 22/01/2002

Num. SNR
Situação ENCAMINHADO A
CHEFIA

Resp. até 29/01/2002

Obs.:

Recebi pelo(a) Subsecretaria Da Secretaria Nacional Antidrogas

Em 22/01/02 As: 16:20 h
Ass: Altamiro Arruda da Costa

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil



Uma Instauração de Bases que está dando certo na Bahia.

A magnificência do trabalho de pesquisa feito pela Dr^a. Raquel Fiúza, Alta Comissária de Direitos Humanos da WPO, em instaurar Bases de Direitos Humanos nas comunidades carentes de Salvador e demais cidades do interior da Bahia, foi aceito com alegria pelas autoridades, porque contribuiu para a emancipação da paz bem como a erradicação da pobreza trazendo além de recursos alimentícios, atendimento médico e jurídico efetuado pelos agentes humanitários voluntários formados pela Dr^a Raquel Fiúza e o Ouvidor Dr. Alcivaldo Santana.

Em homenagem aos seus árduos trabalhos em prol da sociedade baiana Dr^a. Raquel Fiúza tomará posse como Conselheira Política da ABCP, fortalecendo ainda mais seu extenso Curriculum humanitário.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

GALERIAS DOS IMORTAIS DA ABCP



General Antônio Carlos de Andrada Serpa.

Fez o manifesto Brasil uma Nação Ameaçada.

SERPA, ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA

FONTE FGV CPDOC

[HTTP://WWW.FGV.BR/CPDOC/ACERVO/DICIONARIOS/VERBETE-BIOGRAFICO/SERPA-ANTONIO-CARLOS-DE-ANDRADA](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/serpa-antonio-carlos-de-andrada)

*militar, comte. III Ex. 1977-1978; ch. Depto. Ger. Pess. Ex. 1978-1980.

Antônio Carlos de Andrada Serpa nasceu em Barbacena (MG) no dia 2 de dezembro de 1916, filho do coronel José Maria Serpa e de Maria Antônia Duarte de Andrada Serpa. Seu pai foi professor do Colégio Militar de Barbacena, sua mãe era irmã de Antônio Carlos e José Bonifácio e seu primo, José Bonifácio de Andrada e Silva, foi deputado federal e líder do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) na Câmara dos Deputados.

Antônio Carlos de Andrada Serpa ingressou na Escola Militar de Realengo em fevereiro de 1933. Foi declarado aspirante em janeiro de 1936, recebendo a promoção de segundo-tenente em setembro desse mesmo ano e a de primeiro-tenente um ano depois. Neste posto, serviu no Rio de Janeiro, Campo Grande e Uruguaiana. Como capitão, promovido em abril de 1943, participou da Segunda Guerra Mundial, servindo na Força Expedicionária Brasileira (FEB), e como instrutor da Companhia de Obuses do Regimento Sampaio.

Em dezembro de 1950 recebeu a promoção de major e assumiu a chefia da da 3ª Seção do estado-maior da 4ª RM, onde permaneceu até 1953. Promovido a tenente-coronel em julho do ano seguinte, declarou-se contra a permanência de Getúlio Vargas no poder nas sessões do Clube Militar e Naval nos dias 13 e 14 de agosto. Ainda em setembro de 1954, por ordem do ministro da Guerra,

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Henrique Teixeira Lott, foi designado para proceder em Góias no Inquérito Policial-Militar (IPM) sobre o assassinato, ocorrido ali em julho, do major Alberto Carneiro da Cunha.

Em 1955, através de uma carta, pronunciou-se contra os acontecimentos ocorridos no dia 11 de novembro, que culminaram com a saída de Café Filho da presidência da República. Na carta enviada ao ministro da Guerra, Antônio Carlos de Andrada Serpa tratava principalmente de dois temas: as atividades comunistas e a preservação dos laços de caserna, acrescentando a estas duas preocupações básicas: uma atenção maior para os problemas relativos à divisão de renda do país, as possibilidades de desenvolvimento de uma tecnologia estritamente nacional e uma crítica cada vez mais áspera à participação das empresas multinacionais na economia brasileira. Devido a esse fato o tenente-coronel foi preso no Batalhão de Guardas por ordem do ministro da Guerra.

De 1956 a 1958, foi depoente na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados sobre energia atômica. Em agosto de 1963 foi promovido a coronel. No ano seguinte foi adido militar na França. Em março de 1969 foi elevado ao generalato, assumindo o comando da Artilharia Divisionária da 2ª DI, em Jundiá (SP). No ano seguinte o general Serpa advertiu, ao transmitir o comando da 2ª DI, “que a classe política se acautelasse com os dois grandes inimigos da liberdade e da democracia: os demagogos, pais da corrupção, e os subversivos, contestadores do regime”. Em maio de 1974 recebeu a promoção de general-de-divisão.

Em 1976 estava no comando da 3ª Região quando, em pronunciamento feito na presença do então comandante do III Exército, general Fernando Bethlem, garantiu que “desde o dia 31 de março de 1964 o Brasil passou a ter a paz e a tranquilidade para trabalhar e prosperar em benefício do bem-estar das famílias que o constituem, acabando o reino da anarquia, da subversão e da desordem sustentado pelo governo de então”. No mesmo ano, fez outro pronunciamento, que causou grande polêmica: ao inaugurar um busto do ex-presidente Costa e Silva (1967-1969), numa cidade do interior gaúcho, defendeu a manutenção do Ato Institucional nº 5 e do Decreto-Lei nº 477.

Em outubro de 1977 assumiu interinamente o comando do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, em substituição ao general Fernando Belford Bethlem. Com a indicação do general

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

Bethlem para substituir o ministro Sílvio Frota, demitido pelo presidente da República Ernesto Geisel, Antônio Andrada Serpa continuou no comando do III Exército até janeiro de 1978, quando foi substituído pelo general Samuel Alves Correia.

Em março de 1978 recebeu a patente de general-de-exército, sendo dois meses depois indicado para a chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército (DGP), tendo como vice-chefe o general Hugo Abreu. Em outubro do ano seguinte, durante a comemoração de 119º aniversário do DGP, o general Serpa proferiu um discurso inesperado denunciando interesses imperialistas no Brasil e defendendo a criação de uma tecnologia própria para o país. Na ocasião, fez uma análise da conjuntura econômico-social do país, reconhecendo que havia dificuldades graves, tensões sociais geradas pela inflação, desordem do mercado financeiro, desequilíbrio do balanço de pagamentos, dívida externa causada pelo número excessivo de empresas multinacionais e, para ele, esse quadro era consequência de um desenvolvimento acelerado e dos reflexos da crise mundial. Apesar de reafirmar seus compromissos com os ideais do movimento político-militar de 1964, defendeu um desenvolvimento econômico nacionalista para o Brasil. O general Antônio Serpa criticou claramente a política do ministro do Planejamento Delfim Neto para o programa do álcool, que pretendia colocar o Proálcool nas mãos dos grandes investidores. Essa não foi a primeira vez que Andrada Serpa surpreendeu a todos com seus discursos inflamados. Em setembro desse mesmo ano, em um simpósio realizado em Itaqui (RS), Serpa fez um contundente discurso político, onde abordou até mesmo questões como as eleições diretas de 1982.

Em abril de 1980 pronunciou um discurso em Brasília, alertando para o perigo da transformação do Brasil em mero fornecedor de matérias-primas para as grandes potências, caso se efetivasse o programa, para a próxima década, de instalação de setecentas clínicas para esterilização de 15 milhões de brasileiras, através de uma multinacional financiada pelas fundações Ford e Rockefeller. Alertou também que a Petrobras deveria canalizar para o Proálcool seus investimentos de prospecção que fazia a fundo perdido, enumerou uma série de correções nos rumos da política econômica — que deveriam ocorrer antes do agravamento da situação internacional —, atacou o



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

capitalismo selvagem das multinacionais na indústrias farmacêutica e defendeu a participação do país no programa de biomassa. Citou ainda Mao Tsé-Tung e seu êxito na melhoria do padrão de vida e alimentação e na concessão de empregos, referindo-se ainda a existência de “oito Brasis no interior da China”.

Alguns dias depois de seu discurso, foi exonerado de suas funções pelo presidente da República, general João Batista Figueiredo (1979-1985), sendo substituído interinamente pelo general-de-divisão Hermann Bergqvist. Segundo o líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho, e o líder do PDS na Câmara, deputado Néelson Marchezan, não houve qualquer relação entre a exoneração e as críticas às multinacionais, pois “Andrada Serpa não foi demitido pelo que falou, mas por que falou”.

Após entregar a chefia do DGP, o general Andrada Serpa passou a exercer a função de adido da Secretaria Geral do Exército. Em dezembro de 1980 o general assinou um documento, juntamente com outros políticos e vários intelectuais, criticando o modelo econômico adotado no país. Passou para a reserva remunerada no início de 1981. Em 1983, ficou dez dias em prisão domiciliar por fazer ataques à atuação do governo federal. No ano seguinte, disputou e perdeu a eleição para a presidência do Clube Militar. Em outubro de 1985, criticou o presidente José Sarney — o primeiro chefe de Estado civil, após 21 anos de regime militar — chamando de “politicamente fraco”, e defendeu a realização de eleições diretas para presidente em 1986. Em maio de 1987, voltou a defender a realização de eleições diretas 120 dias após a promulgação da nova Constituição e acusou o governo Sarney de ter traído seus compromissos para com o povo.

Em 1988, seu nome chegou a ser cogitado pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN) para concorrer no pleito presidencial de 1989, mas a agremiação acabou se decidindo por Celso Brandt. Como eleitor, Andrada Serpa votou em Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no primeiro turno, realizado em novembro, e em Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, no segundo turno, realizado

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil

em dezembro. As eleições, contudo, foram ganhas por Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Radicalmente contrário à privatização das empresas estatais e à implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), nos últimos anos de sua vida participou ativamente da defesa da Petrobras e da Companhia Vale do Rio Doce.

Fez os cursos de formação de oficiais de artilharia, de aperfeiçoamento de oficiais, de estado-maior, comando e estado-maior das forças armadas e da Escola Superior de Guerra. Foi também diretor de Remonta no Rio de Janeiro e chefe da Diretoria de Comunicações do Exército.

Faleceu em Antônio Carlos (MG) no dia 17 de outubro de 1996.

Era casado com Maria José Lamartine de Andrada Serpa, com quem teve quatro filhos. *Miriam Aragão*

FONTES: CURRIC. BIOG.; *Estado de S. Paulo* (6/4/80, 8 e 9/1, 31/3, 12 e 16/5/81, 19/10/96); *Globo* (30/3, 7 e 13/5, 25/8 e 26/11/80, 9 e 30/1/81, 18/10/96); *Jornal do Brasil* (3/1 e 25/2/78, 18 e 19/12/80, 31/3 e 16/5/81, 18/10/96); MIN. EXÉRC. *Almanaque* (1976).

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
Presidência da República Federativa do Brasil
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º
651958.

DO SERPA 8.1
Confidência

Ministério da Guerra
Estado Maior do Exército
Do Alido Militar, em Paris.

Meu caro General Guiseff
Saúde e paz!

Gracias a Deus vamos bem, embora para
a mulher e as quatro crianças nunca
fazer de adaptação, mais ou menos
dura; -para aquela nas lides casuais
e para estes nos estudos.

Eu, tentando em na viver em termos
de Brasil e, assim, decorando as noti-
cias do jornais e sempre inquieto
em relação aos rumos e à perman-
ência de nossa Revolução.

O caso mais grave é, para mim, ven-
do o conteúdo e rumo do caso
goiano (desde a primeira hora) e o da
institucionalização da Revolução,
através de leis que dêem continuidade
ao que tem sido feito até agora.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob
Presidência da República Federativa do Brasil

quebrada...
Quanto à permanência da canalha
em fronteiras, parece-me, das coisas
graves a enfrentar, pois, aqui o mal
que podem fazer é muito menor,
apesar do grosso dinheiro que podem
espalhar para a permanência de uma
visão de formação da Revolução e, prin-
cipalmente, da possibilidade de um
retorno...
Esta, a meu ver, a explicação
de romaria de deputados ^{estrangeiros} socialistas
e trabalhistas a Paris, para trazer a
colher de chá para o Ynocelino. Todos
o fazem, mesmo os que de retorno
vão apresentar ao Sr. e ao Menelaus
os melhores protestos de fidelidade
e amor. Quanto menor a fricção
com eles, no Brasil e tanto maior
o volume aqui desses visitantes, turistas
por conta de Nazaré. Querendo saber
quem são e' só pedir ao Sr. Bonifácio
a lista dos em comissão no Externo...

São as coisas que me ocorrem dizer, fazer do outro
pela sua vontade, de serne faculte e do governo
por quem tanto plebeus o tem em mente pelo Brasil.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
Presidência da República Federativa do Brasil
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

2.

Ministerio da Guerra
Estado Maior do Exército
Do Alido Militar, em Paris.

o conjunto de reformas
e leis que vão sendo
promulgadas, todavia que,
nem por não esconder, deixarem de
lado o campo da Justiça: - os juizes,
julgam de acordo com as leis; os
juizes noturnos, de acordo com as velhas
leis; e, finalmente, os juizes comunistas
e contra-revolucionários, usam os Tratados
a torcerem as leis de acordo com as
suas conveniências políticas.

Antes de partir apresentei a 2ª. sessão
do E. U. o trabalho que envio, ^{em parte,} ao Sr.
sobre a conjuntura nacional da França.
O Gm. de Gaulle só assumiu o poder
com a Constituição da 5ª. República
que fez seu Executivo muito mais
forte do que os Executivos sul america-
nos, e, particularmente, o novo: - por
um lado, absurdo este, após
uma Revolução vitoriosa. Tudo
que este este aspecto ^{nesses trabalhos} do continente,
de Bourdeaux, professor de Sorbonne,

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na ABCP

Presidência da República Federativa do Brasil

(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

Dai' a importancia da ampliação do
Supremo, como medida paliativa
do expurgo unrealizado. Nessa
hora peço ao sr. não esquecer o nome
do Presidente de Honra, Neto que luta
em seu, através todas as vicissitudes
na vinte anos e, principalmente, de
1954 para cá.
Em verdade o sucesso da Restitu-
ção só será consagrado pelo êxito de
política econômica do Governo. Assim,
penso de justificar, plenamente, a
firmeza do governo no essencial desde
política. A história já o disse: - o
difícil não foi o saneamento do Rio
por Osvaldo Cruz, mas sim a existência
de um estadista, como Rodrigues Alves,
apoiando o seu auxiliar. O mesmo
tem relação a Joaquim Távora e
a Campos Sales.
Nada obstante, enquanto não
apreciarem os frutos dessa Política
torna-se indispensável a instituição
na luz da Revolução através o

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do


ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º
651958.

3

 *Ministério da Guerra*
Estado Maior do Exército

Do Alido Militar, em Paris.

diferença está no fato
de que, na França, os
jornalistas são processa-
dos e condenados a prisão e multas,
porque, naturalmente, os juízes julgam
de acordo com a legislação. Ora,
sendo a grande imprensa, como o
Rádio e a Televisão representantes,
em todos os países democráticos, dos
grandes grupos de pressão econômica,
como julgar injustificável, tenha,
também, o governo os seus meios de
apresentar ao povo a sua verdade,
isto é a defesa de sua política?

Parece-me, mais justo, se este
feito for intermediado de legislação
apropriada, do que cessando os
contínuos processos ~~corruptos~~
guscelinos e ganço.

Pelo que vejo a repercussão interna-
cional foi a de Revolução, em si, ha-
vendo nos velhos países a compreensão
de que alguma coisa tem que ser

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º
651958.

realizado, em conferências realizadas em
Belo Horizonte, veio em 1960, e
constam de uma revista política editada
mensalmente, em Belo Horizonte. É muito
interessante a comparação que poderá ser
feita entre as opiniões de de Gaulle em 58
e as da nossa Constituição. Como de Gaulle
o nosso Presidente escolheu o caminho
mais difícil, mas, infelizmente, não
teremos, ainda, a obrigação feita
por de Gaulle, desde a primeira hora,
da proteção de uma legislação constitu-
cional com a proibição e a necessi-
dade da Restrição durar.

O mesmo quanto à licença do
Rádio e da Televisão no Brasil e
a sua sujeição absoluta ao governo
na França. Daí não ter sido ne-
cessário, aqui, nenhum amordaça-
mento da Imprensa, embora, se não
retirássemos os processos contra os
jornalistas por ofensa ao Presidente.
Ainda, aqui nesse setor, a dife-

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na ABCP

Presidência da República Federativa do Brasil

(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

Dai' a importancia da amblicação do
Supremo, como medida paliativa
do expurgo unrealizado. Nada
toza, pelo ao sr. não esquecer o nome
do Prudente de Moraes, Neto que luta
conosco, através todas as vicissitudes
na vinte anos e, principalmente, de
1954 pra cá.
Em verdade o sucesso de Revolu-
ção' so' sera' consagrado pelo exito de
politica economica do governo. Assim,
penso de justificar, plenamente, a
firmeza do governo no essencial desde
politica. A historia ja' o disse: - o
dificil não foi o saneamento do Rio
por Osvaldo Cruz, mas sim a existên-
cia de um estadista, como Rodrigues Abrs.,
apoiando o seu auxiliar. E nunca
em relação a quem quer que seja e
a Campos Sales.
Nada obstante, enquanto não
aparecerem os frutos dessa politica
torna-se indispensavel a substituição
na ligação da Revolução através o

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

quebrada...
Quanto à permanência da canalha
em Montevideo, parece-me, das coisas
graves a enfrentar, pois, aqui o mal
que podem fazer é muito menor,
apesar do grosso dinheiro que podem
espalhar para a permanência de uma
visão de forma da Revolução e, prin-
cipalmente, da possibilidade de um
retorno...

São as coisas que me ocorrem de vez, fazer do outro
pela sua vontade, de serne família e do governo
por quem tanto peleguam o bem em todo pelo Brasil.

Esta, a meu ver, a explicação
de romaria, de deputados ^{senadores} ~~possidista~~,
e trabalhista, a Paris, para trazer a
colher de chá para o Ynocentio. Todos
o fazem, mesmo, os que de retorno
vão apresentar ao Sr. e ao Mendel/
os outros meios protestos de fidelidade
e amor. Quanto menor a amizade
com eles, no Brasil, e tanto maior
o volume aqui de seus visitantes, turistas
por conta de férias. Querendo saber
quem são e se pedir ao Sr. Brinjeis
a lista dos em comissão no Exterior.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

Manifesto em S. Paulo pede "defesa da nação ameaçada"

São Paulo — Em manifesto que denuncia a ação de multinacionais e "uma pluralidade de ações econômicas e sociais comandadas por interesses imediatistas, geradas no exterior", o General Antônio Carlos de Andrada Serpa, o empresário Antônio Ermirio de Moraes, o ex-Ministro Severo Gomes, o Senador Saturnino Braga, o ex-Governador Sinval Guazzelli (RS), o pensador Alceu de Amoroso Lima e o General Euler Bentes Monteiro, entre outros, anunciam a criação de uma entidade "em defesa da nação ameaçada."

O manifesto tem duas páginas e foi distribuído ontem à imprensa pelo ex-Ministro da Indústria e Comércio do Governo Geisel, Severo Gomes. Os signatários convocam "homens e mulheres deste país, acima de posições partidárias" e explicam que o documento não tem "outra conotação ideológica além do tradicional patriotismo brasileiro." O manifesto pede "uma ação decisiva para recuperação do comando do próprio destino (do país) e para reconquista da identidade nacional, essenciais à consolidação da abertura política e dela também essencialmente dependentes."

Quem assina

A cópia divulgada ontem pelo Sr Severo Gomes contém uma página datilografada com os nomes dos primeiros signatários do manifesto "em defesa da nação ameaçada". São eles: Alceu de Amoroso Lima, Antônio Cândido de Mello e Souza, Antônio Carlos de Andrada Serpa, Antônio Didier Viana, Antônio Ermirio de Moraes, Antônio Houaiss, Ariano Suassuna, Armando Pereira Peixoto, Aurélio Buarque de Holanda, Barbosa Lima Sobrinho, Caio Amara, Carlos Guilherme Mota, Cleantho de Palva Leite, Cyro Martins, Euler Bentes Monteiro, Evandro Paranaíba, Fernando Henrique Cardoso, Goffredo da Silva Telles (autor da Carta aos Brasileiros, João Camarão Telles Ribeiro, José Honório Rodrigues, José Walter Bautista Vidal, Luiz Carlos Bresser Pereira, Marco Antônio Campos Martins, Paulo Duarte, Pompeu de Souza, Roberto Saturnino Braga, Rogério Cesar de Cerqueira Leite, Rômulo de Almeida, Ruy Lopes, Sérgio Buarque de Holanda, Severo Gomes e Sinval Guazzelli.

Íntegra

Esta é a íntegra do manifesto:

"Após a Segunda Grande Guerra, a economia mundial esteve em período de grande expansão, permitindo ao Brasil, na vigência do modelo econômico iniciado em 1956, transformar-se, excetuando-se os aspectos qualitativos, na oitava economia do mundo ocidental. Entretanto, a persistência do mesmo modelo, sem as correções que atendessem aos objetivos e às necessidades da nação, determinou graves distorções políticas, econômicas e sociais no desenvolvimento brasileiro, daí a estrutura dispersa e economicamente inviável do parque industrial, retalhado entre as principais empresas multinacionais, o crescimento da dependência tecnológica e a deterioração do processo educacional, a ação dolosa contra o instituto estruturador das nações híidas que é a Universidade, o acelerar do endividamento externo, as investidas sobre o setor financeiro, a ameaça à posse dos recursos energéticos nacionais, a ocupação progressiva de parcelas consideráveis do território nacional por empresas estrangeiras, o profundo processo de alienação de nossa sociedade, a inexplicável doação do subsolo brasileiro e a exploração internacional, que colaboram em um processo inexorável de desagregação da nação brasileira."

"No passado, quando uma nação era invadida e colonizada surgia, cedo ou tarde, uma nova cultura e uma nova identidade nacional própria, dependendo, não da qualidade, mas antes das resistências culturais relativas dos povos em confronto. A nova cultura resultante se constituía independente da dominação de qualquer dos dois participantes, em comunidade culturalmente autônoma e, conseqüente, com a capacidade de converter-se em nação independente."

"O que está ocorrendo com o Brasil, entretanto, não tem precedentes na História. Não estamos sendo submetidos à ação, exploratória que seja, de uma outra nação. Estamos sendo submetidos a uma pluralidade de ações econômicas e sociais comandadas por interesses imediatistas, geradas no exterior e sem quaisquer compromissos com a vida nacional."

"Essas ações, levadas a cabo com a omissão displicente de brasileiros, com flagrante indiferença à opinião pública nacional, vêm-se tornando cada vez mais frequentes. O descaso aos interesses nacionais com que empresas estrangeiras vêm tratando dos seus negócios no nosso país é evidenciado na leitura diária dos jornais."

"Em qualquer país emancipado, não seriam sequer concebidas transações dessa natureza envolvendo parcelas significativas do patrimônio nacional. Sentem-se os interesses estrangeiros autorizados a elaborar propostas e projetos ofensivos à dignidade nacional porque se acostumaram à tolerância excessiva que tem caracterizado a sociedade brasileira, à negligência e permissividade com que nossa sociedade vem cuidando de seus próprios interesses autoriza o capital alienígena a apresentar propostas lesivas à economia brasileira e ofensivas à dignidade nacional."

"Todo esse conjunto de ações vem sistematicamente e de maneira crescente minando o poder de barganha e o de defesa dos interesses nacionais, agora já substancialmente enfraquecidos. O processo de capitulação em curso é consubstanciado no início da aplicação ao nosso país, de algumas medidas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional — FMI — cuja ação intervencionista retirará da nação, parcela da nossa soberania."

"O objetivo do Fundo e o que ele representa é, com sua atuação no Brasil, adquirir um novo poder que permita a construção de uma ordem econômica internacional ainda mais injusta que a dos últimos decênios da nossa vida."

"A descaracterização da nacionalidade exige da sociedade brasileira uma ação decisiva para a recuperação do comando de seu próprio destino e para a reconquista da identidade nacional, essenciais à consolidação da abertura política e dela também essencialmente dependentes. Essas são condições indispensáveis à realização das aspirações maiores do povo brasileiro, a grande vítima, em sua miséria, dessas alienações."

"Para dar estrutura e força ao movimento em resguardo desses interesses nacionais já está em curso a constituição de uma entidade capaz de reunir quantos estejam dispostos a oferecer seus conselhos à análise, ao entendimento, à divulgação e à defesa de tudo aquilo que se relacione com a preservação e o fortalecimento dos valores espirituais e morais do patrimônio cultural e material do Brasil."

"Desta forma, sem outra conotação ideológica além do tradicional patriotismo brasileiro, convocamos homens e mulheres deste país, acima de posições partidárias, sob a proteção de Deus, ao esforço conjunto na defesa dos direitos da nacionalidade."

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil



CELSO BRANT Titular da Cadeira número 1 da ABCP (in memoriam)

Biografia

Membro do Partido Republicano (PR) em Minas Gerais, iniciou a sua carreira política como secretário particular do governador mineiro Clóvis Salgado e, depois, seu chefe de gabinete durante a passagem de Salgado pelo MEC. Foi ministro da Educação durante o governo de Juscelino Kubitschek, ocupando o cargo durante 5 meses.

Eleito deputado federal em 1956 e 1962 pelo PR mineiro, foi o secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista. Em junho de 1964, por força do Ato Institucional Nº 1 (AI-1), criado 8 dias após o golpe de estado que derrubou o então presidente João Goulart, Celso Brant perdeu seus direitos políticos por 10 anos. Segundo arquivos do Instituto para o Estudo dos Regimes Totalitários da República Tcheca, Brant trabalhou para o serviço secreto da antiga Tchecoslováquia (StB, que então operava sob a supervisão do KGB) com o codinome "MACHO".[2]

Com o encerramento do bipartidarismo, regressou ao cenário político em 1982, sendo candidato a suplente de senador pelo PTB no estado do Rio de Janeiro, em 1982, não obtendo êxito. Em 1984 criou o Movimento de Mobilização Nacional, que transformou-se em partido no ano seguinte, o PMN, de quem foi presidente nacional. Foi candidato à presidência por esta legenda, obtendo pouco mais de 100 mil votos em 1989. Durante sua campanha, defendeu uma plataforma eleitoral essencialmente nacionalista. No ano seguinte, concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados, ficando com a primeira suplência.

De volta a Minas Gerais, se elegeu vereador por Belo Horizonte, e foi Secretário do Trabalho durante o governo de Itamar Franco.

Em 1999, divergiu e saiu do PMN, tendo breve passagem pelo PTdoB mineiro, que presidiu em 2000. Publicou diversos livros sobre economia e política, e foi habitual articulista de vários jornais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Morreu em 24 de abril de 2004, aos 83 anos, quando sentiu-se mal em sua casa, logo após fazer uma sessão de hemodiálise.

Ministro da Educação do Brasil

Período 30 de abril de 1956 a 3 de outubro de 1956



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Antecessor Clóvis Salgado da Gama

Sucessor Nereu Ramos

Vereador por Belo Horizonte Bandeira de Belo Horizonte.png

Período 1 de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1996

Deputado federal por Minas Gerais

Período 1 de fevereiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963

Dados pessoais

Nome completo Celso Teixeira Brant

Nascimento 16 de dezembro de 1920

Diamantina, MG

Morte 24 de abril de 2004 (83 anos)

Belo Horizonte, MG

Nacionalidade brasileiro

Progenitores Mãe: Maria Amália Teixeira Brant

Pai: José Ferreira de Andrade Brant Neto

Partido PR (1954–1964)

PTB (1981–1985)



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

const. 1946; dep. fed. SP 1946-1955, 1959, 1960 e 1961-1962.

Titular da Cadeira número 2 da ABCP Fundador da Petrobras

Eusébio Martins da Rocha Filho nasceu em São Paulo no dia 20 de novembro de 1917, filho de Eusébio Martins da Rocha e de Maria Carolina da Rocha.

Cursou o Colégio Militar e formou-se pela Faculdade Nacional de Filosofia e pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Especializou-se em direito trabalhista.

Foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1945 e presidente da agremiação em São Paulo. Elegeram-se no pleito de dezembro de 1945 deputado por São Paulo à Assembléia Nacional Constituinte, na legenda do PTB. Assumindo a cadeira em março de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. Nessa legislatura foi membro da Comissão Permanente de Indústria e Comércio e da Comissão Especial de Pecuária.

Integrou a comissão diretora do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), fundado em abril de 1948 com o objetivo de promover a tese do monopólio estatal do petróleo. No pleito de outubro de 1950 reelegeram-se deputado federal por São Paulo, na legenda do PTB.

Defendendo posições nacionalistas, foi um dos líderes da campanha “ O petróleo é nosso”, em defesa do monopólio estatal da exploração petrolífera. Em dezembro de 1951, o presidente da República, Getúlio Vargas, enviou ao Congresso o projeto de criação de uma sociedade de economia mista (Petrobras) como solução para o problema do petróleo. Em janeiro do ano seguinte, Eusébio Rocha apresentou um projeto substitutivo à proposta do governo. Introduzia dois pontos no projeto original, o primeiro formulando de modo mais preciso a exigência de controle estatal sobre a empresa a ser criada e o segundo eliminando o aspecto inconstitucional do artigo 4º do projeto, limitando a refinarias e navios os bens relativos a petróleo de que a União poderia dispor para a integralização do capital inicial da empresa.

Segundo o periódico gaúcho *Coojornal* de agosto de 1979, Eusébio Rocha, instruído por Getúlio Vargas, conseguiu o apoio da União Democrática Nacional (UDN) para a tese do monopólio petrolífero. Em junho de 1952, a UDN apresentou um substitutivo ao projeto, que foi assinado pelos representantes dos principais partidos, inclusive Eusébio Rocha. O substitutivo refutava a idéia de uma sociedade mista, propondo a criação de uma entidade estatal. Levado ao Senado, sofreu alterações. De volta à Câmara, foi apreciado por uma comissão especial, da qual fez parte Eusébio Rocha. Aprovado no Congresso o parecer da comissão especial, Getúlio Vargas sancionou em outubro de 1953 a Lei nº 2.004, que estabeleceu o monopólio e criou a Petrobras.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil confirmada pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



Eusébio Rocha foi um dos fundadores da Liga de Emancipação Nacional (LEN), criada em abril de 1954, por iniciativa do CEDPEN, com o objetivo de defender as liberdades democráticas e de lutar por um desenvolvimento independente. Assumiu o cargo de tesoureiro-geral da liga, que seria fechada pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) dois anos depois.

Candidatando-se à reeleição no pleito de outubro de 1954, pelo PTB, não obteve sucesso, deixando a Câmara Federal ao final

da legislatura, em janeiro do ano seguinte. No pleito de outubro de 1958 obteve apenas uma suplência de deputado federal por São Paulo, na legenda do Partido Democrata Cristão (PDC). Ocupou uma cadeira na Câmara de setembro a outubro de 1959, de junho a julho de 1960 e de outubro de 1961 a fevereiro de 1962. Neste último período foi vice-líder do PDC na Câmara.

Candidato do PDC à Câmara Federal nas eleições de outubro de 1962, obteve o apoio da Aliança Eleitoral pela Família (Alef),

criada em 1962, em substituição à Liga Eleitoral Católica (LEC), com o objetivo de apoiar candidatos comprometidos com os princípios sociais da Igreja. Obteve, no entanto, apenas uma suplência.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de outubro de 1965, e a posterior implantação do

bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição ao regime militar instalado após a deposição do presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Com a assinatura, em 1976, de contratos de risco entre a Petrobras e companhias petrolíferas estrangeiras para a exploração de petróleo brasileiro, voltou à vida



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

pública, proferindo palestras em todo Brasil. Para opor-se ao estabelecimento daqueles contratos, lançou em 1977 sua candidatura a deputado federal por São Paulo, na legenda do MDB, com vista às eleições de outubro do ano seguinte. Obteve, no entanto, apenas uma suplência.

Exerceu a advocacia e deu aulas de direito em São Carlos (SP) em 1979. Com a extinção do bipartidarismo em novembro desse ano e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1980. Nessa legenda concorreu

ao Senado por São Paulo no pleito de novembro de 1982, não conseguindo eleger-se. Tornou-se membro da Executiva Nacional do PDT e presidente do Instituto Alberto Pasqualini, órgão de formulação política deste partido.

Foi professor de matemática e engenheiro agrimensor, membro do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e da Associação dos Ex-Alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Faleceu na cidade de São Paulo no dia 1º de abril de 1995.

Foi casado com Arlete de Almeida Rocha, com quem teve dois filhos.

Publicou *Energia elétrica, fator de progresso e bem-estar social*; *Considerações sobre a situação financeira de São Paulo*; *Denúncia à nação contra o trust estrangeiro do petróleo*; *Campanha nacionalista do petróleo*; *Acordo de garantias, Brasil, país ameaçado e Petróleo, monopólio estatal, condição de soberania para o Brasil*. Marcelo Costa da Silva

FONTES: AUDRÁ, A. *Bancada*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório (1946-1967)*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CARVALHO, E. *Petróleo*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; COHN, G. *Petróleo*; *Coojournal (8/79)*; *Diário do Congresso Nacional*; *Estado de S. Paulo (5/9/62, 1/4/95)*; *Folha de S. Paulo (4/5/85)*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil (1/3/79, 6/1/80, 6 e 9/4/95)*; LEITE, A. *Páginas*; LIGA EMANCIP. NAC.; SUP. TRIB. FED. *Supremo*.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil



André Franco Montoro, nascido em São Paulo no ano de 1916, filho do tipógrafo italiano Andrea Montoro, natural da Calábria, e da espanhola Tomasa Alijostes Zubia, natural do País Basco[1]. Fez o primário na Escola Normal Caetano de Campos e concluiu o secundário no Colégio São Bento.

Em 1934 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), pela qual formou-se em 1938. No mesmo período cursou Filosofia e Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, posteriormente nomeada de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), obtendo licenciatura também em 1938.

Foi professor universitário da PUC-SP nos dois anos seguintes a sua formatura. Também foi secretário-geral do Serviço Social da Secretaria de Justiça do estado de São Paulo e procurador do estado entre 1940 e 1950.

Durante a juventude colaborou em alguns periódicos, como O Debate (do qual foi diretor), O Legionário, Folha da Manhã, A Noite e Diário de São Paulo.

Franco Montoro em Avaré, década de 1980.

Carreira política

Sua longa carreira política iniciou-se quando foi eleito vereador em São Paulo pelo PDC, ao lado de Jânio Quadros, em 1947. Foi eleito deputado estadual em 1950 e deputado federal em 1958, 1962 e 1966.

Foi ministro do Trabalho e Previdência Social, durante o breve período parlamentarista do Brasil, compondo o gabinete do primeiro-ministro Tancredo Neves de 8 de setembro de 1961 a 12 de julho de 1962.

Ingressou no MDB após a queda de João Goulart e a instauração do Regime Militar de 1964. Foi eleito senador em 1970 e reeleito em 1978.[2] Em continuidade ao MDB, fundou o PMDB em 1980.[3]



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Foi eleito governador de São Paulo em 15 de novembro de 1982, na primeira eleição direta para o cargo após vinte anos, tendo vencido quatro concorrentes: o ex-prefeito paulistano Reinaldo de Barros (PDS), o ex-presidente Jânio Quadros (PTB), o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Rogê Ferreira (PDT). Tomou posse em 15 de março de 1983. Sua investida no Palácio dos Bandeirantes permitiu a efetivação de seu suplente, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em sua vaga no Senado Federal.

Durante o mandato de governador, foi um dos artífices da campanha das Diretas Já e, a seguir, da eleição de Tancredo Neves à Presidência da República. Sua primazia sobre os peemedebistas de São Paulo refluíu a partir de 1985, quando Jânio Quadros derrotou Fernando Henrique na disputa pela prefeitura da capital. Após a vitória de Orestes Quécia na eleição para governador em 1986, Montoro foi um dos artífices da criação do PSDB, em 1988. Presidente nacional do PSDB, foi derrotado na eleição para senador em 1990, mas recompôs sua liderança política ao ser novamente eleito deputado federal em 1994 e 1998.

Faleceu no dia 16 de julho de 1999, em São Paulo, dois dias após seu aniversário de 83 anos.

O governo Montoro

Como governador, Montoro descentralizou a administração do estado em 42 regiões de governo. Na área da educação, municipalizou a merenda e as construções escolares, além de implantar o ciclo básico no extinto primeiro grau.

Construiu quatro mil quilômetros de estradas vicinais, ampliou as redes de água e esgoto e a quantidade de municípios atendidos pela Sabesp, expandiu a linha Leste-Oeste do Metrô (a atual Linha 3 - Vermelha) e reequipou as Polícias Civil e Militar, criando a Operação Polo e o Tático Móvel, como iniciativas para reduzir a criminalidade.

Seu governo herdou muitas dívidas da gestão de Paulo Maluf e José Maria Marin, o que não deu a Montoro a fama de tocador e inaugurador de grandes obras.

Montoro também enfrentou greves de professores e servidores públicos, atendendo às suas reivindicações logo após o início das manifestações, conquistando portanto, o respeito e a admiração do funcionalismo.

Curiosamente, alguns membros do secretariado de Montoro tornar-se-iam governadores de São Paulo anos mais tarde: José Serra, Secretário de Planejamento de Montoro, foi Governador do Estado entre 2007 e 2010; Orestes



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Quércia foi vice-governador durante a gestão de Montoro, e acabou por sucedê-lo, governando no período de 1987 a 1991; Mário Covas foi prefeito de São Paulo nomeado por Montoro em 1983 e foi Governador do Estado por duas vezes, de 1995 a 1999 e de 1999 até a sua morte em 2001. E Aloysio Nunes foi vice-governador de Fleury entre 1991 e 1994.

Por esses motivos, parte da oposição acusa que o Estado de São Paulo está ocupado desde 1983 pelas mesmas poucas pessoas e grupos políticos, sendo esse processo iniciado por Montoro.

A luta pela redemocratização

Leonel Brizola e Franco Montoro no Comício da Candelária

Montoro foi uma das principais lideranças na luta pela redemocratização do país e da campanha pelas eleições diretas para presidente da República. Ao lado de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, esteve em todos os discursos e comícios pró-diretas, em 1984.

Em 1988, descontente com os rumos do PMDB, foi um dos fundadores e presidente do PSDB em 1988. Candidatou-se ao Senado em 1990, perdendo para Eduardo Suplicy. Voltou a atuar como deputado federal entre 1995 e 1999, ano em que morreu vítima de infarto.

Família de políticos

Dois de seus filhos seguiram na carreira política do pai, José Ricardo Franco Montoro (Ricardo Montoro) elegeu-se vereador em 2000 com 28.744 votos e reeleito em 2004 com 57.600 votos. Eleito Deputado Estadual em 2006 com

81.181 votos, assumiu a Secretaria Municipal de Participação e Parceria na gestão do Prefeito Gilberto Kassab. Saiu candidato em 2010 para Deputado Federal, com 74.213 votos, tendo sido suplente.

André Franco Montoro Filho foi secretário de estado no governo Covas e tentou uma cadeira na Câmara Federal em 2006 pelo PSDB. Teve 58.010 votos (equivalente a 0,28% dos votos válidos), tendo sido suplente, foi efetivado em 2011.

Seu neto, André Pacheco Silva Franco Montoro (André Montoro), entrou para a Prefeitura de São Paulo na gestão João Doria Jr. (2017-2018), na Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, sendo um dos responsáveis pelo



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

programa Fab Lab Livre SP e pelo projeto Descomplica SP. Na gestão Bruno Covas (2018-2020), integrou a equipe da Casa Civil, sendo responsável pela articulação do Poder Executivo e Poder Legislativo paulistano.

Desempenho em eleições

Ano	Eleição	Partido	Candidato a	Votos	Resultado
1950	Municipal de São Paulo	PDC	Vereador		Eleito
1954	Estadual de São Paulo	PDC	Deputado Estadual	8.863	Eleito
1958	Eleição Federal de São Paulo	PDC	Deputado Federal	76.646	Eleito
1962	Eleição Federal de São Paulo	PDC	Deputado Federal	62.463	Eleito
1966	Eleição Federal de São Paulo	MDB	Deputado Federal	80.315	Eleito
1970	Senado de São Paulo	MDB	Senador	1.985.868	Eleito
1978	Senado de São Paulo	MDB	Senador	4.517.456	Eleito
1982	Governo de São Paulo	PMDB	Governador	5.441.583	Eleito
1994	Eleição Federal de São Paulo	PSDB	Deputado Federal	223.558	Eleito
1998	Eleição Federal de São Paulo	PSDB	Deputado Federal	99.356	Eleito

Homenagens

Desde 28/11/2001, conforme a Lei Federal n. 10.314, seu nome figura homenageado no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. É, também, patrono do Centro Acadêmico do curso de Direito da Universidade Estadual

Paulista (UNESP), campus de Franca. Também é homenageado em Mogi Guaçu com seu nome em uma faculdade municipal, "Faculdade Municipal Professor Franco Montoro". Também foi homenageado em Praia Grande litoral de São Paulo, uma escola no nome dele E.M.Governador Franco Montoro. Também foi homenageado na cidade de São Lourenço da Serra na Zona Metropolitana de São Paulo, com uma escola com o nome de Governador André Franco Montoro. Sendo ainda homenageado em uma escola em Valinhos, São Paulo, nomeada E.M.E.B "Governador André Franco Montoro", e também no município vizinho, Vinhedo, com escola chamada Escola Municipal Prof. André Franco Montoro.

Livros

São os livros publicados por Franco Montoro, considerando-se o ano da primeira edição:

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do
Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob
Presidência da República Federativa do Brasil

Os princípios fundamentais do método no direito (1942)

Três temas sobre a propriedade (1945)

Condição jurídica do nascituro no direito brasileiro (1953)

Integração econômica, social e política da América Latina (1958)

Con los pobres de América (1962, em colaboração com Eduardo Frei Montalva, Rafael Caldera, Radomiro Tomic e
Héctor Cornejo Chávez)

Salário-família, promoção humana do trabalhador (1963)

Ideologias em luta (1966)

ABC dos direitos do trabalhador (1968)

Introdução à ciência do direito (1968)

Da democracia que temos para a democracia que queremos (1974)

Hay que reinventar la democracia (1976, em colaboração com Luis Herrera Campins, Étienne Borne, Eduardo
Fernandes e outros)

A luta pelas eleições diretas (1978)

Estudos de filosofia do direito (1981)

Alternativa comunitária, um caminho para o Brasil (1982)

Leis e projetos de inspiração comunitária (1982)

Participação: desenvolvimento com democracia (1990)

Perspectivas de integração da América Latina (1994)

Bibliografia

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Fundação Getúlio Vargas

Os homens que governaram São Paulo, de Odair Rodrigues Alves. São Paulo: Editora Nobel/Edusp, 1986 27.º

Governador de São Paulo

Período 15 de março de 1983 até

15 de março de 1987

Vice-governador Orestes Quércia (1983-1986)

Nenhum (1986-1987)



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Antecessor José Maria Marin

Sucessor Orestes Quércia

Senador por São Paulo

Período 1 de fevereiro de 1971 até
15 de março de 1983

(2 mandatos consecutivos)

Deputado federal por São Paulo

Período 1.º - 1 de fevereiro de
1959 até 8 de setembro de 1961 2.º - 12
de julho de 1962 até 31 de janeiro de
1966 3.º - 1 de fevereiro de 1995 até 16
de julho de 1999

Ministro do Trabalho do Brasil

Período 8 de setembro de 1961
até 12 de julho de 1962

Presidente João Goulart

Antecessor José de Segadas Viana

Sucessor Hermes Lima

Deputado Estadual de São Paulo

Período 1.º - 1º de agosto de
1941 até 16 de julho de 1945 2.º - 1º de
agosto de 1946 até 23 de setembro de
1950

Dados pessoais

Nascimento 14 de julho de 1916 São
Paulo, SP

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Morte 16 de julho de 1999 (83 anos)

São Paulo, SP

Nacionalidade brasileiro

Alma mater Universidade de São Paulo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Primeira-dama Lucy Montoro Partido PDC (1947-1965) MDB (1966-1980) PMDB (1980-1988) PSDB (1988-1999)

Religião católico romano

Profissão advogado



Fonte https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Covas

Mário Covas Júnior (Santos, 21 de abril de 1930 – São Paulo, 6 de março de 2001) foi um engenheiro e político brasileiro. Foi o trigésimo governador do estado de São Paulo, entre 1 de janeiro de 1995 e 22 de janeiro de 2001, quando se afastou do cargo em decorrência de um câncer que o acometeu. Como Mário Covas não renunciou ao seu mandato, ele manteve a sua condição de governador afastado até o seu falecimento, em 6 de março de 2001. Nesse ínterim, Geraldo Alckmin governou o estado na condição de governador interino, sendo inclusive citado pela imprensa como tal.

Origens e formação



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Nascido em Santos, Mário Covas era filho de Mário Covas Pérez e Arminda Carneiro Neto. Pelo lado paterno, era neto do espanhol Jesús Covas Pérez e da portuguesa Ana Francisca Rodrigues Estaca. Pelo lado materno, era neto do português Manuel Carneiro Neto e de Rosalina Marques filha de portugueses[1][2].

Aos catorze anos, mostrou seu interesse pela política, quando disse que queria ser técnico de futebol do time municipal e prefeito da cidade de Santos.[3] cursou o primeiro grau no Colégio Santista e o segundo grau no Colégio Bandeirantes, de São Paulo. Graduiu-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP), onde foi colega daquele que seria no futuro seu maior adversário político, Paulo Salim Maluf. Foi na USP que iniciou-se a militância política do jovem Covas, que seria eleito em 1955 vice-presidente da União Nacional dos Estudantes.[3]

Formado, Mário Covas trabalhou como engenheiro da prefeitura de Santos até 1962.

Carreira política

Deputado durante o regime militar

Iniciou sua vida pública em 1961, quando foi candidato derrotado à prefeitura de Santos, sua cidade natal. A respeito disso, Covas dizia que só não conseguiu ser eleito para dois cargos: Presidente da República e Prefeito de Santos. No ano seguinte conseguiu eleger-se para seu primeiro cargo, o de deputado federal, pelo PST.[3] Com a dissolução dos partidos políticos em 1965, Covas seria um dos fundadores do MDB, único partido político de oposição existente durante o período da Ditadura Militar.

Em 1968, Covas era o líder da bancada oposicionista na Câmara dos Deputados, porém foi cassado em em 16 de janeiro de 1969, com a outorga do AI-5. Ele ficou durante 10 anos com os direitos políticos suspensos. Com a cassação, e a perda dos direitos políticos, Mário Covas dedicou-se à engenharia.[4]

O retorno, prefeito de São Paulo e o mais votado senador na constituinte

Em 1979, reconquistados os direitos políticos, Covas retomou a luta contra a ditadura, tornando-se presidente do MDB. Foi reeleito deputado federal em 1982 pelo PMDB (sucessor do MDB), com um total de 300 mil votos. Com a posse do governador André Franco Montoro em março de 1983, seria nomeado por ele Secretário de Estado dos Transportes. No entanto, apenas dois meses depois, com o apoio do próprio Franco Montoro, venceria o grupo de Orestes Quécia dentro do PMDB e foi nomeado para a prefeitura de São Paulo, que comandaria, como "prefeito biônico" (referência ao seriado norte-americano: O Homem de Seis Milhões de Dólares), até o primeiro dia de 1986, quando passou o cargo para Jânio Quadros. Como prefeito de São Paulo, conduziu um amplo processo de asfaltamento de ruas, de melhoramentos na periferia da cidade e de recuperação dos órgãos e serviços públicos.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Anteriormente à chegada do PMDB ao poder, os senadores e prefeitos nomeados eram chamados pejorativamente de "Senador Biônico" e "Prefeito Biônico" numa alusão a um seriado norte-americano, mas Mário Covas, por ser do PMDB, foi poupado dessa pecha.

Em 1986, ano em que foi instituído pelo Presidente José Sarney o Plano Cruzado, considerado pela oposição um "estelionato eleitoral" por favorecer os candidatos da situação, Covas foi eleito senador com 7,7 milhões de votos, a maior votação de um candidato a cargo eletivo na história do Brasil até então, beneficiado também pela reputação conquistada como prefeito. Foi líder da bancada do PMDB no Senado durante a Assembleia que elaborou a Constituição de 1988. Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, alinhou-se muitas vezes às bancadas de esquerda e fez oposição ao chamado Centrão.

Em 1987, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, propôs a Mário Covas a formação de uma chapa dentro do PMDB para a disputa das eleições presidenciais seguintes, na qual Covas seria o candidato e Collor, o vice. Mário Covas recusou o convite.

Os primeiros anos de PSDB

Em 1988, Covas foi um dos principais líderes da dissidência do PMDB:[3] membros da legenda (incluindo o ex-governador Franco Montoro), insatisfeitos no diálogo político com o presidente José Sarney e com o então governador paulista Orestes Quércia, decidiram fundar um novo partido, o PSDB, do qual Mário Covas foi o primeiro presidente. Como indicado no próprio nome da legenda, o PSDB surgiu com uma plataforma social-democrata, defensora da manutenção do capitalismo de maneira regulada, com respeito aos direitos trabalhistas e promoção de uma justa distribuição de renda. Em relação ao PMDB, o PSDB, quando de sua fundação, pretendia manter-se em uma posição mais à esquerda, autodefinindo-se como um partido de centro-esquerda. Nas eleições presidenciais de 1989, as primeiras desde 1960, Covas foi o candidato do PSDB tendo como vice Almir Gabriel, ficando em quarto lugar. No ano seguinte, foi candidato derrotado a governador de São Paulo, ficando em terceiro lugar.

Como senador, desde o início do mandato do presidente Fernando Collor de Mello (PRN), Mário Covas, que havia apoiado o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno das eleições de 1989, fez oposição à sua administração. A partir de 1991, com dificuldades em aprovar projetos de seu interesse no Congresso Nacional, Collor passou a direcionar esforços na busca da adesão do PSDB ao governo, acordo que passaria pela cessão de cargos dentro de seu ministério. Mário Covas foi uma das principais vozes do partido a condenar qualquer negociação com Collor e, com efeito, seria um dos impositores da recusa do PSDB, recusa proferida não sem conflitos internos em março de 1992. Com o surgimento das denúncias de Pedro Collor em maio, Covas e o PSDB colheriam os dividendos de sua escolha política. O senador inclusive seria um dos principais nomes da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Congresso para investigar os negócios do presidente e que pediria o seu impeachment no relatório final aprovado em agosto. A Câmara Federal afastaria Collor em 29 de setembro e o presidente entregaria a sua carta-renúncia no início de seu julgamento pelo Senado em 29 de dezembro, a fim de evitar a cassação de seus direitos políticos por oito anos. A renúncia não seria aceita o julgamento prosseguiu, com Mário Covas votando pela cassação, concretizada por ampla maioria.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Em 1994 Covas foi novamente candidato a governador de São Paulo e venceu Francisco Rossi (PDT) no segundo turno com oito milhões de votos, sendo depois reeleito em 1998 para mais quatro anos de governo.

O governo Covas

No início de 1995, Mário Covas assumiu o estado de São Paulo declarando haver herdado inúmeras dívidas das gestões anteriores, apontando obras paralisadas e aparelhamento político de órgãos públicos, o que ocasionaria irregularidades em suas administrações. O Banespa, principal banco estadual do país, estava sob intervenção do Banco Central por má gestão. Intervenção esta que depois de ter sido investigada em uma CPI na Câmara dos Deputados mostrou-se trágica para a instituição, aumentando em muito a dívida do banco com o estado.

Mário Covas em 2001

Covas demitiu quatro mil empregados do Baneser, supostos fantasmas. Entre os demitidos, encontravam-se guardas escolares (todos) e funcionários do Fundo Social de Solidariedade. Renegociou contratos de serviços, que ficaram paralisados. Limitou os cargos de confiança e iniciou um processo de reforma e modernização administrativa. Privatizou uma série de empresas estatais, como a Eletropaulo, e longos trechos de rodovias estaduais; foi criticado pelo aumento dos números de postos de pedágio. Iniciou a licitação de linhas inter-municipais de ônibus da EMTU - que venciam em 1996. Num acordo de renegociação da dívida do Estado para com o governo federal, cedeu ao mesmo as linhas da Fepasa, posteriormente privatizadas.

No setor de saneamento básico, Covas recuperou as finanças da Sabesp e incentivou a recuperação e despoluição do Rio Tietê, iniciada no governo Fleury. No final da década de 1990, a capacidade de tratamento de esgotos cresceu com a ampliação da capacidade de tratamento da Estação de Tratamento de Esgotos de Barueri e inauguração das Estações de Tratamento de Esgoto Parque Novo Mundo, São Miguel e ABC.

Na área da educação, Covas foi severamente criticado por instituir na rede estadual o modelo de ensino de progressão continuada. Neste modelo, elimina-se a repetência por nível de aproveitamento (notas). Tal modelo é amplamente elogiado por educadores[carece de fontes], no entanto é consensual que para aplicá-lo corretamente deve haver um acompanhamento pedagógico muito bem estruturado que nem sempre ocorre na rede pública de ensino. Durante o mandato surgiram vários relatos de jovens prestes a concluir o ensino fundamental que seriam praticamente analfabetos.

Covas também sofreu críticas por recusar aumentos a professores e demais servidores públicos, chegando a entrar em conflito em junho de 2000 com professores na Praça da República, onde foi agredido por servidores grevistas que tentavam impedi-lo de entrar pela porta da frente na sede da Secretaria de Educação.

A 18 de Agosto de 1997 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Afastou-se do governo em janeiro de 2001 para tratar-se de doença, e não mais retornou. Seu vice, Geraldo Alckmin, o substituiu e permaneceu até o fim do mandato, em 2002, quando foi reeleito, ficando assim ao todo 6 anos à frente do governo paulista.

As privatizações

Através do denominado PED (Programa Estadual de Desestatização criado pela Lei Nº 9.361, de 5 de julho de 1996[6]), o governo Mário Covas privatizou as principais empresas e estradas estaduais entre 1995 e 2000, o que garantiu R\$ 32,9 bilhões aos cofres do estado. Um dos principais articuladores dos planos de privatização foi o secretário de Energia de Covas, David Zylbersztajn, juntamente com Geraldo Alckmin (então vice-governador), que à época presidiu o PED.

Banespa - Banco do Estado de São Paulo

CESP - Companhia Energética de São Paulo

CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz

Comgás – Companhia de Gás do Estado de São Paulo

Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo

Elektro – Serviços de Eletricidade

Fepasa – Ferrovia Paulista

Empresa Bandeirante de Energia

Rodovia dos Bandeirantes

Rodovia dos Imigrantes

Via Anchieta

Via Anhanguera

Morte Mário Covas em 1999.

Covas sofria de um grave câncer na bexiga. A primeira cirurgia foi realizada em dezembro de 1998, o tumor foi retirado e o Governador, submetido a quimioterapia.

Porém, a doença voltou em outubro de 2000 e, em 22 de janeiro de 2001, Mário Covas afastou-se do governo e teve de ser submetido a uma nova cirurgia, na qual parte de seu intestino teve de ser retirado. Ele morreria pouco depois, no dia 6 de março de 2001. O corpo está sepultado no Cemitério do Paquetá, em Santos.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil



Fonte <http://www.arcos.org.br/artigos/quem-foi-teotonio-brandao-vilela/>

Roberto Ramalho

Roberto Ramalho é Jornalista, Advogado, Relações Públicas e estudioso de assuntos políticos e jurídicos

Teotonio Brandão Vilela pai do atual governador de Alagoas Teotonio Brandão Vilela Filho foi um jornalista, cronista, ensaísta, empresário, político, boêmio e poeta, além de ter sido o Senador da Anistia, o Senador das Diretas Já (a idéia de criar um movimento a favor de eleições diretas foi lançada, em 1983, pelo então senador Teotônio Vilela no programa Canal Livre da TV Bandeirantes, o Guerreiro da Paz, o Peregrino da Democracia, o Menestrel das Alagoas, o Senhor Dignidade, e, sobretudo o Filósofo e Humanista que soube olhar com amor e coragem o seu País e reformular conceitos e idéias, quando se fazia e se fez necessário. Para Teotônio Vilela, a liberdade no Brasil deveria ser capaz, sobretudo, de garantir cidadania a todos os brasileiros. Quem poderia discordar disto? Acredito que só aqueles que foram contra a liberdade de informação, de expressão e contra a democracia. **Breve Biografia**

Teotônio Brandão Vilela nasceu na cidade de Viçosa, em 28 de maio de 1917 e morreu em Maceió, em 27 de novembro de 1983 vítima de um câncer. Ele foi acima de tudo um político brasileiro. Um de seus nove irmãos, Avelar Brandão Vilela, seguiu a carreira eclesiástica e, a partir de 1971, se tomou Cardeal-arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil. Seu primo, Otávio Brandão, foi líder comunista desde os primórdios da organização do movimento no Brasil, em 1922. Deixou também um sucessor o atual governador de Alagoas e ex-Senador pelo PSDB Teotonio Vilela Filho que nunca perdeu uma eleição em sua vida.

Segundo dados do Portal www.senado.gov.br frequentou as faculdades de Engenharia e de Direito, respectivamente em Recife e Rio de Janeiro. Chegou também a prestar exames na Escola Militar do Realengo, mas jamais concluiu nenhum curso universitário. Foi um dos organizadores da UDN em seu Estado. Elegeu-se deputado estadual em 1954. Em 1960 foi eleito vice-governador de Alagoas, na chapa do General Luís Cavalcanti (1961-1966).

De acordo ainda com o Portal do Senado acima descrito Teotônio Vilela apoiou o movimento de 31 de março de 1964 e, quando se formaram os dois novos partidos, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional, partido situacionista. Vitorioso no pleito de 15 de novembro de 1966 para o Senado tomou posse em fevereiro de 1967. Em seu primeiro discurso criticou o novo regime, já então no período governamental do General Artur da Costa e Silva. Em 1974, com a posse



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

do Presidente Ernesto Geisel, que trazia para o Governo o projeto liberalizante de uma distensão "lenta, gradual e segura", o Senador Teotônio inicia campanha pública pela redemocratização do País.

Segundo o Portal do Senado em maio de 1978, aderiu à Frente Nacional pela Redemocratização, movimento que agrupava, além do MDB, setores militares descontentes e políticos dissidentes da Arena em torno da candidatura do General Euler Bentes Monteiro e Paulo Brossard, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da República do Brasil. Com a posse do Presidente João Figueiredo, iniciada a chamada "abertura política", a 25 de abril de 1979, Teotônio Vilela, anunciando que "estava chegando onde sempre esteve", deixou a Arena e ingressou no MDB. Devido à grave doença contraída em meados de 1982, Teotônio desligou-se da vida parlamentar. Assumiu a vice-presidência do PMDB, continuando sua pregação em defesa da democracia. Permaneceu ativo até as vésperas de falecer, em Maceió, em 27 de novembro de 1983. Foi casado com Helena Quintela Brandão Vilela, com quem teve sete filhos.

Histórico Político

Em 1948, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN), exercendo o mandato entre fevereiro do ano seguinte e janeiro de 1959.

Em 1960, foi eleito vice-governador de Alagoas, na chapa do general udenista Luís Cavalcante, para o período compreendido de 1961-1966. Em 1966, candidatou-se a senador pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da base situacionista, assumindo a cadeira em fevereiro do ano seguinte.

Foi reeleito no pleito de novembro de 1974, um dos poucos arenistas que conseguiram ser eleito para o Senado quando o até então Movimento Democrático Brasileiro (MDB) conseguiu eleger dezesseis senadores e a ARENA apenas seis, uma vitória esmagadora da oposição levando naquela época o governo militar a criar a figura do senador biônico.

No dia 25 de abril de 1979, deixou a ARENA e ingressou no Partido oposicionista MDB e, posteriormente, se filiou ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Ao receber, em setembro de 1979, o título de Cidadão Paulistano concedido pela Câmara Municipal de São Paulo, explica a sua devoção pela liberdade:

"Cidadão de Viçosa de Alagoas, dos arredores da Serra dos Dois Irmãos, um dos últimos redutos da Guerra dos Palmares, vivo contemplando a imagem do Zumbi, sinto-lhe o rumos dos sonhos e o calor do sangue libertário."

Em 1980, com o fim do bipartidarismo e o surgimento de diversos partidos de oposição no Brasil, Teotônio preferiu filiar-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, considerado o continuador do extinto MDB, tornando-se um dos mais importantes nomes da legenda. Encerrou sua carreira parlamentar, em novembro de 1982, em decorrência de um câncer. No seu discurso de despedida (30.11.1982) fez questão de deixar clara a sua disposição em continuar atuando politicamente:

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil
Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

"Estou saindo desta Casa esta semana, isto não é despedida, mesmo porque não é do meu hábito despedir de nada. A vida política continua comigo, continuarei lutando lá fora, só não terei o privilégio de usar esta ou aquela tribuna. Quanto ao mais, prosseguirei na minha vida de velho menestrel, cantando aqui, cantando ali, cantando acolá, as minhas pequeninas toadas políticas." (Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 2.12.1982).

Poucos meses antes de morrer, Teotônio declarou em entrevista à imprensa que mantinha com a morte um relacionamento sem asperezas.

Morreu em 27 de novembro de 1983, de câncer generalizado, deixando-nos até hoje o legado da sua própria vida como exemplo de civismo e cordialidade, um exemplo para todos os políticos atuais, inclusive o seu filho e herdeiro político Teotônio Brandão Vilela Filho.

Por ocasião de sua morte, o jornal Folha de São Paulo de 14 de novembro de 1983, lhe rendeu uma homenagem fazendo publicar um editorial em que analisava o legado deixado pelo Senador das Alagoas para o País e a política.

De acordo com a publicação, "com disposição e ubiquidade, Teotônio lutou contra o arbítrio, contra a prepotência e contra a injustiça. A ausência de Teotônio Vilela põe termo a uma biografia política que as circunstâncias transformaram em saga. É nesta condição mitológica que sua vida pública, agora encerrada, continuará repercutindo no panorama brasileiro. Elevado à condição de unanimidade nacional, embalado pelo carinho da opinião pública e pelo aplauso de incontáveis admiradores, é provável que sua luta aberta contra o câncer tenha sido percebida como metáfora evidente – reunindo o pessoal e o coletivo – do combate idêntico que procurou travar, com disposição e ubiquidade espantosas, contra o arbítrio, a prepotência e a injustiça. Ao fazê-lo, Teotônio Vilela expandiu seu mandato legislativo até a radicalidade republicana do cidadão-senador, que no final já dispensava qualquer mandato. Sua ação deslocou-se paulatinamente da realidade das classes, dos partidos e dos interesses datados, para atingir outro terreno, o dos sentimentos perenes. A política precisa de Teotônios como os povos precisam de artistas. Parece-nos ser esta a pior das perdas que sua ausência nos inflige", afirma o texto escrito em 14 de novembro de 1983.

Teotônio foi casado com Helena Quintela Brandão Vilela, com quem teve sete filhos. Um de seus filhos, Teotônio Vilela Filho, ingressou na vida política em 1986. Em 19 de setembro de 1995, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) fundou o Instituto Teotônio Vilela, órgão de estudos e de formação política do Partido, fazendo uma homenagem a sua memória.

Reflexões e Pensamentos Filosóficos, Políticos e Sociais de Teotônio Brandão Vilela

"Há coisas que enchem a vida de alegria: lavar um cavalo na água fria do rio, sacudir um boi pelo rabo na carreira de uma vaquejada e falar com os jovens sentindo a esperança".

Boêmio inveterado, certa vez fez o seguinte comentário: "Gostava de acompanhar a cantoria tocando em caixinha de fósforo".

"Os Governos temem errar, e erram; muito mais porque não ousam acertar".

O Sonho é próprio de todos nós. Não há nenhuma realidade sem que antes se tenha sonhado com ela.

"Depois de andar pelos quatros cantos deste País, descobri que existe no Brasil uma Pátria. Estou saindo desta casa esta semana. Isto não é uma despedida, mesmo porque não é do meu hábito despedir-me de nada. A vida política continua

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

comigo; continuarei lutando lá fora, só não terei o privilégio de usar esta ou aquela tribuna. Quanto ao mais, prosseguirei na minha vida de velho menestrel, cantando aqui, cantando ali, cantando acolá, as minhas pequeninas toadas políticas".

"O Brasil é um País potencialmente senhor do futuro, porque o próprio futuro se encontra dentro dele".

"Sou um Patriota. Isso eu digo com arrogância. Seja em qualquer terreno. Por isto, eu luto".

"Existem duas coisas que são importantes na vida: Sensibilidade e ilusão. Por isto, é preciso acreditar no amanhã".

"A Democracia não é coisa feita. Ela é sempre uma coisa que se está fazendo. Daí porque ela é um processo em ascensão. É a experiência de cada dia que dita o melhor caminho para ela ir atendendo às necessidades coletivas. O que há de belo nela é isto. É que ela tem condições de crescer, segundo a boa prática que fizermos dela".

"Este País só será grande quando cada brasileiro se sentir responsável e influente pela força do seu pensamento na formação do todo nacional".

"Lutar pela liberdade já não é rara façanha do civismo pela honra da nacionalidade; é, também e imperiosamente, a condição do homem na conquista da própria identidade".

"A maior tragédia do Brasil não é a dívida externa, nem a dívida interna: é a dívida social".

"Ninguém erra por ser contemporâneo da ansiedade social".

"A água do São Francisco não é só para uso doméstico, é também para produzir riquezas".

"... Sofremos de carência generalizada: vai do feijão à Constituição".

"O meu princípio é o princípio da defesa contra qualquer tipo de mal".

"Cada um de nós faz parte da Natureza; nós temos que preservar a Natureza".

"A minha palavra de fé e de confiança nesta Nação continua".

"Não temos uma outra saída senão uma representação política capaz de reorientar a vida neste País. É quase que algo milagroso".

"Se alguém ainda hoje vai para uma urna votar, vai, sobretudo, tocado por um sentimento messiânico".

"Com tantos casuísmos, com tanta corrupção, com tanta fraude, pois ainda assim vamos sobreviver. Esta é a minha esperança!".

"Não pense ninguém que com velhos esquadros e com velhas régulas ou velhos princípios, ainda que clássicos, nós vamos poder atravessar as coisas. E tampouco vamos atravessar com violência. Temos que imaginar, temos que conceber primeiro a mudança em nossa imaginação, para depois aplicá-la".

"Vamos redescobrir esta Nação!"

"Este Brasil que, a esta altura, já deveria ser uma Nação de calças compridas, continua, hoje, uma criança de calças curtas".

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

"A Nação somos nós, não são eles... Nós não podemos entregar este País aos grupos internacionais que estão dominando o mundo... Nós não podemos entregar esta Nação à miséria..."

"Todos nós, se quisermos ajudar esta Nação, temos que nos compenetrar de que é preciso, antes de tudo, ser sério".

"Se não enfrentarmos as quatro dívidas – a dívida externa, a dívida interna, a dívida social e a dívida institucional – o Brasil acabará entregue aos estrangeiros ou à rebelião das ruas".

"Se faz política com as ruas, ou se faz política nas ruas".

"Abrir uma clareira nesse nevoeiro e nela se situar independentemente das poderosas influências locais, eis a luta do homem contra o meio dominante, em busca do legítimo conceito de honra".

"O comportamento popular não é um mistério, é uma indicação social".

"A educação religiosa já recebera de minha mãe. Meu pai era um agnóstico. Era um homem revoltado por causa de muitas injustiças e não compreendia certas coisas, porque ele achava que Deus, se tinha todos os poderes, poderia criar um mundo melhor".

"Quando Avelar, hoje Cardeal, comunicou ao meu pai que queria ser padre, foi um deus-nos-acuda. O velho rebelouse violentamente. Não se conformava. E repetia: — 'Eu não entendo que função tem padre. ' Meu pai tinha horror – mas horror profundo – a padre e militar... Ele não acreditava em nada. Acreditava no trabalho, na honestidade e na terra".

"O sentimento de Pátria deve ser restaurado".

"Uma das prerrogativas ainda válidas do parlamentar é interligar o Estado com a Nação".

"Temos todos nós, por ação ou omissão, estímulo ou incompreensão, responsabilidade dos fatos da história".

"O problema do menor abandonado é o maior abandonado, e o problema do maior abandonado é o desemprego, é a falta de cidadania".

Seu último desejo: "Quero morrer em minha terra".

Como um cavaleiro andante da Democracia, Teotônio Vilela tirou dinheiro do próprio bolso para visitar um por um os presos políticos que cumpriam pena. Em uma delegacia, esbarrou na arrogância de um policial que exigia mandado judicial. Agigantando-se, disse ele: — Dê licença, falo em nome da República!".

Diante das vítimas de tortura, Teotônio Vilela rogou ajoelhado: — "Perdão por não ter visto antes essa barbárie".

Sobre as punições sofridas pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira: "Juscelino teria sido ainda maior no ostracismo, ao provar com sua obstinada crença no Brasil que a liberdade durante o seu Governo não fora um ato de tolerância demagógica e nem um perigo para as instituições, mas um ato de amor à Democracia".

Ainda sobre Juscelino afirmou: "O que Juscelino mais conseguiu foi canalizar, burilar e comandar amor e alegria, argúcia e pertinácia, parcelas vivas dos anseios nacionais, dentro de um estilo de Governo que podia ser discutível, mas respaldado por uma maioria popular indiscutível".



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Ao deixar a Arena, partido de sustentação da ditadura militar e ingressar no MDB: "Estou chegando onde sempre estive".

A Ulysses Guimarães sobre sua andança pelo Brasil em favor das Diretas Já: "Sou um louco que perdeu o caminho do hospício".

Ao sair do presídio do Barro Branco, em São Paulo, Teotônio Vilela foi abordado por uma jornalista da Rede Globo, que perguntou sobre os terroristas. Teotônio foi direto: — "Não encontrei nenhum terrorista. Encontrei jovens idealistas que entregaram a vida pela liberdade no Brasil. Convidaria todos para se hospedar em minha casa, convite que não faço a muitos ministros do atual Governo".

No lançamento do Projeto Emergência que mais tarde viria a ser o conteúdo programático das Diretas Já: "O Projeto é a minha derradeira contribuição à Nação".

Comentário para Fafá de Belém depois de ouvir a música Menestrel das Alagoas, composta por Milton Nascimento e Fernando Brant em sua homenagem: — "As nossas gargalhadas juntas podem fazer o chão deste País tremer. Se não vier alegria, a gente não consegue a Democracia".

Encontro pessoal com o menestrel de Alagoas

Não sei precisar o ano em que aconteceu, pois não me recordo do ano nem tampouco da data, mas, acredito que tenha sido em 1979.

O acontecimento e o fato se deram no Museu Téo Brandão, na Avenida Duque de Caxias, antiga Avenida da Paz, em Maceió, capital de Alagoas. Lembro-me muito bem que num determinado instante no lançamento do livro Anistia aproveitei o exato momento junto com meu irmão Jornalista e Advogado Rosalvo Acioli para poder conversar com ele.

Para nossa surpresa – e tudo foi filmado – conversamos com o Senador Teotônio Vilela durante mais de uma hora, no qual considero um dos momentos mais importantes e maravilhosos de minha vida, momentos de muita sabedoria e de prazer inigualável.

Teotônio Vilela foi um dos homens e políticos mais extraordinários que conheci em toda a minha vida. Graças a Deus que guardo para sempre esse privilégio que jamais esqueci.

Bibliografia Consultada

1. Enciclopédia Wikipédia, acessado em 02 de janeiro de 2011 através do Portal Google;
2. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 02.12.1982;
3. Jornal Folha de São Paulo de 14 de novembro de 1983;

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



Zilda Arns Neumann (Forquilha, 25 de agosto de 1934 — Porto Príncipe, 12 de janeiro de 2010) foi uma médica pediatra e sanitarista brasileira.

Fonte https://pt.wikipedia.org/wiki/Zilda_Arns

Irmã de Dom Paulo Evaristo Arns, foi também fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança[1] e da Pastoral da Pessoa Idosa, organismos de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Recebeu diversas menções especiais e títulos de cidadã honorária no país. Da mesma forma, à Pastoral da Criança foram concedidos diversos prêmios pelo trabalho que vem sendo desenvolvido desde a sua fundação. Em 2012, numa seleção por um formato internacional Arns foi eleita a 17º maior brasileira de todos os tempos.

Vida e obra

O casal brasileiro de origem alemã, Gabriel Arns e Helene Steiner, teve 16 filhos. Zilda, a 13ª criança, nasceu no dia 25 de agosto de 1934, em Forquilha, Santa Catarina. Em 1953, começou a estudar medicina, na UFPR, em entrevista ela disse: "Um professor me reprovou no primeiro ano, bem eu, sempre das primeiras da sala. Ele dizia que era absurdo uma mulher cursar medicina. Mas virei pediatra, justo a matéria dele." No mesmo ano que entrou na faculdade ela começou a cuidar de crianças menores de um ano. Na época, Zilda se impressionou com a grande quantidade de crianças internadas com doenças de fácil prevenção, como diarreia e desidratação. Em 26 de dezembro de 1959, casou-se com Aloísio Bruno Neumann (1931-1978), com quem teve seis filhos: Marcelo (falecido três dias após o parto), Rubens, Nelson, Heloísa, Rogério e Sílvia (que faleceu em 2003 num acidente automobilístico). Zilda Arns era avó de dez netos.

Formada em medicina pela UFPR, em 1959, aprofundou-se em saúde pública, pediatria e sanitarismo, visando a salvar crianças pobres da mortalidade infantil, da desnutrição e da violência em seu contexto familiar e comunitário. Compreendendo que a educação revelou-se a melhor forma de combater a maior parte das doenças de fácil prevenção e a marginalidade das crianças, para otimizar a sua ação, desenvolveu uma metodologia própria de multiplicação do conhecimento e da solidariedade entre as famílias mais pobres, baseando-se no milagre bíblico da multiplicação dos dois peixes e cinco pães que saciaram cinco mil pessoas, como narra o Evangelho de São João (Jo 6:1-15).



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de São Paulo sob o nº 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

A sua prática diária como médica pediatra do Hospital de Crianças César Pernetta, em Curitiba, e, mais tarde, como diretora de Saúde Materno-Infantil da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, teve como suporte teórico as seguintes especializações:

Educação em Saúde Materno-Infantil, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP);

Saúde Pública para Graduados em Medicina, na Faculdade de Saúde Pública (USP)

Administração de Programas de Saúde Materno-Infantil, pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) /Organização Mundial da Saúde (OMS), e Ministério da Saúde

Pediatria Social, na Universidade de Antioquia, em Medellín, Colômbia

Pediatria, na Sociedade Brasileira de Pediatria

Educação Física, na Universidade Federal do Paraná

Sua experiência fez com que, em 1980, fosse convidada pelo Governo do Estado do Paraná a coordenar a campanha de vacinação Sabin, para combater a primeira epidemia de poliomielite, que começou em União da Vitória, criando um método próprio, depois adotado pelo Ministério da Saúde. No mesmo ano, foi também convidada a dirigir o Departamento Materno-Infantil da Secretaria da Saúde do mesmo Estado, quando então instituiu com extraordinário sucesso os programas de planejamento familiar, prevenção do câncer ginecológico, saúde escolar e aleitamento materno.[8]

Em 1983, a pedido da CNBB, criou a Pastoral da Criança juntamente com o presidente da CNBB, dom Geraldo Majella, Cardeal Agnelo, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, que, à época, era Arcebispo de Londrina. No mesmo ano, deu início à experiência a partir de um projeto-piloto em Florestópolis. Após vinte e cinco anos, a pastoral acompanhou 1 816 261 crianças menores de seis anos e 1 407 743 de famílias pobres em 4060 municípios brasileiros. Neste período, mais de 261 962 voluntários levaram solidariedade e conhecimento sobre saúde, nutrição, educação e cidadania para as comunidades mais pobres, criando condições para que elas se tornem protagonistas de sua própria transformação social.

Para multiplicar o saber e a solidariedade, foram criados três instrumentos, utilizados a cada mês:



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Visita domiciliar às famílias

Dia do Peso, também chamado de Dia da Celebração da Vida

Reunião Mensal para Avaliação e Reflexão

Em 2004 recebeu da CNBB outra missão semelhante: fundar e coordenar a Pastoral da Pessoa Idosa. Atualmente mais de cem mil idosos são acompanhados mensalmente por doze mil voluntários de 579 municípios de 141 dioceses de 25 estados brasileiros.

Dividia seu tempo entre os compromissos como coordenadora nacional da Pastoral da Pessoa Idosa e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e a participação como representante titular da CNBB no Conselho Nacional de Saúde, e como membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Morte

Curitiba - Ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparece ao velório da coordenadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, no Palácio das Araucárias.

Zilda Arns encontrava-se em Porto Príncipe, em missão humanitária, para introduzir a Pastoral da Criança no país. No dia 12 de janeiro de 2010, pouco depois de proferir uma palestra para cerca de 15 religiosos de Cuba o país foi atingido por um violento terremoto. A Dra. Zilda foi uma das vítimas da catástrofe.

Naquele momento ela estava discursando, quando as paredes da igreja desabaram, a médica estava no último parágrafo do discurso, que ela não chegou a terminar, falava da importância de cuidar das crianças "como um bem sagrado", promovendo o respeito a seus direitos e protegendo-os, "tal qual os pássaros cuidam dos seus filhos".

No dia 14 de janeiro, o senador Flávio Arns (PSDB-PR), seu sobrinho, divulgou uma nota sobre as circunstâncias da morte da médica:

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil
Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

"A Dra. Zilda estava em uma igreja, onde proferiu uma palestra para cerca de 150 pessoas. Ela já tinha acabado seu discurso e estava conversando com um sacerdote, que queria mais informações sobre o trabalho da Pastoral da Criança. De repente, começou o tremor. O padre que estava conversando com ela deu um passo para o lado e a Dra. Zilda recuou um passo e foi atingida diretamente na cabeça, quando o teto desabou. Ela morreu na hora. A Dra. Zilda não ficou soterrada. O resto do corpo não sofreu ferimentos, somente a cabeça foi atingida. O sacerdote que conversava com ela sobreviveu. Já outros quinze sacerdotes que estavam próximos a ela faleceram".

Como forma de preservar a memória de Zilda viva, sua irmã Otília Arns escreveu a obra literária "Zilda Arns: A Trajetória da Médica Missionária" no ano de 2010. A obra possui a história dos antepassados de Zilda, sua biografia e depoimentos de seus familiares.

Enterro no Cemitério Água Verde em Curitiba

Fragmentos de um discurso amoroso

"(...) Sabemos que a força propulsora da transformação social está na prática do maior de todos os mandamentos da Lei de Deus: o Amor, expressado na solidariedade fraterna, capaz de mover montanhas." Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos" significa trabalhar pela inclusão social, fruto da Justiça; significa não ter preconceitos, aplicar nossos melhores talentos em favor da vida plena, prioritariamente daqueles que mais necessitam. Somar esforços para alcançar os objetivos, servir com humildade e misericórdia, sem perder a própria identidade.

Creemos que esta transformação social exige um investimento máximo de esforços para o desenvolvimento integral das crianças. Este desenvolvimento começa quando a criança se encontra ainda no ventre sagrado da sua mãe. As crianças, quando estão bem cuidadas, são sementes de paz e esperança. Não existe ser humano mais perfeito, mais justo, mais solidário e sem preconceitos que as crianças.

Como os pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe de predadores, ameaças e perigos, e mais perto de Deus, devemos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-los."

Prêmios e honrarias

Prêmios internacionais

Entre os prêmios internacionais recebidos por Zilda Arns Neumann, merecem destaque:

Opus Prize (EUA), em 2006;

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Prêmio "Heroína da Saúde Pública das Américas", concedido pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), em 2002;

Prêmio Social 2005 da Câmara de Comércio Brasil-Espanha;

Medalha "Simón Bolívar", da Câmara Internacional de Pesquisa e Integração Social, em 2000;

Prêmio Humanitário 1997 do Lions Club International;

Prêmio Internacional da OPAS em Administração Sanitária, 1994.

Prêmio Rei Juan Carlos (Prêmio de Direitos Humanos Rei da Espanha) pela Universidade de Alcalá. Recebeu o prêmio em 24 de janeiro de 2005, das mãos do rei;

Indicada postumamente ao Prêmio Nobel da Paz, em 2011.

Prêmios nacionais

Entre os prêmios nacionais, destacam-se:

Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, do Senado Federal, em 2005;

Diploma e medalha O Pacificador da ONU Sérgio Vieira de Mello, concedido pelo Parlamento Mundial de Segurança e Paz, em 2005;

Troféu de Destaque Nacional Social, principal prêmio do evento as mulheres mais influentes do Brasil, promovido pela Revista Forbes do Brasil com o apoio da Gazeta Mercantil e do Jornal do Brasil, em 2004;

Medalha de Mérito em Administração, do Conselho Federal de Administração, em Florianópolis, Santa Catarina, 2004;

Medalha da Inconfidência, do Governo do Estado de Minas Gerais, em 2003;

Título Acadêmico Honorário, da Academia Paranaense de Medicina, em Curitiba, Paraná, 2003;

Medalha da Abolição, concedida pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, em 2002;

Insígnia da Ordem do Mérito Médico, na classe Comendador, concedida pelo Ministério da Saúde, em 2002;

Medalha Mérito Legislativo Câmara dos Deputados, em 2002;



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Comenda da Ordem do Mérito Judiciário Trabalhista, grau Comendador, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 2002;

Medalha Anita Garibaldi, concedida pelo governo do Estado de Santa Catarina, em 2001;

Comenda da Ordem do Rio Branco, grau Comendador, concedida pela Presidência da República, 2001;

Prêmio de Honra ao Mérito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 2001;

Medalha de Mérito Antonieta de Barros, concedida pela Assembleia Legislativa de Florianópolis;

Prêmio de Direitos Humanos 2000 da Associação das Nações Unidas – Brasil, em 2000;

Prêmio USP de Direitos Humanos 2000 – Categoria Individual.

Em 2001, 2002, 2003 e 2005 a Pastoral da Criança foi indicada pelo Governo Brasileiro ao Prêmio Nobel da Paz. Em 2006, a Dra. Zilda foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, junto com outras 999 mulheres de todo o mundo selecionadas pelo Projeto 1000 Mulheres, da associação suíça 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz. Também é cidadã honorária de onze estados brasileiros (Ceará, Rio de Janeiro, Paraíba, Alagoas, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Paraná, Pará, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Tocantins) e de trinta e dois municípios e doutora Honoris Causa das seguintes universidades:

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Universidade Federal do Paraná

Universidade do Extremo-Sul Catarinense de Criciúma

Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade do Sul de Santa Catarina

Museu da Vida

Ver artigo principal: Museu da Vida (Curitiba)

Referências

Pastoral da Criança, 13 de janeiro de 2010. «Nota de falecimento da Dra, Zilda Arns». www.pastoraldacrianca.org.br

«O Maior Brasileiro de Todos os Tempos». Consultado em 19 de agosto de 2012

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

«O Maior Brasileiro de Todos os Tempos». Consultado em 19 de agosto de 2012. Arquivado do original em 12 de julho de 2014

«HELENA STEINER - GABRIEL ARNS». Consultado em 19 de agosto de 2012

«:: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA ::». Consultado em 19 de agosto de 2012. Cópia arquivada em 19 de agosto de 2012

«O peso e a leveza | Revista Sorria». Consultado em 19 de agosto de 2012. Cópia arquivada em 19 de agosto de 2012

«Folha Online - Brasil - Zilda Arns morreu enquanto discursava em igreja para religiosos, afirma filho - 13/01/2010». Consultado em 19 de agosto de 2012. Cópia arquivada em 19 de janeiro de 2010

«A experiência de fazer acontecer a saúde entre os excluídos da sociedade». www.scielosp.org

Pastoral dos Idosos. «Missão da Dra. Zilda Arns Neumann no Haiti, 10 a 15/01/2010.». www.pastoraldacrianca.org.br

«Fundadora da Pastoral da Criança estava no Haiti durante tremor». www1.folha.uol.com.br - Folha Online

Christian Science Monitor, 13 de janeiro de 2010. «Legendary Brazilian aid worker among the victims of Haiti earthquake». www.csmonitor.com, por Andrew Downie.

UN dispatch, 13 de janeiro de 2010 «Haiti Earthquake, the Day After». www.undispatch.com. Consultado em 13 de janeiro de 2010. Arquivado do original em 17 de janeiro de 2010, por Mark Leon Goldberg.]

«La reputada misionera brasileña Zilda Arns muere en el terremoto de Haití.». www.abc.es ABC.es, 13-01-2010.

Un terremoto devasta Haiti. Premier: «Più di 100mila morti». Corriere della Sera, 13 de janeiro de 2010.

Pastoral da Criança.«Nota sobre a morte da Dra.Zilda. 14 de Janeiro de 2010 09:25». www.pastoraldacrianca.org.br

Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

«Trechos do último discurso de Zilda Arns». www.fantastico.globo.com e «Discurso da Doutora Zilda Arns Neumann proferido no Haiti no dia 12 de janeiro de 2010.» (PDF) (em espanhol). www.pastoraldacrianca.org.br. Consultado em 19 de janeiro de 2010. Arquivado do original (PDF) em 6 de outubro de 2010

«Trabalho humanitário de Zilda Arns era reconhecido internacionalmente». www.agenciabrasil.gov.br por Amanda Ciegliniski. Agência Brasil, 13 de janeiro de 2010.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

«Ganhadores do Opus Prize.». www.opusprize.org. Consultado em 14 de janeiro de 2010. Arquivado do original em 20 de janeiro de 2010

«La tragedia de Haití se cobra la vida de la doctora Zilda Arns Neumann, premiada por la Universidad de Alcalá.». www.diariodealcala.es. Consultado em 14 de janeiro de 2010. Arquivado do original em 26 de março de 2010 Diário de Alcalá.es, 14 de janeiro de 2010

«Com morte de Zilda Arns, Brasil perde "benfeitora" e "heroína", diz imprensa internacional». www1.folha.uol.com.br. Folha Online, 14 de janeiro de 2010.

Ligações externas

Saiba mais sobre Zilda Arns nos

projetos irmãos da Wikipedia:

Search Wikiquote Citações no Wikiquote

Search Commons Imagens e media no Commons

Search Wikinews Notícias no Wikinotícias

«Organização Pan-americana de Saúde». www.paho.org

Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



Fonte https://pt.wikipedia.org/wiki/Tancredo_Neves

Tancredo de Almeida Neves GCTE (São João del-Rei, 4 de março de 1910 — São Paulo, 21 de abril de 1985) foi um advogado, empresário e político brasileiro, tendo sido o 33.º primeiro-ministro do Brasil (o primeiro do período republicano) e presidente da república eleito, mas não empossado.

Natural de São João Del Rei, região sudeste de Minas Gerais, formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Ingressou na política em 1935, quando foi eleito vereador em sua cidade natal pelo Partido Progressista, chegando ao cargo de presidente da Câmara Municipal. Com o advento do Estado Novo em 1937, foi preso e o seu mandato de vereador foi extinto. Com isso retornou à advocacia, atuando como Promotor Público, e também exerceu a profissão de empresário. Em 1947, foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD) e foi designado um dos relatores da Constituição estadual mineira, tornando-se depois líder da oposição.

Em 1950, foi eleito deputado federal pela primeira vez. A partir de junho de 1953, exerceu os cargos de Ministro da Justiça e Negócios Interiores até o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Em 1954, foi eleito novamente deputado federal, cargo que ocupou por um ano. Foi diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1955 e da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil de 1956 a 1958. De 1958 a 1960, assumiu a Secretaria de Finanças do Estado de Minas Gerais. Concorreu, sem sucesso, ao governo de Minas em 1960. Com a instauração do regime parlamentarista, logo

após a renúncia do presidente Jânio Quadros, foi nomeado primeiro-ministro do Brasil, ocupando este cargo de setembro de 1961 a julho de 1962. Foi um dos principais líderes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

reeleveu-se deputado federal em 1966, 1970 e 1974. Após a volta do pluripartidarismo, foi eleito senador em 1978 e fundou o Partido Popular (PP). Em 1982, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (1980) (MDB) e foi eleito governador de Minas.

No período em que governou Minas, houve uma grande agitação em prol do movimento Diretas Já, numa ação popular que mobilizou o país e pregava as eleições diretas para presidente. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, que instituiu as eleições diretas para presidente da República em 1984, foi o nome escolhido para representar uma coligação de partidos de oposição reunidos na Aliança Democrática. Em 1984, aceitou a proposta de se candidatar à Presidência da República e em 15 de janeiro de 1985 foi eleito presidente do Brasil pelo voto indireto de um colégio eleitoral por uma larga diferença. No entanto, adoeceu gravemente em 14 de março do mesmo ano, véspera da posse. Em 21 de abril, morreu aos 75 anos. Tancredo é considerado um dos mais importantes políticos brasileiros do século XX.

Início da vida

Sobrado onde nasceu Tancredo Neves, em fotografia de 23 de outubro de 1930.

Tancredo Neves, o primeiro a esquerda, ao lado de amigos em São João del-Rei, década de 1910.

Tancredo de Almeida Neves nasceu em 4 de março de 1910 em um sobrado de São João del-Rei, uma cidade histórica localizada no sul de Minas Gerais. Era o quinto dos doze filhos do comerciante Francisco de Paula Neves e de Antonina de Almeida Neves. Antonina, conhecida como Dona Sinhá, nasceu em 1881 e casou-se em 1903 com Francisco, apelidado de Seu Chiquito, nascido em 1878. Tancredo tinha ascendência predominante portuguesa, mas também austríaca.[1] O sobrenome Neves vem de um trisavô natural do arquipélago dos Açores, o comendador José António das Neves, que se estabeleceu em São João del-Rei antes da Independência do Brasil.[1] Por parte de mãe, era bisneto do chapeleiro João Kapler, que trocou a Áustria por São João del-Rei. É, também, descendente de Amador Bueno.

Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Aos dezesseis anos de idade, estimulado por sua mãe, entrou para a Ordem terceira de São Francisco de Assis e participou das procissões católicas em sua cidade natal ao longo de toda a sua vida. Durante a juventude, também dedicou-se ao futebol, tendo participado de times amadores locais. O interesse pela política começou a se consolidar desde cedo, quando ele tinha cerca de oito ou nove anos. Na infância, seu pai o incentivava a ler discursos de importantes homens públicos, como Ruy Barbosa. Também nessa época presenciou a oposição de líderes locais ao governo do então presidente do Estado de Minas Gerais Arthur Bernardes. Sua família teve uma participação ativa na vida política do município de São João del-Rei: seu avô, José Juvêncio das Neves, foi um defensor da República; seu pai, Francisco, foi vereador.[8] Segundo Tancredo, seu pai, que faleceu em 1922, teve uma influência marcante em sua formação política.

Quadro de formatura de Tancredo Neves, março de 1932.

Entre 1917 a 1920, cursou o primário no Grupo Escolar João dos Santos, em São João del-Rei.[11] Em seguida, ingressou no Colégio Santo Antônio, dos padres franciscanos, tendo concluído o curso secundário em 1927.[11] Após concluir o secundário, em 1928, prestou serviço militar no Tiro de Guerra e foi aprovado como um "atirador sofrível." Ingressou na Escola de Engenharia de Minas de Ouro Preto, mas acabou desistindo após dois meses. Tancredo, então, prestou concurso para seguir a carreira militar na Marinha, no Rio de Janeiro, mas acabou ficando em 25º lugar de um total de vinte vagas. No entanto, a Marinha estendeu as matrículas até o 25º classificado, mas Tancredo acabou perdendo o prazo para as inscrições. Com isso, tentou uma vaga na Faculdade de Medicina, em Belo Horizonte, mas ficou no centésimo vigésimo lugar em um total de cem vagas. Por fim, para não perder o ano, matriculou-se em 1º de abril de 1928 na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, localizada na capital mineira.

Em Belo Horizonte, passou a morar em uma pensão. Tentou conseguir um emprego de guarda-civil, mas não foi aceito por "falta de condições físicas". Acabou sendo contratado como um escriturário e mais tarde foi aprovado em um concurso da Secretaria de Educação. Também trabalhou na redação do jornal Estado de Minas. Durante a eleição presidencial de 1930, apoiou Getúlio Vargas, e, quando a Revolução de 1930 foi deflagrada, apresentou-se para "prestar serviço à causa revolucionária", mas, por não ter a altura mínima para alistar-se como combatente, foi classificado em um grupo não combatente. Em 1932, seu último ano na faculdade de direito, foi preso enquanto participava das manifestações da Revolução Constitucionalista, sendo solto dois dias depois. Após a formatura, retornou a sua cidade natal e montou um escritório de advocacia. Foi nomeado promotor, mas permaneceu neste cargo por apenas dois meses. Enquanto era promotor, também trabalhou como advogado e investiu parte de seus ganhos em ações de uma fábrica de tecidos de São João del-Rei.

Carreira política

Tancredo durante o período em que foi vereador de São João del-Rei, 1935.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil
Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

O primeiro partido a qual fez parte foi o Partido Popular (PP), que ajudou a criar e organizar a agremiação em sua cidade natal em 1933.[20] A convite de Augusto Viegas, seu padrinho político que interveio para que fosse nomeado promotor, filiou-se ao Partido Progressista, formado por membros do Partido Republicano Mineiro que apoiavam a Revolução de 1930.[21] Em uma eleição convocada para maio de 1934, Viegas elegeu-se para a Constituinte Estadual de Minas Gerais, e, em 1935, escolheu Tancredo como seu candidato a vereador em São João del-Rei.[21] Foram eleitos quinze vereadores, e, com 197 votos, ele foi o mais votado.[21] No primeiro ano de mandato, foi escolhido por seus pares como presidente da Câmara Municipal.[21] Neste cargo, atuou como prefeito interino da cidade, reivindicou verbas para a construção de pontos sobre o Rio das Mortes e iniciou uma campanha pela construção de uma usina hidrelétrica em uma cidade vizinha, que viria a ser construída duas décadas depois.[21] Também foi acusado por seus opositores de legislar em causa própria; segundo eles, Tancredo usou o cargo de presidente para aprovar uma legislação que beneficiaria suas atividades empresariais. Seus adversários queriam removê-lo da presidência do legislativo, mas Tancredo continuou nesta posição até novembro de 1937, quando foi afastado pelo golpe do Estado Novo, assim como os membros do poder legislativo de todo o país.

Extinto seu mandato de vereador, retornou à advocacia e afastou-se da vida política. Em 1936, como advogado do Sindicato dos Ferroviários de sua cidade, participou de uma greve da categoria e foi preso pela segunda vez, sendo novamente solto dois dias depois.[Naquele mesmo ano, tornou-se diretor-secretário da Fiação e Tecelagem Matozinhos Ltda, seu primeiro empreendimento A empresa fabricava brins, flanelas e cobertores, vendidos principalmente para o Estado de São Paulo.[

Deputado Estadual

Pressionado pela conjuntura internacional ditada pela iminente vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial e cada vez mais suscetível a pressões e contestações internas, Getúlio Vargas põe em marcha um estratagema de liberalização do regime e com isso um quadro político erigido sob os auspícios democráticos viu nascer novas agremiações políticas.

Assim, em 8 de abril de 1945 foi criado o Partido Social Democrático (PSD), que, em Minas Gerais era controlado por Benedito Valadares, nomeado interventor federal em Minas Gerais em 15 de dezembro de 1933 e que governou até Getúlio Vargas ser deposto em 29 de outubro de 1945. A queda de Getúlio Vargas abriu caminho para as eleições de 2 de dezembro do mesmo ano, nas quais foram escolhidos o presidente da República e os membros da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgaria a nova Constituição em 18 de setembro de 1946. Sob a vigência da Constituição

de 1946, foram realizadas eleições em 19 de janeiro de 1947 para governador de estado, membros do Congresso Nacional e legislativos estaduais.[25

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil

Tancredo Neves candidatou-se, e foi eleito deputado estadual mineiro pelo PSD de Benedito Valadares, sendo designado um dos relatores da Constituição estadual mineira. Concluídos os trabalhos constituintes, assumiu a liderança da bancada do PSD e comandou a oposição ao governo de Milton Campos, da União Democrática Nacional (UDN), que havia chegado ao Palácio da Liberdade após uma cisão no PSD mineiro. Devido a um incêndio ocorrido em 1959 no antigo edifício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pouco restou dos documentos daquela Constituinte.[28]

Deputado Federal

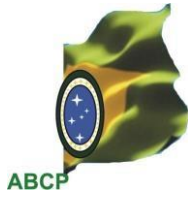
Tancredo preparava-se para ser reconduzido à Assembleia Legislativa de Minas Gerais mas, de última hora, teve que se preparar para a eleição para deputado federal, pois o então candidato mineiro Augusto Viegas, desistiu da candidatura um mês antes das eleições. Tancredo foi eleito para seu primeiro mandato de deputado federal nas Eleições de 1950, pelo PSD. Teve 11 515 votos, em uma campanha difícil, quase não obtendo êxito. A maioria dos votos veio do estado de Minas Gerais que também elegeu Juscelino Kubitschek como governador.

Neste primeiro mandato como deputado federal, integrou a Comissão de Justiça, a Comissão de Transportes e a CPI em 1953, que investigou um suposto favorecimento financeiro do Banco do Brasil ao jornal Última Hora. Na Comissão de Transportes, participou da reversão da Rede Mineira de Viação para o governo federal, a pedido de Juscelino Kubitschek, em razão da má administração estadual, com greves e falta de recursos. A partir desta reversão, seria criada a **Rede Ferroviária Federal**. Sua atuação como deputado federal proporcionou a Tancredo projeção e experiência política a nível nacional.

Tancredo teria ainda mais quatro mandatos como deputado federal: 1962, 1966, 1970 e 1974. Em 1962, deixou o cargo de primeiro-ministro do governo João Goulart para disputar e eleger-se deputado federal nas eleições gerais daquele ano. Foi líder do governo João Goulart na Câmara, ocupando o cargo até o golpe militar de 1964.[31] Em 1966, foi eleito novamente deputado federal. Neste mandato, fez duras críticas à influência dos Estados Unidos no golpe de 1964.

Na redemocratização do Brasil em 1945

Pressionado pela conjuntura internacional ditada pela iminente vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial e cada vez mais suscetível a pressões e contestações internas, Getúlio Vargas põe em marcha um estratagema de liberalização do regime e com isso um quadro político erigido sob os auspícios democráticos viu nascer novas agremiações políticas.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Assim, em 8 de abril de 1945 foi criado o Partido Social Democrático (PSD), que, em Minas Gerais era controlado por Benedito Valadares, nomeado interventor federal em Minas Gerais em 15 de dezembro de 1933 e que governou até Getúlio Vargas ser deposto em 29 de outubro de 1945.

A queda de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, abriu caminho para as eleições de 2 de dezembro nas quais foram escolhidos o presidente da República e os membros da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgaria a nova Constituição em 18 de setembro de 1946. Sob a vigência da Constituição de 1946, foram realizadas eleições em 19 de janeiro de 1947 para governador de estado, membros do Congresso Nacional e legislativos estaduais.

Tancredo Neves foi eleito deputado estadual mineiro pelo PSD de Benedito Valadares e foi designado um dos relatores da Constituição estadual mineira. Uma vez findos os trabalhos constituintes, assumiu a liderança da bancada do PSD e comandou a oposição ao governo de Milton Campos, da União Democrática Nacional (UDN), que havia chegado ao Palácio da Liberdade após uma cisão no PSD mineiro. Devido a um incêndio ocorrido em 1954 no antigo edifício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pouco restou dos documentos daquela Constituinte.

Em 1950, Tancredo Neves foi eleito deputado federal e Juscelino Kubitschek foi eleito governador de Minas Gerais, derrotando Gabriel Passos. Em 1953, surgindo uma vaga de ministro da Justiça que caberia a um deputado do PSD mineiro, Juscelino e Getúlio acordaram a indicação do nome de Tancredo. Tancredo licenciou-se do mandato parlamentar e exerceu o cargo de ministro da justiça a partir de 26 de junho de 1953. Durante sua gestão foi sancionada a Lei de Imprensa, Lei 2.083 de 1953, e a Lei 2.252, sobre corrupção de menores. Entregou o cargo de ministro quando do suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954, vinte dias após o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, que resultou na morte do major da Força Aérea Brasileira Rubens Florentino Vaz e gerou um grave crise política, e então tomou posse na Presidência da República Café Filho.

Em 1954, como ministro da Justiça de Getúlio Vargas, Tancredo se ofereceu para assumir o então Ministério da Guerra, incumbido de mandar prender os militares rebeldes e comandar a resistência democrática.

Como Ministro da Justiça abriu sindicância de diversos casos de exploração e tortura infantil. Mandou fechar o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) após uma denúncia de violência e tortura feita pelo jornalista Villas-Bôas Corrêa. Foi pessoalmente com o jornalista visitar o local, no meio da madrugada. Tancredo mandou arrombar as portas e encontraram o local com camas sujas, algumas sem lençol, crianças empilhadas e com sinais de violência. Sem hesitar, Tancredo mandou fechar o local no dia seguinte para reforma e sindicância.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, Tancredo teria recebido das mãos do próprio Getúlio Vargas uma das cópias da carta-testamento de Getúlio Vargas que seria divulgada por ocasião da morte do presidente. Na versão de Leonel Brizola, foi João Goulart quem a recebeu, lendo-a no enterro de Getúlio Vargas, em São Borja, no qual Tancredo estava presente. De Getúlio, Tancredo ganhou uma caneta-tinteiro Parker-21, que atualmente pertence ao seu neto, o exgovernador de Minas Gerais Aécio Neves.

No livro Carlos Castelo Branco - O jornalista do Brasil, o jornalista Pedro Jorge de Castro narra o episódio da caneta Parker-21, dizendo que encerrada a reunião ministerial, Getúlio sobe as escadas do Palácio do Catete para ir ao seu apartamento. Vira-se e despede-se do ministro da Justiça Tancredo Neves, dando a ele uma caneta Parker-21 de ouro e diz, pouco antes de se matar:

“ Para o amigo certo das horas incertas!” ”

Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek, e Getúlio Vargas foram os principais mestres de Tancredo na política.

Fiel à memória de Getúlio, Tancredo fez oposição ao governo de João Café Filho e foi um dos articuladores da candidatura de Juscelino Kubitschek à Presidência da República nas eleições em 1955. Por não ter se desligado do ministério de Getúlio em tempo hábil, Tancredo Neves não disputou a reeleição para deputado federal em outubro de 1954. Foi nomeado presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais pelo governador Clóvis Salgado da Gama.

Em 1956, Juscelino Kubitschek nomeou Tancredo para a carteira de redesconto (uma diretoria) do Banco do Brasil, cargo que deixou, em 1958, ao ser nomeado secretário de Fazenda do governo de Bias Fortes, fato que o impediu de

disputar as eleições legislativas em 1958. Permaneceu no cargo de secretário até 1960, deixando o cargo para disputar o governo do Estado de Minas Gerais. Foi derrotado por Magalhães Pinto, da UDN.

Nota: O site do Senado Federal dá erroneamente Tancredo como tendo sido presidente do BNDES, no período em que foi secretário da Fazenda de Bias Fortes. Tancredo não aparece na Galeria de ex-presidentes do BNDES.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Ministro da Justiça e Negócios Interiores letter

Wiki w.svg

Este artigo ou secção necessita de expansão. Por favor, melhore este artigo ou secção acrescentando-lhe conteúdo.

Primeiro-ministro

Presidente João Goulart na posse de Tancredo Neves como primeiro-ministro, 1961. Arquivo Nacional.

Tancredo como primeiro-ministro.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, articulou a instalação do parlamentarismo evitando que João Goulart fosse impedido de assumir a Presidência por um golpe militar. Depois de mais de uma semana de incertezas, todos os setores diretamente envolvidos na crise verificaram que a solução do impasse teria de ser de natureza política e não militar. Com o desenvolvimento das negociações, foi apresentada a proposta de uma emenda constitucional que convertia o regime presidencialista em parlamentarista, reduzindo bastante os poderes do presidente da República. Esta fórmula foi considerada satisfatória pelos ministros militares. Em seguida, Tancredo Neves viajou para Montevidéu a fim de obter a concordância de Goulart, retornando a Brasília no dia 1 de setembro com a missão cumprida. A emenda foi aprovada pelo Congresso no dia 2, abrindo o caminho para a volta de Goulart, que assumiu a presidência em 7 de setembro.

No dia seguinte, o novo presidente enviou mensagem ao Congresso, aprovada imediatamente por 259 contra 22 votos, indicando Tancredo Neves para primeiro-ministro. O primeiro gabinete parlamentarista, buscando construir uma base

política ampla, capaz de reconstruir o diálogo entre os principais partidos do país, era composto pelos seguintes ministros:

Cargo	Detentor	Afiliação
Ministro da Educação	Antônio Ferreira de Oliveira Brito	PSD
Ministro da Agricultura	Armando Monteiro Filho	PSD

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Ministro da Indústria e Comércio	Ulysses Guimarães	PSD
Ministro das Relações Exteriores	Francisco Clementino de San Tiago Dantas	PTB
Ministro da Saúde	Estácio Gonçalves Souto Maior	PTB
Ministro da Viação e Obras Públicas	Virgílio Távora	UDN
Ministro de Minas e Energia	Gabriel Passos	UDN
Ministro do Trabalho e Previdência Social	André Franco Montoro	PDC
Ministro da Fazenda	Walter Moreira Sales	sem partido
Ministro da Guerra	General João de Segadas Viana	militar
Ministro da Marinha	Almirante Ângelo Nolasco de Almeida	militar
Ministro da Aeronáutica	Brigadeiro Clóvis Monteiro Travassos	militar

De 8 de setembro a 13 de outubro, Tancredo ocupou interinamente a pasta da Justiça, aguardando que o Partido Social Progressista (PSP), presidido pelo ex-governador paulista Ademar de Barros, indicasse um nome para concretizar seu apoio ao gabinete. Ademar sugeriu o deputado goiano Alfredo Nasser, que tomou posse em seguida.

O programa do gabinete, submetido à Câmara em 28 de setembro e aprovado no mesmo dia, foi genérico na formulação dos seus temas. Sua apresentação teve mais a finalidade de cumprir uma formalidade indissociável da natureza do novo regime do que propriamente de determinar uma política de governo. O programa defendia a prática de reajustes salariais

periódicos compatíveis com os índices de expansão inflacionária, acolhia a tese da "Política Externa Independente", elogiava a Operação Pan-americana e a pastoral pontifícia Mater et Magistra e reiterava o apoio ao recurso da mediação como forma de solução de conflitos internacionais. Apontava a reforma agrária "como passo inicial e precípuo para a integração do homem do campo em nossa vida econômica" e proclamava sua identificação com uma política de portas abertas ao capital estrangeiro, frisando: "O Brasil reclama capitais alienígenas para consolidar e ampliar sua estrutura econômica." O novo governo defendia ainda a existência de uma lei de controle de remessa de lucros, desde que não desencorajasse os investimentos estrangeiros, considerados indispensáveis ao custeio do desenvolvimento econômico nacional.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil

Surgido em meio a uma grave crise político-militar, o primeiro gabinete parlamentarista conseguiu diminuir as rivalidades entre as principais correntes políticas do país. Entretanto, a insatisfação social crescia, com a multiplicação de protestos contra a inflação e por maiores reajustes salariais. A crise decorrente da renúncia de Jânio Quadros havia paralisado o país durante 13 dias, contribuindo para o agravamento da crise econômica, e os repetidos impasses nas negociações trabalhistas levaram à deflagração de sucessivas greves. Várias unidades de produção da Petrobras estiveram paradas nessa época durante 40 dias, enquanto Gabriel Passos, Ministro de Minas e Energia enfrentava dificuldades dentro do próprio governo para promover a substituição do presidente.

Segundo Tancredo, o gabinete parlamentarista considerou a reforma agrária "item de prioridade absoluta na agenda do governo" e orientou o ministro da Agricultura para criar uma comissão encarregada de levantar e apreciar os estudos e propostas existentes sobre o tema. Em janeiro de 1962, o governo recebeu um projeto de autoria do senador mineiro Milton Campos, da União Democrática Nacional UDN, e no mês seguinte o Ministério da Agricultura também apresentou um projeto. No dia 15 de fevereiro, o governo criou o Conselho Nacional de Reforma Agrária, composto por dom Hélder Câmara (bispo-auxiliar do Rio de Janeiro), Pompeu Acíoli Borges, Paulo Schilling e Edgar Teixeira Leite, encarregado de fixar as áreas prioritárias para efeito de reforma agrária. Enquanto isso, a tensão social crescia no campo, especialmente na região Nordeste.

Em abril, o assassinato do presidente da Liga Camponesa de Sapé (PB), João Pedro Teixeira, provocou manifestações de protesto logo proibidas pelo comandante do IV Exército, general Artur da Costa e Silva. Tancredo Neves atribuiu a movimentação camponesa à existência de "uma estrutura rural arcaica" e tomou a iniciativa de propor medidas políticas para enfrentar o problema, especialmente o Plano de Sindicalização Rural, aprovado em seguida pelo conselho de ministros, abrangendo potencialmente um contingente de 16 milhões de trabalhadores agrícolas, inclusive analfabetos.

Nesse período, ao lado do aprofundamento da crise econômica, crescia a radicalização da luta política entre as correntes defensoras das chamadas reformas de base (constitucional, agrária, urbana, bancária e tributária) e as forças conservadoras que se opunham a elas e acusavam o governo de patrocinar a agitação social. Em 1 de maio de 1962, o Presidente João Goulart pronunciou um discurso em Volta Redonda (RJ) defendendo o caráter inadiável das reformas e pregando o retorno ao regime presidencialista para garantir a ação de um poder executivo forte e mais estável.

Cresceu então, a desconfiança dos setores conservadores em relação às intenções do governo. Nesse contexto, o gabinete de Tancredo Neves - que se caracterizava por uma política de compromisso para obter um amplo consenso nacional - começou a perder sua razão de existir. Em 6 de junho de 1962, o gabinete se demitiu em bloco, inclusive Tancredo, porém foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Na sua prestação de contas ao Congresso, Tancredo



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

salientou que a previsão do déficit orçamentário girava em torno de duzentos bilhões de cruzeiros, mas o aumento previsto dos vencimentos do funcionalismo público federal elevaria esse montante a 330 bilhões.

Em seu governo[nota 3] logrou êxito parcial na sua meta para pacificar os ânimos políticos nacionais.

Deste período, como primeiro-ministro, destacam-se a Lei n.º 4.070, de 15 de junho de 1962, que elevou o Território do Acre à categoria de Estado, e a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Senador da República Wiki

letter w.svg

Este artigo ou secção necessita de expansão. Por favor, melhore este artigo ou secção acrescentando-lhe conteúdo.

Tancredo Neves como Senador da República

Governador de Minas Gerais

Wiki letter w.svg

Este artigo ou secção necessita de expansão. Por favor, melhore este artigo ou secção acrescentando-lhe conteúdo.

Em oposição ao regime militar

Na Câmara dos Deputados manteve o apoio ao governo João Goulart até que o mesmo fosse deposto pelo Golpe Militar de 1964. Tancredo foi um dos poucos políticos que foram se despedir de João Goulart no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, quando este partiu para o exílio no Uruguai. Foi o único membro do PSD que não votou, em 11 de abril de 1964, no general Humberto de Alencar Castelo Branco, na eleição à Presidência da República pelo Congresso Nacional.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Extinto o pluripartidarismo foi convidado a ingressar na ARENA, oferta polidamente recusada em razão da presença de adversários seus da UDN, especialmente José de Magalhães Pinto, na nova agremiação situacionista.

Apesar de ter sido amigo e primeiro-ministro de João Goulart, Tancredo não teve seus direitos políticos cassados durante o Regime Militar, devido ao seu prestígio junto aos militares.

Opositor moderado do Regime Militar de 1964 logo procurou abrigo no MDB sendo reeleito deputado federal em 1966, 1970 e 1974. Em sua atuação parlamentar evitou sobremaneira criar atritos com o governo militar e fez parte da ala moderada do MDB não se negando, inclusive, ao diálogo com, postura contrária àquela adotada pelo grupo "autêntico" do MDB. Em 1978 foi eleito senador por Minas Gerais.

Com a reforma partidária de 1979, durante o governo do presidente João Figueiredo, a qual recriou o pluripartidarismo no Brasil, Tancredo juntou aos moderados do MDB e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Tancredo e Magalhães Pinto, seu antigo rival, o ajudou a fundar o Partido Popular, em 1980, no qual Tancredo foi eleito presidente.

No ano seguinte defendeu a incorporação do Partido Popular ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB em face das dificuldades criadas pelas regras eleitorais a serem aplicadas nas eleições de 1982, e com isso foi escolhido vice-presidente nacional do PMDB, e nesse mesmo ano foi eleito Governador de Minas Gerais, após uma renhida disputa com o candidato Eliseu Resende do Partido Democrático Social (PDS). Fundamental para sua eleição foi o apoio do seu vice-governador Hélio Garcia profundo conhecedor dos pequenos municípios mineiros, chamados, por

Tancredo, de "grotões". Sua vitória foi difícil pois a lei eleitoral da época previa o "voto vinculado", obrigando o eleitor a votar em prefeito, vereador e governador do mesmo partido, o que favorecia o PDS, que era forte nos pequenos municípios mineiros.

Na sua posse, Tancredo pronunciou a frase célebre:

“Mineiros, o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade! ”

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil

Renunciou ao mandato de senador poucos dias antes de assumir o Palácio da Liberdade, sendo substituído por Alfredo Campos e nomeou Hélio Garcia para a Prefeitura de Belo Horizonte. Mesmo à frente de um cargo executivo Tancredo não abandonou sua postura conciliatória, o que lhe garantia um bom diálogo com o Governo Federal. Renunciou ao governo do estado em 14 de agosto de 1984 para concorrer à Presidência da República, passando o governo de Minas Gerais a Hélio Garcia.

Nas "Diretas Já" e no colégio eleitoral

Tancredo Neves em Brasília, 1984

Assim que foram empossados, em 15 de março de 1983, os governadores eleitos em 15 de novembro de 1982, começaram os debates em torno da sucessão do presidente João Figueiredo. A ausência de um nome de consenso do PDS denotava fissuras na agremiação governista, pois já em sua mensagem de fim de ano de 1982, o Presidente da República abdicou de coordenar os debates em torno de sua sucessão presidencial e remeteu a questão ao seu partido, o PDS. Surgiram, então, os nomes, para sua sucessão, do Ministro do Interior Mário Andreazza, do senador Marco Maciel, e do deputado federal Paulo Maluf, cada qual trazendo consigo uma porção considerável do PDS. O vicepresidente Aureliano Chaves logo entrou em atrito com o presidente Figueiredo, o que complicou o quadro sucessório.

As articulações para a candidatura de Tancredo à presidência da república começaram logo em 1983 quando recebeu a visita de 15 senadores do PMDB, liderados por José Fragelli, propondo sua candidatura a presidente na eleição pelo Colégio Eleitoral marcada para 15 de janeiro de 1985, assim contado na biografia do senador Fragelli:

"Fragelli teve como um momento significativo a sua participação ativa, em 1983, na articulação da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. No início desse ano organizou um grupo de 14 senadores, todos desconhecidos, para uma visita ao Governador Tancredo Neves, que estavam dispostos a trabalhar por seu nome para Presidente da República. Foi o próprio Senador Fragelli, logo depois desse encontro, quem procurou o Senador Pedro Simon para dizer que, se o PMDB fosse ao Colégio Eleitoral, o candidato seria Tancredo Neves."

Outros segmentos da oposição ao regime militar, por sua vez, agiram de maneira diversa ao inserir em sua agenda o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República sendo que o primeiro ato dessa campanha ocorreu no município pernambucano de Abreu e Lima em 31 de março de 1983, dia em que o Regime Militar de 1964

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

completava dezenove anos de existência. Convocada por políticos do PMDB, a manifestação havida no Nordeste do Brasil resultou em um manifesto divulgado em São Paulo, em 26 de novembro de 1983, dos dez governadores da oposição (nove do PMDB e um do PDT) exigindo o restabelecer das eleições diretas para Presidente da República.

Ver artigo principal: Votação da emenda constitucional Dante de Oliveira

Vários comícios pró-Diretas foram realizados entre janeiro e abril de 1984, que receberam o nome de Campanha das Diretas Já, frustrado pela rejeição da emenda constitucional Dante de Oliveira, 25 de abril de 1984, apesar de a proposta contar com um apoio significativo dentro do próprio PDS.

Em abril de 1984, Tancredo Neves se reuniu no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, com mais de 1 milhão e quinhentos mil pessoas em apoio ao movimento Diretas Já. Tancredo foi o primeiro a discursar e muito aplaudido quando disse: "Chegou a hora de libertarmos esta pátria desta confusão que se instalou no país há 20 anos" e seguiu defendendo a aprovação da emenda no Congresso, afirmando que os parlamentares que votassem contra a emenda deveriam se retirar do Congresso, já que não representavam mais a vontade do povo.

Ciente dos riscos que se avizinhavam em razão de tamanha fragmentação do PDS, o senador José Sarney, presidente do partido, propôs a realização de prévias eleitorais, junto aos filiados para a escolha do candidato governista à Presidência da República, proposta esta logo rechaçada pelos malufistas que a interpretaram como uma tentativa de inviabilizar a candidatura do líder, fato que levou Sarney a deixar a presidência do PDS e dias depois abandonar o partido, no que foi seguido pelo também senador Jorge Bornhausen.

Em seguida, os governadores do PMDB, e Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista PDT, anunciaram seu apoio ao nome de Tancredo Neves como candidato oposicionista nas eleições no Colégio eleitoral (que se compunha do Congresso Nacional e de representantes das Assembleias legislativas), ao passo que, no PDS, houve a retirada dos nomes de Aureliano Chaves e de Marco Maciel da disputa, o que deixou Maluf e Mário Andreazza como postulantes à vaga de candidato, todavia a vitória de Maluf fez com que os seus adversários passassem a apoiar Tancredo.

Após um acordo firmado entre o PMDB e a dissidência Frente Liberal do PDS ficou estabelecido que Tancredo Neves seria o candidato a presidente e José Sarney (ex-ARENA, e que deixara o PDS para se filiar ao PMDB) seria o candidato a vice-presidente. A Frente Liberal surgiu em 1984, de uma dissidência no PDS, que posteriormente tornou-se o Partido da Frente Liberal, atual Democratas. Essa dissidência foi aberta no PDS quando Paulo Maluf, ex-governador de São



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Paulo, venceu a disputa interna dentro do PDS, contra o ministro do Interior Mário Andreazza, e foi escolhido, pelo PDS, para ser seu candidato à presidência da República e enfrentar Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985.

Tancredo queria em segredo que o empresário Antônio Ermírio de Moraes fosse vice-presidente. Antônio Ermírio, nascido em família tradicional de Pernambuco, era líder empresarial em São Paulo. O pai dele, José Ermírio de Moraes tinha sido senador pelo PTB de Pernambuco e foi amigo de Getúlio Vargas. O segredo vazou, e a possibilidade de Antônio Ermírio ser vice foi descartada em São Paulo.

Os rebelados do PDS, liderados pelo vice-presidente da República Aureliano Chaves e pelos senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen, entre outros, criaram uma ala dentro do PDS chamada Frente Liberal que viria a ser o grande apoio do PFL, e que votou em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Tancredo Neves em campanha.

O PMDB estava em minoria no colégio eleitoral, por isso precisava de votos do PDS para conseguir eleger o presidente da república.

Naquela época, não eram permitidas as coligações partidárias, os candidatos a presidente e a vice-presidente da república tinham que ser do mesmo partido. Sarney podia se filiar ao PMDB por ter sido eleito senador do ARENA em 1978, partido que havia sido extinto. Assim, sua troca de partido não era considerada, pela lei eleitoral da época, uma infidelidade partidária, sujeita a perda de mandato eletivo, pois Sarney não estaria deixando o partido pelo qual fora eleito. O que não era o caso de Marco Maciel que não podia trocar de partido, pois fora eleito senador por Pernambuco, pelo PDS, em 1982. Aureliano Chaves não podia se candidatar a presidente pelo PMDB, mesmo tendo sido eleito vice-presidente da república pelo ARENA, em 1978, pois assumira a presidência da república várias vezes como substituto de João Figueiredo, tornando-se inelegível para a presidência. Aureliano era inelegível também para a vice-presidência pois não era permitida, na época, a reeleição.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil
Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

Tancredo foi lançado candidato por ser aceito por grande parte dos militares e tido como moderado. Na área militar foi decisivo o apoio do ex-presidente Ernesto Geisel. Essa moderação, porém, era alvo de críticas do PT que não aceitava o Colégio Eleitoral. Sob sua moderação Tancredo dizia:

“ Se é mineiro não é radical, se é radical não é mineiro! ”

Tancredo também ganhara prestígio dentro do PDS, nas reuniões com governadores do Nordeste, (todos os nove foram eleitos pelo PDS, e a maioria deles eram políticos da nova geração e que admiravam Tancredo), nas reuniões da SUDENE, a qual Minas Gerais pertencia, pelo fato de o norte de Minas Gerais fazer parte da área da seca, o Polígono das Secas. Vários destes governadores passaram para à Frente Liberal, depois PFL. Entre estes governadores que aderiram a Tancredo, e cujo apoio fora decisivo, estava o ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, o "ACM". Antônio Carlos reagiu às declarações do ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Matos que dissera que quem abandonava o candidato do PDS era traidor, e disse que traidor era ele, o ministro. Foi a primeira vez que um ministro militar era contestado durante o regime militar. A partir de então, a adesão a Tancredo cresceu. O líder baiano, Antônio Carlos, completou:

“ Trair a Revolução de 1964 é apoiar Maluf para presidente"! ”

Tancredo, na entrevista ao jornal Pasquim, em 1984, definiu, assim, Maluf:

“ Maluf simboliza tudo quanto a Revolução realizou de negativo nesses 20 anos! ”

Mesmo a eleição sendo indireta, Tancredo fez diversos comícios populares em praça pública. Tancredo disse, em um de seus discursos durante a campanha eleitoral, na cidade de Vitória, em novembro de 1984:

“Restaurar a democracia é restaurar a República. É edificar a Nova República, missão que estou recebendo do povo e se transformará em realidade pela força não apenas de um político, mas de todos os cidadãos brasileiros! ”

Essa expressão "Nova República" se tornou a denominação da época política brasileira posterior ao período do regime militar que se encerrou, em 1985, com o fim do governo de João Figueiredo.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

A chapa Tancredo–Sarney foi então oficializada e assim os opositoristas foram às ruas para defender suas propostas em comícios tão concorridos quanto os da campanha pelas Diretas Já. Saudado como candidato da conciliação, Tancredo Neves foi eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, numa terça-feira, 15 de janeiro de 1985, recebendo 480 votos contra 180 dados a Paulo Maluf e 26 abstenções. A maioria das abstenções foi de parlamentares do Partido dos Trabalhadores, partido este que expulsou de seus quadros os parlamentares que, desobedecendo a orientação do partido, votaram em Tancredo Neves. Foram expulsos do PT os deputados Beth Mendes, Aírton Soares e José Eudes.

Assim que foram anunciados os resultados, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo discursou:

“ Não vamos nos dispersar. Continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão. Se todos quisermos, dizia-nos, há quase duzentos anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, podemos fazer deste país uma grande nação. Vamos fazê-la! ”

Sua vitória foi entusiasticamente recebida pela população e é tida como uma das mais complexas e bem-sucedidas obras de "engenharia política" na história política do Brasil.

Logo em seguida, o PT e a CUT passam a fazer oposição a Tancredo, tendo, o Jornal da Tarde de São Paulo, dado em manchete, no dia 11 de fevereiro de 1985:

“A CUT e o PT declaram guerra a Tancredo. ”

Um exemplo dessas dificuldades e dessas manobras: No final de 1984, as pesquisas de intenção de votos, mostravam que Tancredo tinha a maioria do Colégio Eleitoral. Receoso de uma manobra de João Figueiredo tentando prorrogar seu mandato em dois anos, estabelecendo eleições diretas para seu sucessor, Tancredo foi à televisão e declarou que Paulo Maluf ia renunciar à sua candidatura. Maluf reagiu e garantiu que não renunciaria. Assim com Maluf na disputa, João Figueiredo e o PDS nada puderam fazer para mudarem as regras do jogo sucessório.

Assim que foi eleito, Tancredo fez um giro internacional encontrando-se com vários chefes de estado para conquistar apoio à sua posse, considerada incerta, e só aceitou ser submetido à operação cirúrgica, depois que vários chefes de Estado já haviam chegado à Brasília para a sua posse. Os encontros com chefes de Estado foi uma visão estratégica de Tancredo; o de tornar nosso processo de redemocratização irreversível.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Tão bem-sucedidas foram as suas articulações que fizeram com que até mesmo Ulysses Guimarães, o "Senhor Diretas", abdicasse da disputa a presidente para apoiá-lo. O acordo político teria incluído até mesmo um futuro apoio a Ulysses Guimarães para sucedê-lo nas eleições seguintes que seriam diretas.

Enfermidade e morte

Tancredo havia se submetido a uma agenda de campanha bastante extenuante, articulando apoios do Congresso Nacional e dos governadores estaduais, viajando ao exterior na qualidade de presidente da República. Tancredo vinha sofrendo de fortes dores abdominais durante os dias que antecederam a posse. Aconselhado por médicos a procurar tratamento, teria dito:

"Façam de mim o que quiserem - depois da posse!" "

Tancredo temia que os militares da chamada "linha-dura" se recusassem a passar o poder ao vice-presidente. Decidiu só anunciar a doença no dia da posse, 15 de março, quando já estivessem em Brasília os chefes de Estado esperados para a cerimônia, com o que ficaria mais difícil uma ruptura política. A sua grande preocupação com a garantia da posse era respaldada pela frase que ouvira de Getúlio Vargas a esse respeito:

"No Brasil, não basta vencer a eleição, é preciso ganhar a posse!" "

Adoeceu com fortes e repetidas dores abdominais durante uma cerimônia religiosa no Santuário Dom Bosco, em Brasília, na véspera da posse em 14 de março de 1985. Foi, às pressas, internado no Hospital de Base do Distrito Federal. Tancredo disse a seu primo Francisco Dornelles, indicado à época para assumir o Ministério da Fazenda, que não se submeteria à operação caso não tivesse a garantia de que Figueiredo empossaria Sarney. Dornelles garantiu ao primo que Sarney seria empossado. As articulações para a posse de Sarney, de acordo com informações compiladas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), já estavam, naquele momento, sob a condução do então presidente da Câmara Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e do ex-ministro-chefe da Casa Civil Leitão de Abreu.

Causa de morte



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Devido às complicações cirúrgicas ocorridas — para o que concorreram as péssimas condições ambientais do Hospital de Base do Distrito Federal, o qual estava com a Unidade de Tratamento Intensivo demolida, em obras —, o estado de saúde se agravou, tendo de ser transferido em 26 de março para o Hospital das Clínicas de São Paulo. Um dia antes da transferência, foram divulgadas fotos de Tancredo no hospital, que deram a impressão de que ele estava melhorando, mas horas depois veio a notícia de que Tancredo estava com uma grave hemorragia. Em São Paulo, já muito debilitado e sofrendo, Tancredo teria dito:

"Eu não merecia isso" ”

Durante todo o período em que ficou internado, Tancredo sofreu sete cirurgias. No entanto, em 21 de abril, Tancredo faleceu, aos 75 anos. A morte de Tancredo foi anunciada à população pelo então porta-voz oficial da presidência Antônio Britto:

“Lamento informar que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Tancredo de Almeida Neves, faleceu esta noite no Instituto do Coração, às 10 horas e 23 minutos [...]”

A versão oficial informava que fora vítima de uma diverticulite, mas apurações posteriores indicaram que se tratava de um leiomioma benigno, mas infectado. Os médicos esconderam até o fim a existência de um tumor, devido ao impacto que a palavra câncer poderia provocar à época.

Vinte anos após a morte, o corpo médico do Hospital de Base de Brasília revelou que não divulgou o laudo correto da doença à época, que não teria sido diverticulite, mas sim um tumor. Embora benigno, o anúncio de um tumor poderia ser interpretado como câncer, causando efeitos imprevisíveis no andamento político no momento.

Uma grande parte da população acreditava que Tancredo morreu de infecção generalizada, mas em 2005 os médicos de São Paulo negaram isso.

Em 2010, o pesquisador Luís Mir lançou um livro com depoimentos dos médicos e documentos obtidos no Hospital de Base de Brasília e no Instituto do Coração, em São Paulo, onde Tancredo morreu. No livro, o autor concluiu que Tancredo Neves foi vítima de vários erros médicos e que ele poderia ter tomado posse. Segundo as pesquisas de Luís

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil

Mir, na noite de 14 de março um jatinho estava preparado para levar Tancredo a São Paulo, mas os responsáveis em Brasília vetaram a viagem. Ainda segundo o pesquisador, quando foram registradas as fotos de Tancredo no dia 25, que seriam para dar tranquilidade ao país, já havia um forte sangramento, devido a um erro técnico na sutura da primeira cirurgia. Segundo apurou também, uma técnica equivocada atingiu um vaso, causando hemorragia interna no intestino.

Em 2012, os filhos de Tancredo Neves entraram com o pedido de Habeas Data na Justiça Federal de Brasília para que o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Regional do Distrito Federal entreguem todas as sindicâncias, inquéritos ético-disciplinares, documentos e depoimentos dos médicos referentes ao atendimento prestado ao presidente. A família Neves é representada pelo historiador e pesquisador Luís Mir, escritor do livro O paciente, o caso Tancredo Neves, e pelos advogados Juliana Porcaro Bisol, Bruno Prenholato, Cláudia Duarte. Segundo eles, a documentação requerida permitirá uma investigação histórica do que efetivamente aconteceu, inclusive com a identificação dos médicos responsáveis pelo atendimento do presidente. Três anos depois, a documentação ainda não havia sido liberada e Luís Mir disse que iriam pedir a reabertura do processo ao Conselho Federal de Medicina e aos conselhos regionais de Brasília e de São Paulo.

Sucessão e posse presidencial

José Sarney assumiu a Presidência em 15 de março de 1985, jurando a Constituição de 1967, no Congresso Nacional, aguardando o restabelecimento de Tancredo. Leu o discurso de posse que Tancredo havia escrito e que pregava conciliação nacional e a instalação de uma assembleia nacional constituinte.

“Ao assumir esta enorme responsabilidade, o homem público se entrega a destino maior do que todas as suas aspirações, e que ele não poderá cumprir senão como permanente submissão ao povo.

A grandeza de um povo pode ser medida pela fraternidade. A coesão nacional, que não deve ser confundida com as manifestações patológicas do nacionalismo extremista, resulta do sentimento de solidariedade da cidadania. Essa solidariedade se expressa na consciência política. Não basta, porém, a consciência da responsabilidade coletiva, se não houver a oportunidade de participação de todos na vida do Estado, que é o instrumento comum da ação social.

Não celebramos, hoje, uma vitória política. Esta solenidade não é a do júbilo de uma facção que tenha submetido a outra, mas festa da conciliação nacional, em torno de um programa político amplo, destinado a abrir novo e fecundo tempo ao nosso País. A adesão aos princípios que defendemos não significa, necessariamente, a adesão ao governo que vamos chefiar. Ela se manifestará também no exercício da oposição. Não chegamos ao poder com o propósito de



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

submeter a Nação a um projeto, mas com o de lutar para que ela reassuma, pela soberania do povo, o pleno controle sobre o Estado. A isso chamamos democracia!

Na cerimônia de transmissão do cargo, no Palácio do Planalto, o presidente João Figueiredo, por sugestão de Leitão de Abreu, então chefe da Casa Civil, não compareceu, não passando a faixa presidencial a José Sarney, porque Sarney entraria no exercício do cargo como substituto e não como sucessor, sendo Gervázio Batista, então fotógrafo oficial do Palácio do Planalto, o responsável pela entrega da faixa ao novo presidente.

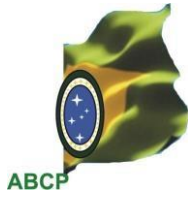
Em 28 de junho de 1985, Sarney cumpriu a promessa de campanha de Tancredo Neves e encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem 330, propondo a convocação da Constituinte, que resultou na Emenda Constitucional 26, de 27 de novembro de 1985. Eleitos em novembro de 1986 e empossados em 1.º de fevereiro de 1987, os constituintes iniciaram a elaboração da nova Constituição brasileira de 1988.

Existia grande tensão na época devido à possibilidade de uma interrupção na abertura democrática em andamento. Caso Sarney não assumisse, deveria ser empossado em seu lugar o então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães do PMDB, pouco aceito pelos militares. O grande risco era que ocorresse um retrocesso, já que na época os

setores militares mais conservadores, a chamada linha-dura, tentavam desestabilizar a redemocratização e manter o regime militar.

Na madrugada de 14 para 15 de março de 1985, em uma reunião em que estavam presentes Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Sarney e o ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, a opinião deste sobre a interpretação da Constituição de 1967 prevaleceu, e na manhã de 15 de março, às 10 horas, o Congresso Nacional deu posse a Sarney.

Houve grande comoção nacional, especialmente porque Tancredo Neves era o primeiro civil eleito presidente da república desde 1960, quando Jânio Quadros foi eleito presidente, e era o primeiro político de oposição ao regime militar a ser eleito presidente da república desde o Golpe Militar de 1964. Assumiu a Presidência da República o vice José Sarney, encerrando o período de 5 governos conduzidos por militares. O Brasil, que acompanhara tenso e



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

comovido a agonia do político mineiro, promoveu um dos maiores funerais da história nacional. Calculou-se na época que, entre São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del-Rei, mais de dois milhões de pessoas viram passar o esquife. Coração de Estudante, uma canção do cantor mineiro Milton Nascimento, marcou o episódio na memória nacional.

Em 21 de abril de 1986, exatamente um ano após a morte de Tancredo, foi sancionada a lei 7465/1986. A lei determina que Tancredo Neves deve estar na galeria dos Presidentes do Brasil, para todos os efeitos legais. Assim, apesar de Tancredo não ter tomado posse, a lei garantiu a ele o título de Presidente da República.

Enterro e sepultura

O epitáfio que o presidente eleito previra certa vez numa roda de amigos, em conversa no Senado, não chegou a ser gravado na lápide, no cemitério, ao lado da Igreja de São Francisco de Assis, em São João del-Rei:

“Aqui jaz, muito a contragosto, Tancredo de Almeida Neves!”

Seu enterro, em São João del-Rei, foi transmitido em rede nacional de televisão, tendo discursado, à beira do túmulo 85, que lembra o ano em que foi eleito presidente, o deputado federal Ulysses Silveira Guimarães, na época presidente da Câmara dos Deputados. No cemitério da Igreja de São Francisco há uma placa comemorativa da visita do presidente francês François Mitterrand que conheceu Tancredo, quando este viajara à Europa. Em março de 2008 a sepultura de Tancredo foi violada e a peça de mármore da parte superior do túmulo foi quebrada.

Homenagens

Monumento em homenagem a Tancredo Neves.

Na cidade de São João del-Rei, foi homenageado com a colocação de uma estátua sua ao lado da estátua de Tiradentes.

A 27 de março de 1985 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito de Portugal.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Mesmo sem ter tomado posse, Tancredo Neves é elencado entre os ex-presidentes do Brasil por força da lei n.º 7.465, de 21 de abril de 1986:

"O cidadão Tancredo de Almeida Neves, eleito e não empossado, por motivo do falecimento, figurará na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura, para todos os efeitos legais".

Em 2010, ocorre o centenário de nascimento de Tancredo Neves. Em 1 de março de 2010 foi lançado um selo comemorativo do centenário de nascimento do ex-presidente. O evento fez parte de uma série de homenagens que se seguiram até o dia do centenário de seu nascimento: 4 de março de 2010.

Um busto foi inaugurado em 3 de março de 2010, no Salão Nobre do Senado, em Brasília, durante homenagem prestada ao centenário de nascimento do ex-presidente.

É lembrado "como político conciliador e hábil articulador político."

A cidade baiana Presidente Tancredo Neves foi nomeada em sua homenagem. Assim como a capital baiana, Salvador, tem como centro financeiro e empresarial a Avenida Tancredo Neves.

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte-Confins, inaugurado em 1984, foi nomeado Aeroporto Internacional Tancredo Neves em sua homenagem.

No final de março de 2010, o então governador de Minas Gerais, Aécio Neves, neto de Tancredo, inaugurou a nova sede do Governo do Estado, denominada Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Livros, escritos, discursos e filmes

Além de reportagens que escreveu na juventude para o jornal Estado de Minas, O Correio e Diário de São João del Rei, Tancredo foi autor de "O regime parlamentar e a realidade brasileira", publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos (Belo Horizonte, UFMG, 1962), "O panorama mundial e a segurança nacional" (Rio de Janeiro, ESG, 1962), e de numerosos discursos e pareceres publicados em jornais, revistas e anais parlamentares. Em 24 de fevereiro de 1983 tomou posse, sucedendo a Alberto Deodato, na cadeira 12 da Academia Mineira de Letras, patrocinada por Alvarenga Peixoto.

Deixou dois depoimentos que saíram em livros: o primeiro: "Tancredo Neves, A trajetória de um liberal", a partir de uma entrevista dada à sua sobrinha Lucília de Almeida Neves, narra sua trajetória política até 1954 apenas, pois Tancredo parou a entrevista para se dedicar integralmente à eleição no colégio eleitoral que ocorreria em 1985. O segundo livro entrevista foi "Tancredo fala de Getúlio", onde dá seu depoimento sobre o antigo presidente e a sua atuação política ao lado de Getúlio.

Em 2010 foi lançado o livro O paciente, o caso Tancredo Neves, de Luís Mir, que reúne documentos obtidos no Hospital Base de Brasília e Instituto do Coração, em São Paulo, onde Tancredo morreu. O livro apresenta um roteiro cirúrgico, para melhor compreensão das cirurgias e traz declarações dos especialistas envolvidos, revelando os bastidores do caso clínico que alterou os rumos da democracia brasileira e abalou a reputação da medicina do país.

Sobre a vida de Tancredo Neves foram produzidos o filme de longa-metragem A Céu Aberto, de João Batista de Andrade, e a biografia "Tancredo Neves, A trajetória de um liberal" (1985), escrita por sua sobrinha Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso a partir de depoimento dado pelo tio. Em 1985, foi lançado o documentário "Muda Brasil", de Oswaldo Caldeira e, em 2011, Tancredo - A travessia, de Silvio Tendler.[64][65][66] Em 2018, foi lançado nos cinemas o filme O Paciente - O Caso Tancredo Neves, produzido pela Globo Filmes e baseado no livro de Luís Mir. O filme retrata os últimos dias de Tancredo Neves e a sucessão de erros médicos que o levaram a morte. No filme, Tancredo foi interpretado pelo ator Othon Bastos.

Memoriais

Em 2013 foi lançado o Memorial Tancredo Neves, no Panteão da Pátria, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília. O espaço conta com vídeos, mídias digitais e documentos originais, retratando passos do período de redemocratização do Brasil. Estão expostos manuscritos de discursos de Tancredo, cartas escritas por ele e endereçadas a ele, de personalidades como Juscelino Kubitschek e João Goulart, além de material de campanha das Diretas Já e seu diploma de Presidente da República

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

ABCP



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República Federativa do Brasil (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

Em 1990 foi aberto em São João del-Rei, cidade natal de Tancredo, o Memorial Tancredo Neves, descrevendo sua trajetória pessoal e política e mantido pela Fundação Presidente Tancredo Neves.



Therezinha de Godoy Zerbini (São Paulo, 16 de abril de 1928 – São Paulo, 14 de março de 2015) foi uma assistente social, advogada e ativista de direitos humanos brasileira, fundadora e líder do Movimento Feminino pela Anistia.

Biografia

Therezinha Zerbini foi casada com o general Euryale de Jesus Zerbini, vinte anos mais velho que ela. Eles se conheceram em 1951, quando ele comandava a Força Pública Therezinha trabalhava como assistente social do Hospital Mandaqui, no atendimento a crianças tuberculosas. Ela própria havia tido a doença, alguns anos antes.

O general Euryale comandava a unidade de Caçapava à época do golpe militar de 1964 e foi um dos quatro generais (o único com comando de tropa) a assumir uma posição legalista, contrária aos golpistas. Por isso acabou por ter seus direitos políticos cassados e foi reformado.

Por ter ajudado Frei Tito a conseguir o sítio (pertencente a um amigo da família Zerbini), em Ibiúna), onde seria realizado o congresso da UNE - organização proscriita pelo regime - Therezinha respondeu a um inquérito policial militar. Foi indiciada em dezembro de 1969 e afinal enquadrada na Lei de Segurança Nacional.[3] Foi presa em sua casa, no dia 11 de fevereiro de 1970 e ficou na prisão por oito meses. - seis dos quais no presídio Tiradentes, em São Paulo Na prisão, conviveu com a então guerrilheira Dilma Roussef.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Em 1975, declarado pela ONU Ano Internacional da Mulher, cria o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), unido à luta pela redemocratização do Brasil. No mesmo ano, ocorre a morte do jornalista Vladimir Herzog na prisão, seguindo-se, na Catedral da Sé, a primeira grande manifestação popular de protesto, desde o AI-5.[9] Ainda em 1975,

O Movimento lança seu manifesto em favor da anistia ampla e geral, conseguindo colher 16.000 assinaturas de apoio, e empenhou-se nas denúncias sobre a existência de presos, torturados e perseguidos políticos no Brasil - fato que por muito tempo fora sistematicamente negado pelo governo militar. Daí por diante foram sendo formados Comitês Femininos pela Anistia nas principais cidades do país. [10]. "Comecei pelo Rio Grande do Sul. Coloquei os manifestos numa caixa e mandei pelo correio para a Dilma, que foi muito habilidosa,"

O movimento pela anistia

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), como movimento de oposição, surge num momento em que a luta armada refluía, e a "democracia passa a ser valorizada como um objetivo em si e, com ela, a organização da sociedade e a participação no jogo eleitoral, mesmo sob limitações." O movimento é o marco da virada: a atividade política volta ao espaço público, agregando e mobilizando vários setores - o MDB, o PCB e outros partidos políticos ainda clandestinos, a esquerda católica, acadêmicos, associações de classe, além dos exilados, presos políticos e suas famílias. Fazia oposição às claras: era um movimento legalizado, com ata de fundação e estatuto registrado em 1976,[12] constituído basicamente por mulheres católicas, como a própria Therezinha, e de classe média[13] - a mesma classe que, dez anos antes, marchara contra o governo João Goulart e apoiara a instauração do regime militar que agora exilava, prendia, torturava e matava seus filhos e netos. Nesse sentido, fazia oposição "por dentro" do regime, jogando contra ele a sua própria justificativa inicial - preservar a democracia ameaçada pelo totalitarismo.

Em fevereiro de 1978, o movimento pela anistia seria ampliado com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) no Rio de Janeiro Formado inicialmente por advogados de presos políticos e com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, o Comitê pedia a anistia ampla, geral e irrestrita.

Em março de 1978, durante a visita do então presidente norte-americano Jimmy Carter a Brasília, Zerbini conseguiu driblar a segurança e entregar uma carta à primeira-dama, Rosalynn Carter, em nome das mulheres brasileiras do movimento pela anistia. A carta, sem fazer referências diretas ao regime, dizia, na abertura: "Nós, que lutamos por justiça e paz..."



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Embora considerada comunista, pelos órgãos de segurança, e como feminista, pela imprensa, Therezinha Zerbini declara nunca ter aderido a nenhuma dessas correntes.

Militância política após a anistia

Após a revogação do AI-5 (1978), esteve ao lado de Leonel Brizola no processo de refundação do PTB, em São Paulo, e depois, na criação do PDT, em 1979, quando Brizola perdeu a sigla para Ivete Vargas.

Mais recentemente, em setembro de 2010, pouco antes das eleições presidenciais de novembro, Therezinha Zerbini foi a quinta pessoa a assinar o "Manifesto pela Defesa da Democracia", [16] lançado por intelectuais e políticos contrários ao Partido dos Trabalhadores. Na prática, o manifesto deveria reforçar a posição do candidato do PSDB José Serra, que, entretanto, acabou por perder as eleições.

Segundo ela "criar a Comissão da Verdade é bom. Não espero coisas novas, porque já vi tudo por dentro. Mas é preciso dar a oportunidade para os outros sentirem e verem. Como diz Santo Agostinho, o coração é a sede da memória."

Morte

Therezinha morreu em 14 de março de 2015, aos 87 anos, em São Paulo. Seu corpo foi cremado em Vila Alpina, após a realização do velório no Cemitério do Araçá.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil confirmada pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



Luís Eduardo Maron Magalhães (Salvador, 16 de março de 1955 — Brasília, 21 de abril de 1998) foi um político brasileiro. Filho do ex-governador da Bahia e ex-senador pelo estado, Antônio Carlos Magalhães, era considerado o provável sucessor de seu pai no meio político. Foi deputado estadual de 1979 a 1987 e deputado federal de 1987 até sua morte, sendo presidente da Câmara dos Deputados durante o biênio de 1995 a 1997. Estava em pré-campanha ao governo da Bahia pelo PFL em 1998. Entretanto, morreu de infarto fulminante aos 43 anos.

Vida pessoal e educação

Filho de Antônio Carlos Magalhães e Arlette Maron de Magalhães. Era neto do político Francisco Peixoto de Magalhães Neto, irmão de Antônio Carlos Magalhães Júnior e tio do político ACM Neto, além de ser descendente de Libaneses por parte de mãe, sendo a família Maron uma das primeiras famílias libanesas a estabelecer-se no sul da Bahia, mais precisamente na cidade de Itabuna. Casado com Michelle Marie Magalhães, deixou três filhos adolescentes. Formado em direito pela Universidade Federal da Bahia, nunca exerceu a advocacia, e nos seus últimos anos de vida estava estudando as teses de Max Weber, o sociólogo alemão ídolo de Fernando Henrique Cardoso.

Busto na cidade homônima na Bahia.

Possuía gosto refinadíssimo pela música, literatura e era considerado um cinéfilo, passando domingos inteiros assistindo "pilhas" de filmes na sua casa em Brasília. Na música, considerava Tom Jobim "o maior", mas sem deixar

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

de lado cantores como Tony Bennett e Frank Sinatra. Na literatura, o escritor Jorge Amado era nas suas palavras "o imbatível embaixador da Bahia", seguido de João Ubaldo Ribeiro descrito como "simplesmente brilhante".

Trajetória política

Muito cedo, com apenas 18 anos de idade, iniciou sua vida pública como Oficial de Gabinete do Governador do Estado da Bahia, em 1973, quando seu pai fora governador pela primeira vez. Dois anos mais tarde se tornaria Chefe de Gabinete do Primeiro-Secretário da Assembleia Legislativa da Bahia, permanecendo até sair candidato a deputado estadual com apenas 23 anos e posteriormente vencendo a disputa em 1979.

Deputado Estadual

Foi deputado estadual por dois mandatos consecutivos onde ficaria até 1987, e por lá sendo eleito Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia. Saindo apenas quando eleito deputado federal.

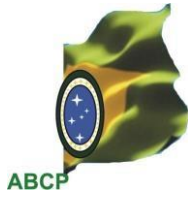
Deputado Federal

Foi um grande articulador político, principalmente no governo de FHC. Sempre leal aos ideários liberais e fiel posturas adotadas pelo seu partido, defendeu o então presidente Fernando Collor de Mello até o momento que parecia inevitável sua cassação.

“Transforma-se este plenário em tribunal de acusação. Acato as decisões da Justiça, acato as decisões da maioria, mas devo registrar, neste instante, meu protesto (...) Votarei contra o impedimento do presidente da República. Sou responsável pelos meus atos. ”

O líder achava que Collor merecia tempo necessário para "completo esclarecimento da verdade", pois entendia que o presidente era vítima não só de seus erros, mas também de seus acertos, entre os quais citou a política de modernização da economia e a diminuição das alíquotas de importação.

Foi um importante elo de aproximação de Antônio Carlos Magalhães com Fernando Henrique Cardoso, tendo seu pai exercido forte influência para que ele concorresse a vice-presidente, porém ele preferiu continuar como deputado



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

para posteriormente se eleger presidente da Câmara. Em seu último mandato, foi o deputado federal mais votado na Bahia, com mais de 138 mil votos.

Quando deputado federal criticou vorazmente a Constituição brasileira a qual chamava de "desestruturada", "demagógica" e "extravagante".

Presidência na Câmara dos Deputados

Conduziu a aprovação de mais de cinquenta leis e catorze emendas constitucionais propostas pelo governo. Comandou a quebra do monopólio do petróleo, aprovou o novo conceito de empresa nacional, acabou com as restrições ao capital estrangeiro e foi peça decisiva para a aprovação da emenda da reeleição, seu último ato como presidente da Casa. Chegou até mesmo a ser classificado por adversários políticos mais maliciosos como o presidente da Câmara mais subserviente ao Palácio do Planalto desde os governos militares.

“ Luís Eduardo não era pau-mandado. Ele estava construindo um projeto liberal no qual acreditava desde a Constituinte ”

Ele decidiu romper com a prática de reunir o chamado "colégio de líderes", em que as decisões eram tomadas por um consenso de cúpula que reunia governo e oposição. Buscando agilizar as votações e, sabendo que a maioria dos deputados era favorável às reformas, passou a colocar os projetos e as emendas diretamente no plenário. Assumiu o posto de Presidente da República do Brasil, como substituto constitucional, em 17 de outubro de 1995, e de 5 a 8 de novembro de 1995. Após a sua morte e o consequente vácuo político deixado, Jorge Bornhausen, então presidente do PFL, articulou-se intensamente para dar evidência aos seus correligionários catarinenses face ao enfraquecimento da ala baiana do partido.

Potencial candidatura ao governo da Bahia

Após conversas reservadas com FHC, Luís Eduardo Magalhães cede às pressões feitas pelo pai que temia deixar o governo estadual sem um Magalhães por muito tempo, para sair candidato a governador, mesmo mostrando clara preferência ao Senado. Antônio Carlos esperava a resposta do filho em almoço em Brasília, onde sempre cumpriam a mesma rotina quando estavam próximos. Luís Eduardo pronunciou a senha: "Bahia". Era tudo que o pai queria escutar. A candidatura já alçava grandes vôos. Entretanto, sua surpreendente e súbita morte naufraga os planos do



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

pai e também do partido que sonhava em ter um candidato ao Planalto futuramente e Luís Eduardo Magalhães parecia ser a melhor opção até então.

Postura política

Com uma formação liberal, eterno defensor da livre iniciativa e da abertura econômica do capital estrangeiro, discípulo e admirador do ex-ministro Roberto Campos, Luís Eduardo não tinha nenhuma dificuldade para transitar pela esquerda do Congresso. Em 1984, Luís Eduardo era filiado ao PDS, presidia a Assembleia da Bahia e, quando soube que militantes do PCdoB baiano haviam sido presos, foi à delegacia para protestar contra a arbitrariedade. Apesar de sua firme postura no Congresso, como na cassação de Sérgio Naya, o destruidor do Palace II, não se interessava pela política estadual e só percorria o interior baiano na época de eleições, diferentemente do pai.

“Ele era sério. Quando fechava um acordo, não havia dúvida: ele cumpria”

Luís Eduardo tornou-se um articulador eficiente pelo gosto, lábia e habilidade. Tinha paciência para negociar, conhecia pelo nome cada deputado, não tinha reservas para receber em seu gabinete o chamado baixo clero.

Interesses pessoais

De acordo com Fernando Barros (publicitário que o acompanhou desde sua primeira eleição), era um cinéfilo inveterado. Fumante de três maços por dia, gostava de uma boa mesa e bebia com prazer. Hipertenso, amigo do copo e de carne vermelha, passou a cuidar da saúde próximo ao fim da vida: ele estava diminuindo o cigarro, medicava-se contra a hipertensão, adotara o vinho tinto no lugar dos destilados por ordem médica, emagrecera 10 quilos nos últimos tempos e sempre fazia caminhadas, como na manhã de 21 de abril de 1998, uma terça-feira.

Morte

Não atendendo a um conselho médico de fazer um exame que radiografa o coração, sofreu um infarto. Já na UTI do hospital, o exame foi feito. Tinha quatro lesões na coronária direita e seis no lado esquerdo, e não uma lesão nas coronárias como era suspeitado. Às 20h do dia 21 de abril de 1998, Luís Eduardo Maron de Magalhães estava morto. Na quarta-feira, 22/04/1998, o corpo de Luís Eduardo foi enterrado, em Salvador, depois de ser velado no Congresso na noite anterior. No ano 2000 um distrito baiano (próximo á Barreiras), conhecido antes pelo nome de Mimoso, ao ser emancipado recebeu o nome de Luís Eduardo Magalhães. Eduardo era um fumante inveterado.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil



Celso Augusto Daniel (Santo André, 16 de abril de 1951 — Juquitiba, 18 de janeiro de 2002) foi um professor, engenheiro e político brasileiro.

Estudou filosofia na Universidade de São Paulo e bacharelou-se em engenharia pelo Instituto Mauá de Tecnologia, tendo concluído seu mestrado na Fundação Getúlio Vargas. Foi prefeito da sua cidade natal pelo Partido dos Trabalhadores duas vezes: de 1989 a 1993 e de 1997 a 2002, ano em que foi assassinado.

Exerceu mandato de deputado federal por São Paulo entre 1995 e 1997.

Idealizador do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, foi presidente da entidade regional por três mandatos: 1991, 1992 e 1995.

Assassinato

Ver artigo principal: Caso Celso Daniel

Celso Daniel foi assassinado em 18 de janeiro de 2002, aos 50 anos. Entre os suspeitos encontram-se criminosos comuns e políticos, como os seus oponentes regionais. Após o início das investigações, sete testemunhas morreram, todas em circunstâncias misteriosas. A Faculdade de Engenharia do Centro Universitário Fundação Santo André, o parque mais antigo da cidade (antigo Parque Duque de Caxias) e a Estação Prefeito Celso Daniel - Santo André da CPTM levam seu nome.

Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil



Paschoal Thomeu Prefeito Símbolo do Brasil pela ABCP.

Paschoal Thomeu (São Paulo, 8 de abril de 1926 — São Paulo, 9 de agosto de 2006) foi um contador, empresário e político brasileiro

Paschoal Thomeu nasceu no dia 8 de abril de 1926, filho de Annunziato Thomeu e Carmella Lambergia. Fez o primário e o colegial no Liceu Coração de Jesus e posteriormente graduou-se em contabilidade pela Fundação Álvares Penteado (FAAP).

Política

Iniciou sua vida política sendo eleito prefeito de Guarulhos pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Guarulhos em 1988. Foi indicado pelo então governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho (MDB) para ser presidente da empresa estatal energética Eletropaulo.

Concorreu pelo MDB em 1994 para deputado estadual e foi eleito.[8] Em 1998, foi reeleito para o cargo de deputado estadual pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB).[9] Em 2002, foi reeleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para o cargo de deputado estadual.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil



Ulysses Guimarães

Ulysses Silveira Guimarães GCC • GCIH (Itirapina, 6 de outubro de 1916 — Angra dos Reis, 12 de outubro de 1992) foi um político e advogado brasileiro, um dos principais opositores à ditadura militar. Foi o presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, que inaugurou a nova ordem democrática, após 21 anos sob o Regime Militar.

Ulysses nasceu na vila de Itaqueri da Serra, atual distrito do município de Itirapina, que à época era parte do município de Rio Claro no interior do estado de São Paulo.

Foi presidente da Câmara dos Deputados em duas ocasiões distintas e também candidato à presidência da República na eleição de 1989. Inicialmente, apoiou o golpe de 1964, contra o presidente João Goulart, mas logo passou à oposição e passou a lutar pela volta da democracia.

Com a instauração do bipartidarismo (1965), filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (1966) (MDB), do qual seria vice-presidente e, depois, presidente. À frente do partido, participou de todas as campanhas pelo retorno do país à democracia, inclusive a luta pela anistia ampla geral e irrestrita. Com o fim do bipartidarismo (1979), o MDB converteu-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do qual seria presidente nacional.

Ao lado de Tancredo Neves, Orestes Quércia, Leonel Brizola, Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Franco Montoro, Ulysses liderou novas campanhas pela redemocratização, como a das eleições diretas, popularmente conhecidas pelo slogan Diretas Já.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Ulysses morreu em um acidente aéreo de helicóptero no litoral de Angra dos Reis, sul do estado do Rio de Janeiro, e seu corpo nunca foi encontrado

Infância e juventude

Ulysses Silveira Guimarães nasceu na vila de Itaqueri da Serra, hoje distrito do município de Itirapina, que à época era parte do município de Rio Claro, no interior paulista. Filho de Ataliba Silveira Guimarães e de dona Amélia Correia Fontes, foi casado com dona Ida de Almeida (conhecida como "Mora"), já viúva e mãe de dois filhos pequenos, Tito Enrique e Celina Ida.

Teve uma vida acadêmica ativa, participando do Centro Acadêmico XI de Agosto e exercendo a vice-presidência da União Nacional de Estudantes (UNE). Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).[carece de fontes]

Vida profissional

Foi professor durante vários anos na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde veio a se tornar professor titular de Direito Internacional Público. Lecionou ainda Direito Municipal na Faculdade de Direito de Itu, e Direito Constitucional na Instituição Toledo de Ensino em Bauru, onde também atuou como diretor desta instituição. Exerceu profissionalmente a advocacia, especializando-se em Direito Tributário.

Ulysses Guimarães defendendo no plenário da Câmara a redemocratização do Brasil.

No Santos Futebol Clube, Ulysses Guimarães se associou em 10 de janeiro de 1941. Em 1942, foi nomeado diretor-presidente da subseção em São Paulo do clube, cargo que voltou a ocupar em 1945. Foi eleito deputado estadual, por São Paulo, à Constituinte de 1947, na legenda do Partido Social Democrático (PSD). A partir deste momento, não deixaria mais a política, elegendo-se deputado federal pelo Estado, por onze mandatos consecutivos, de 1951 a 1995

(Não tendo terminado o último mandato). O primeiro discurso político ocorreu na década de 1940, à sombra de uma figueira no Distrito de Itaqueri da Serra, município de Itirapina, Estado de São Paulo, sua verdadeira terra natal, já que na época do nascimento todas as pessoas lá nascidas eram registradas em Rio Claro, que era então a sede do



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

município. Ainda hoje, ao chegarmos em Itaqueri da Serra, deparamo-nos com diversos parentes e inesquecíveis histórias do Dr. Ulysses, como era carinhosamente chamado.

A 17 de Maio de 1958 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo de Portugal.

Assumiu a pasta do Ministério da Indústria e Comércio no gabinete Tancredo Neves, durante a curta experiência parlamentarista brasileira (1961-1962). Apoiou, inicialmente, o golpe contra João Goulart, tendo inclusive participado da polêmica Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, mas logo passou à oposição. Com a instauração do bipartidarismo (1965), filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual seria vice-presidente e, depois, presidente. Foi presidente do Parlamento Latino-Americano, de 1967 a 1970. Luta pela abertura política

Em 1973.

Em 1973, lançou sua anticandidatura simbólica à Presidência da República como forma de repúdio ao regime militar,[2] tendo como vice o jornalista e ex-governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho.

Em 29 de novembro de 1976, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa de São Paulo, fundou a O.P.B. - Ordem dos Parlamentares do Brasil, uma Associação de Classe, sem vínculos partidários, religiosos ou sociais, da qual é Patrono.

À frente do partido, participou de todas as campanhas pelo retorno do país à democracia, inclusive a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Com o fim do bipartidarismo (1979), o MDB converteu-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do qual seria presidente nacional.

Ativismo político

Ulysses segurando uma cópia da Constituição de 1988.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Cartaz da campanha presidencial de 1989 tendo Waldir Pires como vice.

Com nomes como Tancredo Neves, Orestes Quécia, Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Franco Montoro, Ulysses liderou novas campanhas pela redemocratização, como a das eleições diretas, popularmente conhecidas pelo slogan Diretas Já.[carece de fontes] Ulysses Guimarães quase foi o candidato a presidente da República em 1985 pelo PMDB, quando as eleições foram realizadas no colégio eleitoral. As articulações políticas da época acabaram levando à eleição de uma chapa "mista", com Tancredo Neves como candidato a presidente pelo PMDB e o candidato a vice José Sarney, do PFL.

Exerceu a presidência da Câmara dos Deputados em três períodos (1956-1957, 1985-1986 e 1987-1988); presidindo a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987-1988. A nova Constituição, na qual Ulysses teve papel fundamental, enfim foi aprovada em 5 de outubro de 1988, tendo sido por ele chamada de Constituição Cidadã, pelos avanços sociais que incorporou no documento.

No ano de 1986, esteve pela última vez em Itaqueri da Serra, onde nasceu, inaugurando o asfaltamento da rodovia vicinal que leva seu nome, ligando as cidades de Itirapina a São Pedro.

Ulysses em frente ao Congresso Nacional.

Em 1º de fevereiro de 1987, tomou posse como presidente da Assembleia Nacional Constituinte, responsável por estabelecer nova Constituição democrática para o Brasil após 21 anos sob regime militar. Como presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses era o substituto do Presidente Sarney e assumiu várias vezes a presidência, sendo o primeiro paulista a fazê-lo desde que Ranieri Mazzilli assumira a presidência em 1964. A 21 de Novembro de 1987 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal.[3] Devido à sua grande popularidade, candidatou-se à Presidência da República, na sigla do PMDB, nas eleições de 1989.[carece de fontes]

Os acervos do Conselho Nacional de Segurança, da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do próprio Serviço Nacional de Informações (SNI), revelam que o então deputado Ulysses Guimarães foi alvo de investigação, mesmo no período de redemocratização do país, enquanto dirigia a Câmara e a Assembleia Nacional Constituinte e o PMDB. A avaliação registrada em 1987, afirmava que Ulysses poderia causar crise partidária entre os aliados. Um dos fatos descritos em documentos de março de 1987 é o início das negociações para a indicação do líder do partido na Constituinte sendo um dos candidatos Mário Covas, que contava com a simpatia do SNI, mas não de Ulysses.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Em 1989, como candidato a presidente do Brasil recebeu 4,4% de votos. Em 1990, foi reeleito deputado. Ulysses também não disputou a presidência da Câmara e perdeu a presidência do PMDB para Orestes Quéricia. Seu prestígio foi retomado em 1992, durante o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Ulysses foi um dos responsáveis por um dos principais golpes sofridos por Collor. Pedia abertamente que a votação do impeachment no Congresso não fosse secreta.

Em 22 de junho de 1992 apresentou a PI nº 2938 que posteriormente foi sancionada como a lei nº 8.906/1994, criando assim o Estatuto e Código de Ética e Disciplina da OAB, o que gerou o Exame de Ordem como obrigatório para os quadros da advocacia. [carece de fontes]

No dia 17 de abril de 1995, a antiga Fundação Pedroso Horta, instituída pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi rebatizada e passou a se chamar Fundação Ulysses Guimarães, em homenagem ao líder político, que partilhava dos mesmos ideais e valores da Fundação.

Morte

Memorial Ulysses Guimarães em Campinas

Morreu em acidente aéreo de helicóptero, ao largo de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1992, junto à esposa D. Mora, o ex-senador Severo Gomes, a esposa deste e o piloto. Dos 5 mortos neste acidente o corpo de Ulysses Guimarães foi o único que nunca foi encontrado.

Inscrito no Panteão dos Heróis da Pátria

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil



Antônio Carlos Magalhães

* dep. fed. BA 1959-1967 e 1970-1971; gov. BA 1971-1975 e 1979-1983; min. Comunic. 1985-1990; gov. BA 1991-1994; sen. BA 1995-2001 e 2003-2007.

Antônio Carlos Peixoto de Magalhães nasceu em Salvador no dia 4 de setembro de 1927, filho de Francisco Peixoto de Magalhães Neto e de Helena Celestino de Magalhães. Seu pai, médico e professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, foi deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, na legenda do Partido Social Democrático da Bahia, e deputado federal pela Bahia de 1935 até a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937.

Fez os estudos primários no Externato Santo Antônio Maria Zaccaria, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e na Escola Jesus Maria José, em Salvador, e o secundário no Ginásio da Bahia. Ainda no ginásio, ingressou em 1943 no vespertino Estado da Bahia, órgão dos Diários Associados, onde colaboraria até 1960. Durante todo o curso superior



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Faculdade de Medicina da Bahia participou expressivamente das atividades do diretório acadêmico, do qual foi presidente. Formou-se em medicina em 1952 e no ano seguinte tornou-se professor-assistente da cátedra de higiene da mesma faculdade. Foi ainda médico do serviço público do estado da Bahia.

Seguindo a tradição paterna, filiou-se politicamente à corrente de Juraci Magalhães, um dos principais chefes políticos do estado desde a Revolução de 1930. Chegou a ser uma espécie de assistente e secretário particular de Juraci, a ponto de ter marcado sua presença em 1954 na Assembleia Legislativa baiana, como redator de debates, pelos apartes não regimentais aos discursos dos deputados que eventualmente atacassem seu líder, na época senador da União Democrática Nacional (UDN) e presidente do diretório regional do partido na Bahia.

Favorecido por essa vinculação, elegeu-se em outubro de 1954 deputado estadual na legenda udenista. Empossado em fevereiro de 1955, tornou-se líder de sua bancada e presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa. Muito ligado também ao governador Antônio Balbino de Carvalho Filho (1955-1959), do Partido Social Democrático (PSD), foi vice-líder de seu governo na Assembleia até o rompimento político deste com Juraci Magalhães, durante as articulações para a sucessão estadual, quando permaneceu ao lado de Juraci.

Como deputado estadual, preocupou-se em ampliar o número de municípios da Bahia, de modo que seu estado pudesse ter maior participação na partilha do quinhão do imposto de renda reservado pela Constituição de 1946 a essas unidades. Nesse sentido, apresentou vários projetos e apoiou iniciativas semelhantes dos demais deputados. Ao se encerrar a legislatura, em 1959, a Bahia contava com 30 novos municípios.

Na Câmara dos deputados

Em outubro de 1958 elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda da UDN, assumindo sua cadeira em fevereiro do ano seguinte, logo após deixar a Assembleia. No mesmo pleito, Juraci Magalhães foi eleito governador da Bahia. Nesse período, apesar de udenista, apoiou o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), do PSD, de quem seu pai

fora amigo. Opôs-se à liderança do deputado Carlos Lacerda, da UDN do Distrito Federal, que combatia insistentemente na Câmara e na imprensa o governo de Juscelino.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Durante o ano de 1959, por ocasião do processo de escolha do candidato da UDN que concorreria às eleições de outubro de 1960 para a presidência da República, apoiou decisivamente a indicação de Juraci Magalhães contra a de Jânio Quadros, defendida pela corrente liderada por Lacerda. No entanto, na convenção nacional do partido, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 1959, Jânio recebeu 105 votos contra apenas 83 dados a Juraci.

Durante o governo Jânio (janeiro a agosto de 1961), apesar de udenista, colocou-se contra o presidente, movendo-lhe intensa oposição. Quando Jânio decidiu afastar da reitoria da Universidade da Bahia o professor Edgar Santos — que, tendo ocupado o cargo desde 1946, nomeara Antônio Carlos professor-adjunto da Faculdade de Medicina e fora o responsável por seu ingresso na UDN —, dirigiu-lhe curto e incisivo telegrama, cujo texto dizia: “A mesquinha de seu gesto dá a medida exata do seu caráter.” Como os funcionários do Correio se recusassem a transmiti-lo, imediatamente tratou de publicá-lo nos jornais.

Com a renúncia de Jânio (25/8/1961), assumiu a presidência da República o vice-presidente constitucional João Goulart, depois de uma crise político-militar contornada com a instauração do regime parlamentarista no país através da Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961. Antônio Carlos desenvolveu cerrada oposição na Câmara ao novo governo, pronunciando inflamados discursos que publicaria mais tarde no livro intitulado Não era fácil ser revolucionário. Alinhou igualmente nesse livro os motivos de sua oposição e as dificuldades com que se teria defrontado na época.

Reeleito em outubro de 1962, participou das articulações do movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs João Goulart. Nesse momento assumiu o poder uma junta militar, autodenominada Comando Supremo da Revolução, enquanto a presidência formal era exercida pelo deputado Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. Em 15 de abril foi empossado na presidência da República o marechal Humberto Castelo Branco, eleito no dia 11 pelo Congresso Nacional, em conformidade com o Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril, editado pela junta.

Com a dissolução dos partidos políticos pelo AI-2, de 27 de outubro de 1965, e a posterior instauração do bipartidarismo, participou decisivamente da formação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação criada em abril de 1966 e integrada pelas forças políticas ligadas ao movimento de 1964. Participou de articulações com o próprio presidente da República, ao lado, entre outros, do deputado Pedro Aleixo, do senador Paulo Sarasate e de



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Juraci Magalhães, então embaixador do Brasil em Washington, e tornou-se em seguida o primeiro presidente da Arena baiana.

Em outubro de 1966, esteve presente a uma reunião promovida pelo presidente Castelo Branco com o ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, o ministro da Marinha, almirante Augusto Rademaker, o ministro da Guerra, general Ademar de Queirós, e o general Osvaldo Cordeiro de Farias. A reunião foi motivada pela recusa do deputado Aauto Lúcio Cardoso, presidente da Câmara, em reconhecer a cassação do mandato de seis deputados e resultou na decretação do recesso do Congresso Nacional no dia 20, através do Ato Complementar nº 27.

Foi mais uma vez reeleito deputado federal pela Bahia em novembro de 1966, agora na legenda da Arena. Licenciouse, porém, em fevereiro de 1967 para ocupar o cargo de prefeito de Salvador, para o qual fora convidado pelo governador Luís Viana Filho (1967-1971). Em sua gestão dedicou-se a reformas administrativas e urbanas, capacitando-se como candidato potencial à sucessão estadual.

No governo da Bahia

Em abril de 1970 reassumiu o mandato de deputado federal, desincompatibilizando-se da prefeitura a fim de disputar o governo do estado. Indicado pelo presidente da República Emílio Médici (1969-1974), foi eleito pela Assembleia Legislativa em outubro do mesmo ano e tomou posse em março de 1971. Nesse período rompeu politicamente com Juraci Magalhães.

Durante sua gestão dedicou-se a obras públicas, como a construção da rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista, do Centro Administrativo, da Estação Rodoviária de Salvador e do Centro Industrial de Aratu, além de ter prestado assistência financeira aos municípios. Obteve do Congresso Nacional autorização para contrair junto ao Banco Mundial um empréstimo de 20 milhões de dólares, destinado ao incremento de obras públicas.

Em 1974, quando das articulações para a escolha de seu sucessor, teria preparado uma lista tríplice com os nomes de



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Luís Sande, seu secretário de Fazenda, Clériston Andrade, prefeito de Salvador, e Roberto Santos, presidente da Caixa Econômica Federal da Bahia e filho do professor Edgar Santos, nessa ordem de preferência. Seus adversários na ocasião — Juraci Magalhães, Luís Viana Filho, Antônio Lomanto Júnior, Rui Santos e Wilson Lins — decidiram cerrar fileiras em torno de Roberto Santos. Antônio Carlos concentrou suas forças no apoio a Clériston Andrade, mas foi derrotado, pois a Assembleia Legislativa elegeu Roberto Santos. Em março de 1975 transmitiu o governo do estado ao novo governador, que se tornou seu principal adversário político na Bahia.

De março a novembro de 1975 permaneceu numa espécie de ostracismo político, até ser nomeado pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979), nesse último mês, em substituição a Mário Bhering, presidente das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), holding constituída em 1962 com a incumbência de executar a política do governo no setor de produção e distribuição de energia elétrica. Em meados de 1977, quando foi cogitada a encampação da empresa canadense Light, fornecedora de energia elétrica à região Sudeste do país, manifestou-se contrário, tendo criado na Eletrobrás um grupo permanente de estudos incumbido de acompanhar a atuação daquela empresa para que, segundo ele, “quando o governo quiser tomar uma decisão, possamos oferecer opções e subsídios”. Apesar de sua oposição, a Light seria comprada pelo governo no final de 1978.

Em maio de 1978 pediu exoneração do cargo para postular novamente, na convenção da Arena, a candidatura ao governo da Bahia. Foi substituído pelo engenheiro Arnaldo Rodrigues Barbalho. Em setembro, depois de reconciliar-se politicamente com as correntes de Luís Viana Filho e Antônio Lomanto Júnior, foi eleito governador pelo colégio eleitoral do estado, tendo como vice-governador Luís Viana Neto, filho de Luís Viana Filho. Nesse pleito, apoiou Lomanto Júnior, que se elegeu para o Senado. Ainda em janeiro de 1979 começou a circular o diário Correio da Bahia, de sua propriedade juntamente com o ex-governador Antônio Balbino e o embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima. Em março tomou posse no governo.

Em fevereiro de 1980, já no governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985), após a extinção do bipartidarismo (29/11/1979), filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), que congregou as forças políticas situacionistas.

Durante seu segundo governo, deu prosseguimento ao programa de obras em múltiplos setores da administração. Verificaram-se em Salvador, no ano de 1981, duas crises de repercussão nacional: a greve da Polícia Militar e o quebraquebra de ônibus provocado pelo aumento das tarifas dos coletivos pela prefeitura, ambas debeladas com rigor pela ação do governador.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Em outubro de 1981 anunciou ter escolhido Clériston Andrade, presidente do Banco do Estado da Bahia (Baneb), como candidato do PDS à sua sucessão na eleição de novembro de 1982. A indicação de Clériston Andrade gerou uma crise no interior do PDS baiano, devido à pretensão do senador Lomanto Júnior de ser o candidato do partido. Acusando Antônio Carlos de controlar as bases partidárias, em junho de 1982 Lomanto rompeu politicamente com o governador e ameaçou abandonar o PDS. Em outubro, Clériston Andrade faleceu em acidente aéreo e Antônio Carlos escolheu pessoalmente seu substituto, o deputado João Durval Carneiro, que foi eleito em novembro, derrotando Roberto Santos, candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em março de 1983, Antônio Carlos transmitiu o governo ao sucessor.

Após deixar o governo estadual, criou, no Banco de Desenvolvimento da Bahia, a Fundação Baiana de Estudos Econômicos e Sociais, com o objetivo de promover seminários de discussão de temas nacionais e internacionais. Sem mandato parlamentar ou executivo, a presidência da Fundação lhe permitia manter-se atuante na política.

Na sucessão de Figueiredo

Aberto o debate sobre a sucessão do presidente João Figueiredo – a ser decidida, de acordo com a Constituição de 1967, por votação indireta no Colégio Eleitoral – postularam a candidatura pelo PDS Aureliano Chaves, vice-presidente da República e ex-governador de Minas Gerais; Paulo Maluf, deputado federal e ex-governador de São Paulo; Mário Andreazza, ministro do Interior; Marco Maciel, senador e ex-governador de Pernambuco; José Costa Cavalcanti, ex-ministro das Minas e Energia e do Interior e presidente da Itaipu Binacional, e Hélio Beltrão, ministro da Previdência Social e da Desburocratização. Escudado na vitória de seu candidato ao governo baiano, Antônio Carlos foi incluído entre os presidenciáveis. Embora afirmasse que aguardava autorização do presidente da República para se lançar em campanha, passou a fazer contatos com figuras estratégicas do centro de poder em Brasília, como os ministros Antônio Delfim Neto, do Planejamento, e Mário Andreazza, e o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Otávio Medeiros.

A oposição, por seu lado, pretendia aproveitar a sucessão para transformar a abertura política em um efetivo processo de transição democrática. Assim, em fevereiro de 1983, no início da sessão legislativa, o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou projeto de emenda constitucional propondo o restabelecimento da eleição direta para a presidência da República em novembro do ano seguinte. Em abril de 1983, o diretório nacional do PMDB resolveu promover uma campanha nacional por eleições diretas. Em outra linha, dois meses depois, o ministro das Minas e Energia, César Cals, propôs a reeleição de Figueiredo. Antônio Carlos, preocupado com o crescimento da candidatura de Paulo Maluf, a quem fazia restrições pessoais, endossou a proposta, defendendo-a junto ao presidente. Descartada, contudo, a hipótese da reeleição, e decidindo-se o governo a apoiar Mário Andreazza, Antônio Carlos



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

passou a ser citado como candidato a vice-presidente e tornou-se um dos principais coordenadores políticos da campanha do ministro no Nordeste e em áreas mais centrais. Foi creditada à sua atividade a adesão do ex-presidente Ernesto Geisel.

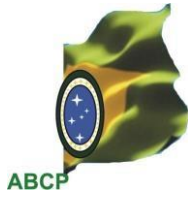
A convenção nacional do PDS, realizada em julho de 1983, foi marcada pela polarização dos delegados em torno das pretensões de Maluf e Andreazza. Uma chapa dissidente — “Participação” — conseguiu eleger cerca de 35% dos delegados que deveriam escolher em setembro o candidato à sucessão presidencial. Irritado com o resultado, o presidente Figueiredo proibiu que os dissidentes integrassem a comissão executiva do PDS.

Simultaneamente, a campanha oposicionista começou a ampliar-se. Em 16 de outubro, governadores do PMDB divulgaram uma declaração conjunta em que pediam ao Congresso Nacional eleições diretas. Um mês depois realizou-se em São Paulo, patrocinada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a primeira manifestação popular em torno dessa reivindicação, que reuniu cerca de dez mil pessoas.

Convencido de que Paulo Maluf seria derrotado na convenção do PDS, Antônio Carlos se opôs ao restabelecimento das eleições diretas. No seu modo de ver, as dificuldades econômico-financeiras então vividas pelo país impediriam a execução de obras, “sem as quais nenhum governo é capaz de vencer eleições diretas”; além disso, levariam os partidos oposicionistas a desenvolver campanhas demagógicas que complicariam a situação política.

Em janeiro de 1984 as alternativas políticas se definiram. No dia 10, a comissão executiva do PDS repeliu oficialmente a proposta de restabelecimento das eleições diretas, reafirmando a “legitimidade do Colégio Eleitoral”. Dois dias depois, o PMDB deu novo impulso à sua campanha pelas diretas, organizando em Curitiba um comício a que compareceram cerca de 30 mil pessoas e que foi seguido por outros em Camboriú (SC), Salvador e Olinda (PE). Os principais candidatos do PDS oficializaram suas candidaturas: no dia 18, o deputado Paulo Maluf; no dia 24, o ministro Andreazza. No dia seguinte, realizou-se na praça da Sé, em São Paulo, com a presença de cerca de trezentas mil pessoas, o primeiro grande comício popular em defesa da aprovação da emenda do deputado Dante de Oliveira. Durante os dois meses seguintes, manifestações pelas diretas reuniram centenas de milhares de pessoas no Rio de Janeiro, Belém, Recife, Belo Horizonte e Aracaju. No dia 31 de março, o governo respondeu oficialmente à pressão popular através de cadeia de rádio e TV, reafirmando que o novo presidente seria escolhido por via indireta e prometendo para o futuro eleição direta em dois turnos.

Em abril a campanha oposicionista recrudesciu, promovendo manifestações em Londrina (PR), Recife, Natal, Petrolina (PE), Goiânia, Porto Alegre, Pelotas (RS), Nova Friburgo (RJ), São Luís e Vitória. Foram particularmente



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

expressivos os comícios realizados no dia 10, em torno da igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, que reuniu um milhão de pessoas e foi considerado a maior manifestação pública do país até aquela data, e no dia 16, no vale do Anhangabaú, em São Paulo, ao qual compareceram mais de 1,5 milhão de pessoas.

Até então, Antônio Carlos vinha atuando intensamente na campanha de Andreazza, certo de que o vitorioso na convenção do PDS também o seria no Colégio Eleitoral, “uma regra poucas vezes contrariada”. Entretanto, a candidatura de Maluf cresceu, e Andreazza deixou de receber apoio do governo. Em 17 de abril, o Executivo enviou ao Congresso projeto de emenda constitucional alternativa à de Dante de Oliveira, propondo, entre outros pontos, a eleição direta para presidente em 1988 e a redução para quatro anos do mandato do vencedor no Colégio Eleitoral. Em favor das Diretas Já, no dia 22 líderes do PMDB assinaram a “Carta de Ouro Preto”, e no dia 24 foram organizados painéis nas principais cidades do país. No dia 25 de abril, contudo, a emenda Dante de Oliveira não conseguiu alcançar o número de votos necessários para ser aprovada. A campanha nem por isso esmoreceu, e novos comícios foram realizados durante o mês de junho em Brasília, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

A disputa interna no PDS resultou em uma crise no mês de junho. No dia 11, o senador José Sarney renunciou à presidência do partido, depois que a comissão executiva rejeitou sua proposta de realização de uma prévia para a escolha do candidato. A oposição, ao contrário, se fortaleceu pela incorporação de novos contingentes. Em 19 de junho foi divulgada a “Declaração dos governadores” oposicionistas, que anunciou Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, do PMDB, como candidato à eleição presidencial e apresentou seu programa de reformas constitucionais, econômicas e financeiras. No dia 28, o governo retirou do Congresso a emenda referente a eleições diretas de sua autoria.

A crise do PDS agravou-se em julho. No dia 3, Marco Maciel e Aureliano Chaves desistiram de candidatar-se e declararam-se dissidentes do partido, formando a Frente Liberal que, no dia 5, rompeu com o PDS e em seguida anunciou seu apoio a Tancredo Neves. Alguns dias depois, o senador José Sarney foi indicado candidato a vice-presidente na chapa oposicionista. O PMDB e a Frente Liberal concluíram no dia 23 o acordo em torno da candidatura de Tancredo Neves, que constava de nove pontos, entre eles a eleição direta do seu sucessor, o mandato presidencial de quatro anos e o direito da Frente Liberal de escolher o candidato a vice-presidente. Nos dias seguintes, Aureliano Chaves, José Sarney – que logo se filiaria ao PMDB – e dois governadores se desligaram do diretório nacional do PDS. A coalizão entre o PMDB e a Frente Liberal, batizada de Aliança Democrática, foi formalizada em 7 de agosto em Brasília. Na ocasião, foi apresentado o documento ‘Compromisso com a nação’, que pregava a reforma das instituições como forma de alcançar a plenitude democrática, a modificação profunda da economia, a reprogramação global da dívida externa, a revisão da política salarial e um novo pacto social a ser estabelecido em uma nova Constituição.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

A convenção do PDS, realizada em 11 de agosto, escolheu como candidato, por 493 votos contra 350 dados ao ministro Mário Andreazza, o deputado Paulo Maluf. No dia 16, Antônio Carlos enviou ao presidente João Figueiredo carta em que o informava de seu apoio ao candidato da Aliança Democrática. Em seguida, fez contato pessoal com Tancredo Neves e lhe garantiu os 15 votos, do total de 25 deputados do PDS baiano, que controlava no Colégio Eleitoral. Em função disso, no dia 3 de setembro foi acusado pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos, de estar traindo a Revolução de 1964. No dia seguinte respondeu ao ministro, em contundente nota pública, que traidor era quem apoiava um corrupto como Paulo Maluf. A violência de suas críticas ao candidato pedessista custou-lhe um processo por injúria — encerrado alguns meses depois, por iniciativa do próprio queixoso, após Antônio Carlos ter apresentado no Fórum de Salvador volumosa documentação como prova das acusações de corrupção — e valeu-lhe o apelido de “Toninho Malvadeza”, cunhado por seus adversários. Em contrapartida, seus correligionários da Aliança Democrática passaram a chamá-lo de “Toninho Ternura”.

Em setembro o PT e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) promoveram em Belo Horizonte um comício pelas eleições diretas, ao mesmo tempo que a candidatura de Tancredo Neves era lançada em Goiânia. No mês seguinte, mais seis governadores eleitos pelo PDS aderiram à candidatura da Aliança Democrática. Daí até dezembro, sucessivos comícios foram realizados em várias cidades do país em apoio a Tancredo e às diretas.

Em dezembro, contudo, a mesa do Senado reafirmou o caráter indireto das eleições, estabelecendo que a votação no Colégio Eleitoral seria aberta e cada eleitor anunciaria seu voto de pé e em voz alta. No dia 15 de janeiro de 1985, uma semana depois de o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) ter entregado ao candidato da Aliança Democrática o plano de governo do partido, chamado “Nova República”, Tancredo Neves foi eleito presidente com 480 votos, contra 180 concedidos a Paulo Maluf. Nove dias depois, a dissidência pedessista criou o Partido da Frente Liberal (PFL), que, junto com o PMDB, manteve a Aliança Democrática em apoio ao governo eleito. Tancredo Neves não chegou, porém, a assumir a presidência, por ter sido acometido de grave enfermidade que acabaria por levá-lo à morte em 21 de abril. Dessa forma o vice-presidente José Sarney, que já vinha exercendo o governo desde 15 de março, foi efetivado.

Ministério das Comunicações e ida para o PFL



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Antônio Carlos Magalhães fora escolhido por Tancredo Neves para suceder a Haroldo Correia de Matos no Ministério das Comunicações. Empossado em 15 de março de 1985, anunciou que sua gestão daria prioridade à fixação de tarifas em níveis que, sem prejudicar a qualidade dos serviços, fossem acessíveis ao povo, bem como ao desenvolvimento das telecomunicações e da informática no país.

No novo ministério manteve praticamente inalterada a equipe que trabalhara com seu antecessor. No dia 19, assinou seu primeiro ato, uma portaria determinando que as concessões de canais de rádio e televisão feitas a partir de outubro do ano anterior fossem revistas por uma comissão a ser criada para examinar caso por caso no prazo de dois meses. Convocado pela Câmara dos Deputados em agosto seguinte para prestar depoimento sobre o assunto, defendeu a medida. Entretanto, o consultor-geral da República, Darci Bessone, emitiu parecer considerando que o procedimento não tinha amparo legal.

Embora permanecendo no PDS, Antônio Carlos buscava novos rumos partidários. Em maio de 1985, começou a discutir com Aureliano Chaves, ministro das Minas e Energia, o perfil de um novo partido político, de caráter conservador, para integrar à Aliança Democrática os antimalufistas do PDS que, por razões pessoais ou regionais, resistiam a filiar-se ao PFL. O projeto evoluiu no sentido de uma agremiação que se situasse no centro do espectro político e reunisse os descontentes do PDS ao PFL e aos moderados do PMDB em torno do presidente José Sarney. Antônio Carlos também contribuiria para dar estabilidade ao governo com a liderança que vinha conquistando em setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual se filiaram deputados egressos da seção baiana do PDS a ele ligados.

A despeito de sua preocupação com a estabilidade governamental, Antônio Carlos acabou por provocar uma crise política ao creditar à presença de representantes de correntes de esquerda no governo o surto de greves e paralisações em setores essenciais dos serviços públicos federais que eclodiu em julho e a lentidão do processo de reforma agrária. Em entrevista ao Jornal do Brasil, afirmou que, para seu gosto, havia esquerdistas demais no governo. A declaração teve ampla repercussão, provocando mal-estar na Aliança Democrática, que era apoiada informalmente por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e veementes reações de entidades sindicais, que o acusaram de direitista e provocador. Isso não o impediu de, alguns dias depois, defender a legalização dos partidos comunistas durante debate com estagiários na Escola Superior de Guerra (ESG), cujo comandante, general Euclides Figueiredo, pouco tempo antes manifestara opinião contrária.

Ao mesmo tempo que articulava um novo partido, Antônio Carlos procurava manter abertas, para si e para seu grupo, as portas do PFL. A situação pareceu se definir quando, em 11 de dezembro, seu ingresso no PFL foi anunciado pelo presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC). Por seu lado, Antônio Carlos anunciou que pretendia deixar o



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

PDS e ingressar no PFL no dia 6 de janeiro de 1986, data em que estariam compostas as chapas para a Constituinte de todos os diretórios regionais pefelistas e, portanto, concluídas as articulações políticas. A negociação esbarrou, porém, em resistências baianas: seis dos 11 membros da comissão provisória regional se opuseram à sua entrada no PFL, frisando que se tratava de um “veto irremovível”. Mas o ingresso já estava acertado com Bornhausen, que não poderia abrir mão de um grupo integrado pelo governador da Bahia, um ministro, um senador, nove deputados federais, 14 deputados estaduais, mais de trezentos prefeitos, milhares de ex-prefeitos, além de outras lideranças, constituindo, portanto, força amplamente majoritária no estado. Assim, em 29 de dezembro, Antônio Carlos recebeu telefonema de Bornhausen solicitando que ele e seu grupo oficializassem o quanto antes a entrada no PFL. Alguns dias depois a executiva baiana reviu sua posição e manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento das negociações. Uma última resistência foi apresentada pelo deputado José Lourenço, líder do partido na Câmara. O ministro Aureliano Chaves intermediou um acordo que garantiu a Lourenço apoio à sua reeleição, e no dia 7 de janeiro de 1986, finalmente, a corrente “carlista” ingressou formalmente no PFL.

Em sua primeira viagem à Bahia depois de ingressar no PFL, ainda em janeiro, Antônio Carlos Magalhães, então já conhecido no mundo político por ACM, cuidou de reorganizar a seção baiana do partido visando às eleições estaduais. A questão mais urgente era a substituição dos dois secretários que haviam sido indicados pelo senador Jutai Magalhães, agora integrado à chapa majoritária do PMDB, liderada por Waldir Pires, ministro da Previdência Social. Nos demais estados onde exercia liderança junto a remanescentes do PDS, ACM passou a atuar no sentido de convencê-los a migrar para o PFL.

A campanha por eleições diretas para presidente da República em 1986, que o PT e o PDT deflagraram, encontrou em ACM um opositor intransigente. A redução do mandato do presidente Sarney, a seu ver, constituiria um golpe e uma afronta à lei: “Diretas em 86 é subversão.” O mandato de seis anos era o mais adequado ao momento de transição que o país vivia, e só a Assembleia Nacional Constituinte poderia prorrogá-lo ou reduzi-lo. Nesse ponto ACM divergia, no interior da Aliança Democrática, de setores do PMDB que defendiam um mandato menor.

Suas diferenças com o partido aliado se agravariam em consequência da intensificação da violência rural na Bahia, que levou o ministro da Justiça, Paulo Brossard (PMDB-RS), a aventar a hipótese de intervir no estado. Reagindo com extrema violência, ACM chegou a acusar de leviano o colega de governo. Outro motivo de conflito com o PMDB foram divergências com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em relação à política nacional de informática, definida em julho de 1986. Por decreto presidencial, o Conselho Nacional de Informática e Automação (Conin), do qual o ministro das Comunicações era membro nato, passou a subordinar-se ao MCT. ACM entendeu que a medida transformava o titular da pasta, Renato Archer (PMDB-MA), em superministro.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Sua crítica a Archer refletia uma oposição praticamente consensual entre os membros do Conin à orientação do MCT, mas ACM reivindicava também maior participação do Ministério das Comunicações na elaboração da política de reserva de mercado na informática. Nesse sentido, opunha-se à atuação da Secretaria Especial de Informática (SEI), criada em 1979 como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional para assessorar o presidente da República na formulação da política nacional do setor e coordenar sua execução, tendo como objetivo principal o desenvolvimento científico e tecnológico. A SEI tinha, entre outras, as atribuições de controlar as importações e orientar as compras do Estado de acordo com a política de reserva de mercado de informática para os empreendimentos nacionais. ACM entendia, porém, que a definição dos itens que deveriam ser incluídos na reserva de mercado cabia aos setores competentes de cada ministério e não à SEI, “um órgão prepotente cujas portas deveriam ser fechadas”. Já em abril, acusara a SEI de retardar o desenvolvimento das telecomunicações no país, liberando com excessiva lentidão a importação de equipamentos imprescindíveis à ampliação da rede telefônica nacional. A crítica fora feita em Campinas (SP), durante a inauguração do laboratório de sistemas digitais da Elebra Telecom, empresa brasileira que projetou o primeiro chip nacional para a indústria de telefones, pela metade do preço do similar importado. A defesa que fizera, em setembro do ano anterior, da política brasileira de reserva de mercado na área de informática, em resposta a críticas do presidente norte-americano Ronald Reagan, não refletira uma concordância com a orientação da SEI. Era de fato a defesa da soberania nacional, considerando inoportuna a intromissão de qualquer chefe de Estado estrangeiro em decisões soberanas do governo brasileiro.

A política de reserva de mercado ocasionaria, em 25 de setembro de 1986, mais um round da luta com Archer. O motivo foi a publicação, pelo MCT, de duas resoluções do Conin referentes à comercialização e distribuição de software. Elas ainda não teriam sido aprovadas definitivamente e contrariariam decisão, tomada em consonância com a orientação do presidente Sarney, de tratar o assunto sob o regime jurídico do direito autoral. Essa questão era um dos aspectos da política de reserva de mercado que sofria pressão do governo dos Estados Unidos. Alegando prejuízos de cerca de quinhentos milhões de dólares com o desrespeito ao copyright e querendo forçar o governo a mudar a lei, Reagan ameaçara rever as concessões tarifárias para as exportações brasileiras. ACM fora o único ministro a pronunciar-se sobre o assunto antes que o governo respondesse oficialmente, afirmando que qualquer sanção movida contra o Brasil seria um grave erro político e diplomático. Internamente, contudo, apontava a necessidade de regulamentação da Lei de Informática. Para ele, a lei não era má, e sim mal interpretada pela SEI, o que causava problemas comerciais e diplomáticos com outros países, principalmente os Estados Unidos.

Antônio Carlos quase interrompeu suas atividades no Ministério das Comunicações em setembro de 1986 para dedicar-se à campanha de seu candidato ao governo da Bahia, Josafá Marinho, cujo adversário, Waldir Pires, do PMDB, era apontado pelas pesquisas como futuro vencedor. As adesões de antigos aliados à candidatura peemedebista — nove deputados estaduais, seis federais e dois senadores que nas eleições anteriores haviam apoiado seus candidatos contra a chapa de que fazia parte o próprio Waldir Pires, então postulante ao Senado — cessaram com suas idas à Bahia nos fins de semana. Com o quadro eleitoral equilibrado, entrou na reta final da



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

campanha anunciando que seu candidato venceria por diferença de seiscentos mil votos. Para concretizar a previsão, faltando dois meses para a eleição, passou a dedicar cinco dias por semana ao trabalho junto aos quase trezentos prefeitos, mais de dois mil vereadores e 32 deputados estaduais que controlava.

Realizada a eleição em novembro, seu candidato foi derrotado por uma diferença de cerca de 1,5 milhão de votos. Mas seu filho, Luís Eduardo Magalhães, foi o deputado estadual mais votado. Ainda nesse mês, perdeu sua filha mais nova, Ana Lúcia Maron de Magalhães.

No início de 1987, segundo a Tribuna da Bahia, Antônio Carlos teria conseguido para o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, a compra do controle acionário da NEC, empresa fornecedora de serviços e equipamentos de telecomunicações então pertencente a Mário Garnero. O ministro teria pressionado o empresário, em dificuldades financeiras, a fazer o negócio em condições desfavoráveis, terminando por suspender todos os pagamentos atrasados e novas encomendas à NEC. A operação foi concluída em dezembro de 1986, com Roberto Marinho assumindo por um milhão de dólares a empresa, que logo recebeu das Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), empresa do Ministério das Comunicações executora da política oficial para o setor, 30 milhões de dólares correspondentes a créditos atrasados. Um mês depois, a programação da Rede Globo de Televisão na Bahia, tradicionalmente transmitida pela TV Aratu, passou para a TV Bahia, da família de ACM.

Ainda em janeiro de 1987 vários deputados, inclusive quase toda a bancada federal do PMDB baiano, denunciaram ACM ao presidente José Sarney. A denúncia se estendeu à política de concessões de estações de rádio FM praticada pelo Ministério das Comunicações, em relação à qual ele próprio admitia que pudessem ter sido distribuídos alguns “benefícios”. A pressão de seus adversários sobre o presidente para tirá-lo do ministério não cessou.

Também em janeiro de 1987, ACM viajou a Havana para, juntamente com o presidente José Sarney, inaugurar o sistema de Discagem Direta Internacional (DDI) entre o Brasil e Cuba. A medida tinha, além de objetivos comerciais e turísticos, expressivo significado simbólico, constituindo importante passo na política de integração latino-americana perseguida pela Nova República.

Relações com a Constituinte



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em fevereiro de 1987, Antônio Carlos Magalhães combateu algumas diretrizes propostas por grupos de tendência nacionalista, estatizante e socialista. Em palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), sustentou que o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), fora elaborado por uma “minoría extremada” e não correspondia aos anseios da nação, alertando o auditório para os graves problemas que o país enfrentaria se o anteprojeto de Constituição fosse aprovado.

Convidado em junho para falar sobre a política do seu setor na Comissão da Família, Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação, propiciou uma das mais longas sessões registradas nos anais da Constituinte, com quase cinco horas de debate. Enquanto se defendia de acusações de concessão de canais de rádio e TV em troca de apoio ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney e da manutenção do presidencialismo, atacou duas propostas oriundas do grupo de constituintes mais à esquerda: a inclusão da política de reserva de mercado no futuro texto constitucional e a criação de um conselho nacional de comunicações, que arbitraria as novas concessões. Quanto à reserva de mercado, argumentou que se devia encará-la apenas como um expediente transitório, porque limitava a livre concorrência, acompanhando declarações feitas pelo presidente José Sarney. Em relação à segunda proposta, defendeu o aumento do número de concessões por causa das grandes dimensões territoriais do país. Em entrevista à revista Veja (3/6/1998), admitiria que durante o governo Sarney as concessões eram feitas de acordo com os interesses políticos do governo.

ACM criticou o projeto constitucional também quanto à reforma agrária, que no seu modo de ver facilitaria a invasão de terras produtivas. Entendia que a reforma agrária, que deveria ser feita em terras improdutivas e de maneira gradual, não era matéria constitucional e sim de legislação ordinária. Tais opiniões lhe trouxeram a simpatia da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que congregava proprietários de terras e o homenageou com uma placa gravada com os dizeres: “Quem serve à agricultura, serve à humanidade.”

Opôs-se à implantação do parlamentarismo, aprovada na Comissão de Sistematização da Constituinte, por três motivos: o povo brasileiro não era favorável, como já demonstrara pelo voto em 1963, durante o governo de João Goulart; o país não dispunha de máquina administrativa estável e partidos fortes; e, por fim, a proposta era apenas mais uma tentativa de criar artifícios para impedir que Leonel Brizola (PDT) chegasse ao poder. A Constituição devia cuidar de questões permanentes, assegurando a todos o direito de disputar eleições.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

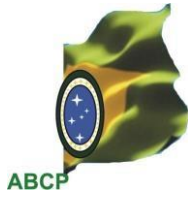
no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Considerava, também, o mandato presidencial de seis anos um direito do presidente Sarney. Em defesa disso, atuou intensamente nos bastidores da Constituinte. Em 8 de outubro, respondendo à iniciativa de Sarney de formar um governo de união nacional, convocou as bases do PFL a rebelarem-se contra a orientação do presidente do partido, Marco Maciel, que tendia a afastar-se do governo, e dar-lhe sustentação. No dia 29, o PFL anunciou que apoiaria o governo. Antônio Carlos Magalhães considerou a nova base governista suficiente para viabilizar a transição em que o país vivia e criticou o PMDB por estar atrapalhando a estabilidade governamental com exigências de cargos e posições.

A decisão da Comissão de Sistematização – que aprovou em 15 de novembro de 1987, por 48 votos a 45, proposta de fixação do mandato de Sarney em quatro anos, o que implicaria eleições presidenciais já em 1988 – levou-o a exortar o presidente, que em maio anunciara que se dispunha a abrir mão de um ano de seu mandato, a vingar-se dos parlamentares e governadores que haviam articulado a derrota do governo. Propôs uma resposta radical, com uma reforma ministerial sem consulta ao PMDB e ao PFL, e uma campanha por eleições em todos os níveis em 1988, o que reduziria o mandato da maioria dos constituintes.

A Aliança Democrática teve seu fim anunciado em 24 de novembro pelo senador Marco Maciel e pelo ministro Aureliano Chaves. No mesmo dia, o ministro da Educação, Jorge Bornhausen (PFL-SC), pediu demissão. Antônio Carlos Magalhães passou então a atacar com maior violência o PMDB. Quando Luís Carlos Bresser-Pereira deixou o Ministério da Fazenda, acusou-o de incompetente e de não ter feito nada de positivo nos sete meses em que estivera no governo. A demissão de Bresser representava para ele o fim da prisão do presidente à “camisa-de-força do PMDB ou de qualquer partido”, inclusive o PFL, que também costumava pressioná-lo para obter cargos e posições. Na área econômica, a meta deveria ser um corte profundo no déficit público e uma política de maior austeridade econômico-financeira, a ser executada por um homem de confiança no Ministério da Fazenda, “coisa que não existia até agora”. Em relação aos assuntos do Ministério das Comunicações, acusou Bresser-Pereira de não ter sabido negociar com os Estados Unidos os problemas da informática, por não ter executado a política nacional no setor com flexibilidade. A negociação com os Estados Unidos deveria ser conduzida no sentido de permitir que o Brasil incorporasse tecnologia.

Para combater a primeira versão da futura Constituição, apresentada pela Comissão de Sistematização no dia 18 de novembro, ACM uniu-se a um número expressivo de parlamentares que, no mês seguinte, formaram o chamado Centrão, grupo suprapartidário de orientação conservadora. Dois meses depois, em discurso para a diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e cerca de duzentos empresários, disse que a Constituinte trabalhara durante um ano de forma errada e estava tentando consertar seus erros em um mês, graças à condução



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

equivocada do presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, que, mais preocupado com seus interesses que com os do país, estaria acelerando a promulgação da Constituição. Nos termos em que vinha sendo aprovada, a nova Carta seria impraticável, principalmente em virtude da grande quantidade de direitos sociais introduzidos no texto, entre os quais a licença-maternidade de 120 dias e o salário-férias correspondente ao abono de 1/3 do salário normal. ACM entendia que o grande número de medidas dessa natureza seria inviabilizado na prática porque os empresários não teriam recursos para aplicá-las.

Na primeira semana de janeiro de 1988, Antônio Carlos Magalhães desqualificou parlamentares “históricos” do PMDB que anunciaram em Brasília que romperiam com o governo em defesa da tese do mandato de quatro anos: eram “históricos recentes”, oriundos de partidos que o próprio PMDB considerava autoritários. Duas semanas depois, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), anunciou que a bancada do partido poderia obstruir ou mesmo vetar operações de financiamento ou rolagem da dívida de estados cujos governadores estivessem recebendo ajuda federal e pressionando constituintes a votar pelo mandato de cinco anos. ACM manifestou sua estranheza diante dessa atitude de um senador que se dizia tão inteligente, embora “produzindo tão pouco”, atribuindo-a a uma contradição do PMDB, que entendia poder pressionar governadores e constituintes e negar ao governo federal esse direito.

No dia 22 de março de 1988 a manutenção do presidencialismo foi aprovada no plenário da Constituinte por esmagadora maioria. Aproveitando o momento propício criado com a derrota da direção do PMDB, favorável ao parlamentarismo, Antônio Carlos atuou para conseguir no mesmo dia a votação da emenda que fixava o mandato presidencial em cinco anos, também aprovada. Escudado nesses resultados, voltou a defender uma reforma ministerial que organizasse o governo apenas com seus aliados nas questões do regime de governo e do mandato presidencial. A vitória da tese presidencialista o deixou tão fortalecido que, paradoxalmente, passou a ser visto como o novo “primeiro-ministro” do país em substituição ao deputado Ulysses Guimarães, que teria exercido esse papel desde o início da Nova República, em 1985.

Enquanto participava de batalhas em torno da Constituição, precisou combater em outra frente: a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Concessões de Rádio e Televisão instalada no Senado em fins de 1987 por proposta do senador Luís Viana Filho (PMDB-BA). Convocado a prestar esclarecimentos sobre a ação de seu ministério, acusou vários parlamentares de hipocrisia por pleitear canais de rádio e televisão enquanto criticavam os critérios usados do governo para concedê-los.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Instalada em março de 1988, inicialmente para apurar casos de corrupção contra o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, a chamada CPI da Corrupção logo atingiu vários setores do governo, inclusive o presidente da República. Antônio Carlos Magalhães a considerava inconstitucional e prejudicial à vida do país e tornou-se crítico implacável de seus trabalhos.

Em 19 de abril, entregou ao presidente Sarney um dossiê com informações sobre atos ilícitos supostamente cometidos por membros da CPI da Corrupção. Entre os citados, estavam o primeiro-secretário da mesa diretora do Senado, senador Jutai Magalhães (PMDB-BA), acusado de operações ilegais que teriam resultado em graves prejuízos para o Banco do Estado da Bahia (Baneb), e o relator da comissão, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), acusado de uso irregular de recursos públicos. Em contrapartida, no dia 28 de abril o jornal Folha de S. Paulo publicou extensa reportagem intitulada "O dossiê de Antônio Carlos Magalhães", transcrita da Tribuna da Bahia como informe publicitário. A reportagem arrolava numerosas acusações de corrupção levantadas contra ele e tinha como ponto de partida a evolução de seu patrimônio pessoal entre o primeiro mandato na prefeitura de Salvador e o período na presidência da Eletrobrás. Segundo a reportagem, sua declaração patrimonial em 1967 registrava apenas a propriedade parcial de dois apartamentos em Salvador e dois automóveis de baixo valor. Daí em diante, observava o jornal, vivendo oficialmente dos rendimentos de seus cargos públicos e não tendo recebido herança ou prêmios lotéricos, teria construído uma das maiores fortunas do estado, que incluía a propriedade de jornais, emissoras de televisão, construtoras, empreendimentos imobiliários e imóveis em Salvador, Rio de Janeiro e Brasília, além da participação acionária em empresas privadas e estatais. A explicação para o enriquecimento estaria na corrupção e tráfico de influência que teria tido um momento decisivo durante seu primeiro governo na Bahia quando, graças a suas relações com o general Golbery do Couto e Silva, um dos mais influentes chefes do regime militar e presidente da Dow Chemical, se teria beneficiado com a instalação de um porto da empresa no estado.

Muito destaque foi dado também para o "Caso dos 10 milhões de dólares", relativo ao desaparecimento de parte de um empréstimo contraído junto ao Banco Mundial quando de sua primeira passagem pelo governo baiano para a realização de obras rodoviárias. O dinheiro foi liberado, mas quando Roberto Santos, seu sucessor, iniciou o governo, não encontrou nem as obras nem metade do empréstimo. A construção do Centro Administrativo da Bahia e do Centro Industrial Aratu e a presidência da Eletrobrás foram outros momentos de sua vida pública que ensejaram graves denúncias de corrupção e irregularidades administrativas.

Em 19 de maio ACM anunciou que estava de posse do dossiê sobre os membros da CPI da Corrupção, anteriormente dado como entregue a Sarney, desafiando-os a convocá-lo para depor. No fim do mês, recebeu da CPI o prazo de 48 horas para apresentar ao Ministério Público o dossiê, sob risco de sofrer sanções penais. Foi acusado de prevaricação em junho depois que, no dia 2, foi finalmente fixado em cinco anos o mandato do presidente José Sarney. No dia 14, o jurista Raimundo Faoro, advogado dos senadores da CPI da Corrupção, protocolou na Procuradoria Geral da



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

República uma notícia-crime acusando-o de, sendo funcionário público, não ter apresentado informações sobre práticas criminosas que alardeava conhecer.

A CPI, por sua vez, explicou que não convocava o ministro para depor porque entendia que ele queria transformá-la em um foro de debate de temas desvinculados do assunto da comissão. Ainda em junho, a Justiça Federal de Brasília decidiu citar no dia 17 o presidente da República para que apresentasse o dossiê, frustrando os senadores da CPI, que esperavam que ACM fosse o citado. Seis dias depois, em resposta a um pedido de interpelação apresentado ao STF pelo senador Maurício Correia (PDT-DF), um dos membros da CPI da Corrupção, o tribunal lhe concedeu 48 horas para confirmar ou desmentir a existência do dossiê. Os documentos não foram apresentados na data marcada, nem no mês seguinte. Antônio Carlos Magalhães ameaçava divulgá-los pela imprensa caso a CPI não o convocasse a depor. Finalmente, no dia 3 de agosto o STF decidiu arquivar o inquérito, seguindo o parecer do relator, que entendeu que não havia relação de dependência entre o exercício do cargo de ministro e o conhecimento dos crimes supostamente denunciados no dossiê. Antônio Carlos, contudo, insistiu no assunto. Em setembro, enviou um documento ao senador Humberto Lucena, presidente do Senado, oferecendo-se para prestar declarações no plenário da casa sobre o dossiê contra os membros da CPI da corrupção, sob a alegação de estar convencido de que não seria convocado a depor. O oferecimento foi discutido no Senado, tendo a maioria se manifestado contrária ao pedido do ministro por não haver amparo regimental.

Crítico da Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, ACM reagiu quando, em solenidade comemorativa do evento, o deputado Ulysses Guimarães lançou violentas críticas ao regime militar. O ex-presidente da Constituinte era, no seu modo de ver, o principal responsável pelos problemas econômicos enfrentados pelo país após o início da redemocratização, já que indicara pessoalmente dois ministros da Fazenda. Acusou amigos de Ulysses de terem recebido dinheiro de bancos oficiais durante o período ditatorial e anunciou possuir um dossiê com as provas. O primeiro nome citado era o de Waldir Pires, governador da Bahia, contra o qual repetiu denúncias feitas em 1986 durante a campanha para o governo do estado e que lhe valeram, agora, um processo no Supremo Tribunal Federal (STF) por crime de difamação e injúria, que seria arquivado em janeiro do ano seguinte.

O relator da CPI da Corrupção no governo federal, Carlos Chiarelli, divulgou no dia 2 de novembro o relatório final de oito meses de investigações. Foram acusados de crime de responsabilidade o presidente José Sarney e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, além de quatro ex-ministros e 27 outras pessoas. No dia 29, ACM divulgou um dossiê contra Chiarelli. Os documentos apresentados pretendiam provar que o político gaúcho se valera de recursos irregulares para obter verbas públicas para seus redutos eleitorais, financiamentos para casa própria, crédito educativo e empregos para parentes. No dia seguinte a CPI aprovou o relatório por nove votos contra um.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Na sucessão de Sarney

Um dos quatro ministros civis que permaneciam no governo desde a posse de José Sarney em 1985, nos primeiros dias de março de 1989 Antônio Carlos Magalhães sofreu um infarto. Submetido a uma delicada intervenção cirúrgica, voltou à atividade política engajando-se nas discussões sobre as eleições presidenciais marcadas para o fim do ano. Em agosto de 1988 fora o primeiro membro do governo a abordar o problema sucessório, admitindo a hipótese de candidatar-se a vice-presidente da República em chapa com Jânio Quadros, então prefeito de São Paulo. Em dezembro de 1988 declarou a O Estado de S. Paulo que estava preocupado com a falta de um candidato de centro em condições de competir com Leonel Brizola (PDT) e Luís Inácio Lula da Silva (PT), então considerados os mais fortes postulantes à presidência da República. Os nomes que haviam surgido no centro, como Guilherme Afif Domingos, do Partido Liberal (PL), e Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), não lhe pareciam com potencial para derrotá-los.

Sua primeira opção, em 1989, foi Aureliano Chaves. Defendeu Aureliano até que sua candidatura começou a estagnar, enquanto crescia aceleradamente a candidatura de Fernando Collor. Com a vitória de Collor sobre Lula no segundo turno, em dezembro, indicou Joel Rauber, presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para o Ministério das Comunicações, que seria transformado em uma secretaria do então criado Ministério da Infraestrutura.

Em sua gestão no Ministério das Comunicações, adotou medidas importantes como a implantação do sistema Telestrada — serviço de comunicação concebido para interligar a frota nacional de caminhões com a rede telefônica do país de maneira a ampliar a margem de segurança dos caminhoneiros contra assaltos; a inauguração do Serviço

Especial de Televisão por Assinatura, a TV a cabo, sistema em que os sinais são transmitidos apenas para assinantes; a criação da Empresa Brasileira de Comunicações (Radiobrás), e a instalação da telefonia móvel no país.

De volta ao governo da Bahia

Em junho de 1990 Antônio Carlos Magalhães lançou-se candidato à sucessão de Nilo Coelho (PMDB) no governo da Bahia, apoiado por uma coligação formada pelo PFL, PTB, Partido Liberal (PL) e Partido Democrata Cristão (PDC). Contando com o apoio de cerca de 2/3 dos 415 prefeitos baianos, elegeu-se em outubro, derrotando por ampla margem de votos Roberto Santos, candidato situacionista.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Em seus primeiros pronunciamentos como governador eleito, ainda antes da posse, garantiu ao presidente Collor apoio à proposta de antecipação da revisão constitucional prevista para 1993. Entre os itens da Constituição que deveriam ser modificados, citou a gratuidade do ensino superior, que não deveria valer para quem tivesse recursos, e a estabilidade condicional do servidor público, que deveria ser regulada pela eficiência. Embora tecesse críticas à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, defendeu a aproximação dos governadores com o presidente em uma tentativa de elaborar um plano de entendimento nacional.

Empossado em 15 de março de 1991, não recebeu o cargo de seu antecessor, que viajou para São Paulo no dia da cerimônia. Em resposta, declarou que estava satisfeito por receber o governo das mãos do povo e anunciou uma devassa para apurar irregularidades na gestão que findava. Encontrando as finanças baianas em estado gravemente deficitário, decretou uma espécie de moratória proibindo temporariamente qualquer movimentação financeira que implicasse pagamentos de débitos do estado. Em abril desencadeou uma campanha contra o pagamento de altos salários a funcionários federais cedidos ao governo baiano. Ainda nesse mês o ex-governador Nilo Coelho teve suas contas referentes a 1990 rejeitadas pelo Tribunal de Contas da Bahia. A ação prosseguiria em julho de 1991, com a entrega à Procuradoria Geral da República de um dossiê com acusações de crimes de falsidade ideológica, peculato e prevaricação. Em março de 1993, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiria arquivar o inquérito contra Nilo Coelho, inocentando-o.

Buscando apresentar-se como uma liderança nordestina, ainda em abril de 1991 ACM propôs, durante a solenidade de posse do novo superintendente da Sudene, a reforma da direção do órgão, com a redução do número de membros do conselho deliberativo e a consequente ampliação dos poderes de voto e de veto dos nove governadores do Nordeste e do governador de Minas Gerais. Conseguiu isso alguns dias depois, em reunião com o presidente Fernando Collor. No mês seguinte, reivindicou que recursos federais de São Paulo fossem destinados a estados do Nordeste, como uma forma de reduzir as diferenças entre as condições de vida de paulistas e nordestinos e de ampliar o apoio parlamentar aos projetos do governo no Congresso.

Iniciou também, em 1991, uma ofensiva moralizadora da política estadual, inspirada em pesquisas de opinião que apontavam a impunidade dos corruptos como um dos mais graves problemas do país. Em agosto afirmou que a corrupção se alastrava na administração pública em todos os níveis, mas defendeu o presidente Fernando Collor, em quem reconhecia “um homem de excelentes qualidades” como político e administrador. Para superar a crise que o país atravessava, entendia que o presidente precisava acabar não apenas com os “marajás”, mas com a corrupção em geral, o que lhe devolveria a credibilidade. Em setembro enviou à Assembleia Legislativa baiana projeto de lei criando a Procuradoria de Combate a Atos de Corrupção e Improbidade Administrativa, que seria subordinada à Procuradoria Geral do Estado.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Com o agravamento das denúncias de corrupção no governo federal, tornou-se em fins de 1991 um dos líderes da campanha pela demissão de alguns ministros acusados de irregularidades em suas pastas, condição que algumas correntes políticas conservadoras impunham para negociar a formação de uma maioria de apoio no Congresso às propostas de reforma do governo. Benito Gama (PFL-BA), um dos deputados ligados a ACM, assumiu a presidência da CPI formada para apurar denúncias contra o presidente Fernando Collor feitas em maio de 1992 por seu irmão, Pedro Collor de Mello, que o acusou de ligações com um esquema de corrupção chefiado por Paulo César Farias, o PC, tesoureiro de sua campanha presidencial. Alguns dias depois, Antônio Carlos foi o orador do grupo de governadores que foram ao palácio do Planalto para a cerimônia de liberação de verbas para educação e saneamento e manifestaram solidariedade a Collor. Ao ser lançada, no Congresso e nas ruas das principais cidades do país, a campanha pela decretação do impeachment de Collor, opôs-se à medida, alegando que nada ainda fora provado contra ele e que esse dispositivo legal, carecendo ainda de regulamentação, não podia ser aplicado.

Publicamente, afirmava que o vice-presidente Itamar Franco não tinha condições morais para assumir a presidência da República, porque os votos para o cargo não lhe haviam sido dados, e sim a Fernando Collor. A perspectiva de mudança de governo não lhe era simpática. Afinal, era um dos chefes políticos mais influentes junto ao governo questionado. Sua área de influência no primeiro escalão incluía Ângelo Calmon de Sá, secretário de Desenvolvimento Regional — além de presidente e principal controlador do Banco Econômico, com sede na Bahia —, Ricardo Fiúza, ministro da Ação Social, Eraldo Tinoco, ministro da Educação, e Lafayette Coutinho, presidente do Banco do Brasil.

Enquanto procurava dar sustentação a Collor, ACM precisou enfrentar seus próprios problemas com uma CPI. Em agosto, o empresário Mário Garnero confirmou, na CPI formada para apurar a venda da NEC, acusações de tráfico de influência anteriormente feitas a ele e a Almir Dias, ex-presidente da Telebrás, a respeito da transferência do controle acionário da empresa para Roberto Marinho. Em seguida, Rômulo Furtado, ex-secretário-geral do Ministério das Comunicações, corroborou as denúncias.

Enquanto isso a CPI do caso PC chegava ao fim. Antônio Carlos Magalhães tomou conhecimento do seu relatório final e considerou o texto benévolo com o empresário Paulo César Farias por não ter investigado a origem dos recursos que circulavam no seu esquema financeiro. Em fins de agosto de 1992, a imprensa já anunciava sua decisão de retirar o apoio a Collor. No Congresso, seu filho Luís Eduardo Magalhães, à frente de um grupo de cerca de 50 deputados do PFL, ainda defendia o presidente. Liberada a bancada pela direção nacional do partido para votar o pedido de impeachment de acordo com a consciência de cada um, atuou para impedir a aprovação da medida, defendendo a tese de que se tratava de uma luta política com o objetivo de barrar as reformas que o presidente pretendia implementar.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Embora continuasse a declarar publicamente que lideraria a oposição no caso de um eventual governo de Itamar Franco, liberou seu candidato a prefeito de Salvador, deputado federal Manuel Castro (PFL-BA), para anunciar, durante o programa eleitoral na televisão, que votaria a favor do impeachment de Collor. A atitude foi interpretada por alguns políticos baianos como uma tentativa de manter sua influência num eventual governo de Itamar, mesmo passando para a oposição. Manteve-se, contudo, em posição dúbia, já que o rompimento com o governo poderia lhe custar a influência que exercia em diversos órgãos federais. Por outro lado, o movimento contra Collor crescia aceleradamente na opinião pública, inclusive dentro de seu partido. Por isso, liberou os deputados sob sua influência para votar livremente, de acordo com a orientação nacional da cúpula do PFL. Anunciou, contudo, estar convicto de que a maioria votaria contra o impeachment, seguindo a orientação de seu filho.

Em 29 de setembro, a Câmara dos Deputados aprovou, por esmagadora maioria, a abertura do processo de impeachment e o afastamento do presidente. Empossado interinamente Itamar Franco em 2 de outubro, ACM manifestou desconfiança quanto à sua competência para fazer um bom governo e confirmou que lhe faria oposição. Em seguida, começou a articular o núcleo oposicionista com cerca de 40 deputados do PFL e outros partidos que apoiaram Collor até o fim. Embora o grupo não contasse com força suficiente para obstruir projetos do novo governo, serviria de plataforma de lançamento de sua candidatura presidencial em 1994, favorecida pelo fato de os principais candidatos em potencial estarem apoiando Itamar Franco, que assumiria definitivamente a presidência em 29 de dezembro, em virtude da renúncia de Collor e da decisão do Senado favorável ao seu impedimento.

Nas eleições municipais de outubro de 1992, Antônio Carlos Magalhães sofreu na Bahia os reflexos do apoio a Collor. Seus candidatos foram derrotados nas eleições para as prefeituras de Salvador, Feira de Santana e Itabuna, três das cinco maiores cidades do estado. Esse resultado não significou, contudo, que ACM tivesse perdido o prestígio junto à população. Sondagem realizada por um órgão de pesquisa de opinião pública constatou que seu governo tinha a aprovação de 74% dos baianos.

Ainda em novembro a CPI da NEC concluiu seus trabalhos, divulgando no dia 12 o parecer final do relator, deputado Luís Carlos Santos (PMDB-SP). Antônio Carlos Magalhães foi considerado culpado por ter agido ilegalmente ao determinar a suspensão dos pagamentos de equipamentos encomendados pela Telebrás à NEC em abril de 1986, ultrapassando os limites de sua autoridade, os preceitos da lei e os termos contratuais. O relatório não citou em sua primeira versão o jornalista Roberto Marinho, considerando regular a compra da NEC ao empresário Mário Garnero. Inocentado, Roberto Marinho afirmou que a CPI fora constituída com propósitos políticos, para atingi-lo e à Rede Globo.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

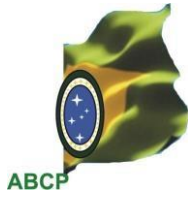
no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Retomando suas denúncias, em janeiro de 1993 Antônio Carlos Magalhães enviou ao presidente Itamar Franco informações sobre pagamentos feitos pelo governo federal a municípios quando faltavam menos de dez dias para o término dos mandatos de seus prefeitos. O principal acusado, dessa vez, era o ministro do Bem-Estar Social, Jutá Magalhães Júnior, seu adversário político na Bahia. Itamar o recebeu alguns dias depois em audiência pública, solicitando-lhe que detalhasse as denúncias na presença de representantes da imprensa. A iniciativa foi interpretada pelos analistas políticos como uma manobra do presidente com o fim de impedi-lo de reeditar a tática usada em relação à CPI da Corrupção no governo Sarney, quando manteve seus membros em estado de permanente defensiva sob ameaças de dossiês. Dois dias depois, o governo anunciou o início da apuração das denúncias. Em meados de fevereiro, a Ouvidoria Geral da República confirmou algumas delas, relativas à assinatura de convênios na área do Ministério do Bem-Estar Social. Em abril, outras denúncias foram confirmadas, agora pela presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Em contrapartida, um mês depois ACM viu-se, mais uma vez, como pivô de um inquérito, agora na área policial. Em depoimento na Polícia Federal, três empresários o acusaram de ter recebido irregularmente contribuições financeiras da construtora baiana Norberto Odebrecht, durante a campanha para o governo da Bahia. Segundo a denúncia, a contribuição fora feita por meio de uma operação triangular: a TV Bahia abriu na agência do Citibank em Salvador uma conta em nome de uma pessoa inexistente, onde a construtora depositara seiscentos mil dólares, transferidos em seguida para a TV Serra Mar, de Nova Friburgo (RJ), que repassara a quantia para a campanha de ACM, numa operação que, por não ter sido registrada nos livros da emissora, foi considerada ilegal pelo Banco Central. Antônio Carlos negou qualquer fundamento à acusação. Em abril, a Polícia Federal anunciou ter obtido cópia do cheque da TV Bahia usado para abrir a conta “fantasma”. O cheque era de uma conta da empresa no Banco Econômico. A Polícia Federal também passou a suspeitar que a conta tivesse sido utilizada para financiar sua campanha. Convidado em setembro a depor, recusou-se.

Dois meses depois, o delegado que presidia o inquérito foi afastado e atribuiu o fato a pressões de Antônio Carlos. Este, por sua vez, em janeiro de 1994 enviou à Polícia Federal o resultado de perícias feitas por um instituto privado de criminalística que concluíram ser falsos os laudos do Instituto Nacional de Criminalística sobre a autoria dos cheques depositados na conta “fantasma”. Em julho seguinte, foi formalmente acusado pela Procuradoria da República de ter financiado sua campanha com recursos da conta ilegal. Ao final, em novembro de 1994 foi excluído da lista de denunciados à Justiça Federal.

No início de 1994 Antônio Carlos Magalhães surgiu como candidato do PFL à presidência da República. O primeiro turno da eleição estava marcado para outubro e coincidiria com a escolha de governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Pesquisa de opinião realizada em março lhe atribuiu 5% das intenções de voto, atrás de Luís



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Inácio Lula da Silva, do PT (30%), Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (15%), Paulo Maluf (10%) e Leonel Brizola (6%), e empatado com Orestes Quécia.

O favoritismo do candidato do PT levou o PFL e o PSDB a entrar em negociações, visando a fortalecer a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda. A aliança, que incluiria algumas siglas menos expressivas e se consolidaria em julho, com a escolha do senador pefelista Marco Maciel para compor a chapa como candidato a vice-presidente, despertou fortes reações. Dentro do próprio PSDB surgiram críticas, segundo as quais Fernando Henrique traía suas antigas idéias socialistas para aliar-se a oligarquias do Nordeste e antigos colaboradores do regime militar. A essa altura, Antônio Carlos Magalhães já deixara o governo baiano em 1º de abril para concorrer ao Senado.

Com sua desincompatibilização e a do vice-governador Paulo Souto, que se afastara para disputar o governo estadual, Antônio Imbassahy, como presidente da Assembleia Legislativa, deveria assumir o governo baiano. Contudo, recusouse, pois preferia disputar um novo mandato de deputado estadual. Com isso, o governo da Bahia foi ocupado por Rui Trindade, presidente do Tribunal de Justiça, por 30 dias, até que a Assembleia Legislativa elegeisse o governador. Imbassahy foi então convencido por Antônio Carlos a disputar a eleição indireta. No dia 2 de maio de 1994, Imbassahy venceu a disputa, sendo imediatamente empossado pela Assembleia Legislativa no governo estadual.

Fortalecido pelo êxito de sua política de estabilização monetária (Plano Real) e pelos votos carreados pelo PFL, em especial por ACM na Bahia, o candidato do PSDB superou Lula por esmagadora maioria de votos já no primeiro turno. Nos estados, porém, a coalizão alcançou resultados menos expressivos: o PFL só elegeu governadores no Maranhão e na Bahia. Eleito senador, Antônio Carlos Magalhães teve sua força na política estadual evidenciada pelos resultados das eleições nos demais níveis: formou a maioria na Assembleia Legislativa, elegeu o outro senador, 22 dos 39 deputados federais e o governador, tendo enfrentado todas as demais forças políticas baianas em uma coligação oposicionista.

Por recomendação sua, Raimundo Brito foi indicado para o Ministério de Minas e Energia. E por veto seu, juntamente com o do embaixador do Brasil nos EUA, Paulo Tarso Flecha de Lima, seu amigo, o presidente eleito recuou da indicação de Luís Carlos Bresser- Pereira, ex-ministro da Fazenda e coordenador financeiro da campanha presidencial vitoriosa, para o Ministério das Relações Exteriores, afinal entregue a Luís Filipe Lampreia.

Outro indicativo da influência alcançada por ACM com a vitória eleitoral foi o resultado das pressões que vinha fazendo sobre o governo pela renegociação das dívidas dos cacauicultores, sua principal base política (o governador



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

eleito da Bahia, Paulo Souto, era produtor de cacau). A inadimplência de produtores nordestinos gerava polêmicas desde que os usineiros alagoanos receberam tratamento privilegiado do Banco do Brasil no governo de Fernando

Collor, mas Antônio Carlos Magalhães conseguiu a renegociação das dívidas dos cacauicultores baianos em condições especiais. Uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou o Banco do Brasil a renegociar 70 milhões de reais das dívidas sem limites de prazos ou juros mínimos.

No Senado

Tendo assumido sua cadeira no Senado no dia 1º de fevereiro de 1995, Antônio Carlos assistiu no dia seguinte à eleição de seu filho, Luís Eduardo, para a presidência da Câmara dos Deputados, com o apoio do governo federal.

Também para o Senado trouxe seu estilo explosivo: só no primeiro semestre atritou-se com os senadores Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Humberto Lucena (PMDB-PB) e Ademir Andrade (PSB-PA). Em seu discurso de estréia, em 15 de março, fez sérias restrições ao Poder Judiciário, atribuindo-lhe práticas de corrupção, nepotismo e morosidade. Questionou os fundamentos legais de suas interferências no Legislativo e criticou os juízes por não cumprirem prazos impunemente e não condenarem acusados ricos. Discutindo o fato de o cargo de juiz ser vitalício, concluiu que os parlamentares tinham medo do Judiciário e que já era tempo de mudar a situação. As críticas despertaram reações irônicas de juízes, que entenderam que o senador estava “tomando as dores do filho”, que recentemente tivera um pleito sobre assunto interno da Câmara dos Deputados vetado por despacho de um ministro do STF. Intimado pelo tribunal a explicar as denúncias, ACM voltou a criticar os juízes, citou irregularidades em órgãos e defendeu o controle externo do Judiciário.

Em agosto, envolveu-se na crise gerada pela intervenção do Banco Central no Banco Econômico, sétima maior instituição bancária do país, que registrava um déficit de três bilhões de reais. Até a véspera, negociara com o governo uma forma de evitar que a intervenção fosse transformada em liquidação do banco e conseguiu do presidente da República a promessa de que o Banco Central garantiria os depósitos dos clientes. Qualificou, porém, a medida como mais um ato injusto contra a Bahia e o Nordeste, acusando o Banco Central de discriminação, pois teria dado tratamento diferenciado às crises do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj). Na noite do dia 11, divulgou nota afirmando que o presidente Fernando Henrique Cardoso não exercera sua autoridade para impedir a intervenção no Banco Econômico e apontando o Banco Central como o maior responsável



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

pelo episódio, já que teria fiscalizado recentemente o Econômico sem apresentar qualquer restrição ao seu balanço, que registrava lucro.

Alegando não ter garantias de que a promessa do presidente em relação aos correntistas seria cumprida, no dia 14 ameaçou apresentar um dossiê com irregularidades cometidas no sistema financeiro e pelo Banco Central. No dia seguinte, apresentou ao presidente uma proposta, formulada pelo consultor Daniel Dantas e endossada pela bancada baiana do PFL, de preservar o Econômico da intervenção e possível liquidação: estatização do banco pelo governo da Bahia, que desapropriaria ações de Ângelo Calmon de Sá, controlador da instituição, mediante pagamento simbólico de um real. A idéia foi aceita pelo presidente, que condicionou o fim da intervenção à apresentação, pelo governo baiano, de garantias reais de que o banco poderia voltar a operar normalmente. A decisão presidencial provocou sérias preocupações na base de apoio do governo, desagradando ao PSDB por parecer prestigiar o PFL. Em vista do acordo, ACM recuou das ameaças contra o sistema financeiro e o Banco Central, que seriam feitas “na época própria”. Desafiado pelo presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, a apresentar o dossiê, negou sua existência. De qualquer maneira, suas relações com o governo, e especialmente com o presidente da República, saíram do episódio desgastadas, pondo em risco a aprovação dos projetos do Executivo no Congresso, no que dependesse da bancada do PFL baiano.

Apesar disso, manifestou-se a favor da reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Enquanto tramitava no Senado a emenda que acabava com a proibição da reeleição para presidentes, governadores e prefeitos, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, viajou pelos Estados Unidos e, de lá, lançou a candidatura do presidente à reeleição. Aliás, já defendera essa posição em termos gerais em 1986, quando se declarara favorável ao direito de reeleição para os chefes de Executivo em todos os níveis, para impedir que os tecnocratas assumissem o lugar dos políticos.

Em novembro de 1995, Antônio Carlos Magalhães instalou, sob sua presidência, a supercomissão que reuniu três comissões do Senado para analisar o contrato que o governo federal pretendia assinar com a empresa norte-americana Raytheon, encarregada de implantar o Projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia). Orçado em 1,4 bilhão de dólares, o projeto objetivava instalar radares na região amazônica para controlar o tráfego aéreo, fiscalizar as fronteiras e combater o tráfico de drogas e o contrabando. Os problemas haviam começado em fevereiro de 1995 com denúncias de que a companhia francesa Thompson cometera irregularidades para vencer a concorrência para o fornecimento de equipamentos ao projeto. O governo norte-americano passara, então, a pressionar o Brasil a escolher a Raytheon. Em março, Antônio Carlos pediu no Senado a revisão do contrato, que foi assinado em maio e suspenso em julho por liminar concedida pela Justiça Federal, cassada logo depois, sob alegação de que a interrupção do projeto causaria graves prejuízos aos interesses nacionais. Ainda em maio, a Engenharia de Sistemas de Controle e Automação (ESCA), empresa escolhida sem licitação para coordenar o projeto, foi afastada em decorrência da descoberta de que se apresentara com documentação falsa. Em novembro, foram gravadas conversas telefônicas do



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

chefe do Cerimonial do Planalto, Júlio César Gomes dos Santos, que revelavam sua participação no tráfico de influência praticado em benefício da Raytheon. Acusado de mandante da escuta telefônica, o presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), Francisco Graziano, se afastou do cargo, atitude imitada pelo ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, citado nas gravações. Para evitar a formação de uma CPI para apurar indícios de corrupção na contratação do sistema, Antônio Carlos propôs o cancelamento do projeto. Derrotado, e constituída a supercomissão sob sua presidência, defendeu uma investigação ampla sobre assuntos como a escuta telefônica, o contrato do Sivam e o sigilo bancário dos envolvidos, mas esbarrou na resistência do PMDB, que conseguiu restringir o escopo da investigação ao Sivam.

Os desdobramentos políticos do caso Sivam opuseram-no ao presidente Fernando Henrique Cardoso, empenhado na manutenção do contrato. Pelo mesmo motivo, entrou em rota de colisão com governadores do PMDB e do PSDB. Enquanto o Senado não chegava a uma conclusão, o governo prorrogou o contrato comercial com a Raytheon até 23 de janeiro seguinte. Depois dessa data, o contrato poderia ser renovado mais vezes por períodos de 30 dias, mas só teria validade quando o financiamento de 1,4 bilhão de dólares fosse avalizado pelos senadores.

Em 1996 senadores do PSDB e do PFL, até então favoráveis à suspensão do contrato, começaram a dar sinais de mudança de posição, provocando uma reversão da tendência do Senado. Quase isolado, ACM, depois de participar de uma reunião no dia 16 de janeiro com o presidente da República, anunciou a antecipação do fim das investigações e da decisão sobre o projeto Sivam para início de fevereiro. Manteve-se, contudo, disposto a votar contra o projeto quando a proposta fosse para o plenário do Senado, porque acreditava, com base na leitura de documentos e na análise de diversos depoimentos, que o processo apresentava irregularidades. Alguns dias depois protagonizou mais um entrevero no Senado ao questionar o brigadeiro Ivan Frota, convidado para depor sobre o Sivam, sobre denúncia que fizera, de que parlamentares estariam vendendo seu voto para aprovar o projeto. “Não retiro uma palavra do que disse”, respondeu Frota. Antônio Carlos encerrou abruptamente o depoimento e, após a sessão, brindou o militar com uma série de qualificativos pouco lisonjeiros.

Contra seu voto, a supercomissão recomendou em fevereiro a aprovação do contrato do governo brasileiro com a Raytheon. No dia 23 de maio, o Senado, em votação de que se absteve alegando a condição de presidente da supercomissão, aprovaria o projeto que autorizava a captação dos empréstimos necessários à execução do Sivam.

Enquanto se desenrolava o caso Sivam, foi divulgado oficiosamente, em dezembro de 1995, o conteúdo parcial de uma pasta de documentos pertencente ao Banco Econômico, que estaria em posse do Banco Central, com uma lista de beneficiados com doações financeiras na campanha eleitoral de 1990. Entre eles, Antônio Carlos Magalhães se destacava como destinatário das maiores doações, que teriam atingido 1,1 milhão de dólares numa época em que a



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

legislação proibia financiamentos desse tipo por empresas. Negando ter recebido o dinheiro, exigiu, com outros políticos citados, que o Banco Central divulgasse o conteúdo da pasta. Ameaçou também apresentar um dossiê sobre a instituição e fazer uma representação à Procuradoria Geral da República contra seus diretores. Ao final, limitou-se a enviar, no dia 13 de dezembro, um ofício ao procurador-geral, solicitando informações sobre o tratamento supostamente diferenciado adotado pelo Banco Central nas intervenções no Banco Econômico e no Banespa. O caso transformou-se em inquérito no STF, que seria arquivado em fevereiro de 1996.

A discussão do caso do Banco Econômico permitiu a participação de ACM em mais um episódio violento no Senado, durante o depoimento do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. A imprensa atribuiu seu comportamento à convicção de que o Banco Central estava atrasando o acordo definitivo em relação ao Banco Econômico, o que o fizera ameaçar comparecer à sessão com documentos comprobatórios de irregularidades no sistema financeiro. Em abril de 1996, o governo patrocinou a compra do Banco Econômico pelo Banco Excel. Antônio Carlos, que, no mês anterior, se tornara membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, parabenizou a equipe econômica do governo pela solução encontrada.

No segundo semestre de 1996, sua atenção se dirigiu para as eleições municipais marcadas para 3 de outubro. Em Salvador, a sucessão poderia apresentar um resultado inédito, já que ACM, apesar de sua força no interior do estado, sempre fora derrotado em eleições diretas na capital e agora tinha chances efetivas de eleger o prefeito pelo voto popular. A prefeita Lídice da Mata (PSDB) enfrentara sérios problemas políticos para administrar a cidade, e seu candidato não aparecia em posição confortável nas pesquisas de intenção de voto. Já Antônio Imbassahy, do PFL e apoiado por Antônio Carlos, surgia em primeiro lugar, com larga vantagem sobre os demais concorrentes. Após uma campanha com claras referências a ACM, enaltecido como grande administrador, Imbassahy foi eleito com 51% dos votos válidos.

A eleição para a presidência do Senado estava prevista para 1997, mas já na segunda quinzena de agosto de 1996 esboçavam-se blocos em torno de prováveis candidaturas. Desde julho, a imprensa fazia referências a um acordo que estaria sendo costurado em torno de Antônio Carlos entre o PSDB, o PFL e o Partido Progressista Brasileiro (PPB), liderado por Paulo Maluf, seu tradicional adversário e então prefeito de São Paulo. A articulação dependeria da disputa pela presidência da Câmara dos Deputados que, se viesse a ser ocupada pelo PMDB, partido majoritário, daria ao PFL a preferência para aliar-se a outras agremiações no Senado para eleger o presidente da Casa.

Antônio Carlos Magalhães tomou a iniciativa de articular sua candidatura. Intensificou conversações com Paulo Maluf, para formar um bloco PFL-PPB, com o que se constituiria uma nova maioria no Senado. Uma tradição da Casa rezava que não se disputava o cargo de presidente, mas o PMDB reagiu: fez contatos com outros partidos e lançou o nome de Íris Resende (PMDB-GO), o que levaria a eleição para o plenário, onde a escolha se faria pelo voto secreto.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

ACM conseguiu, antes do final do ano, o apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso, interessado na aprovação de uma emenda constitucional que acabasse com o veto à reeleição dos presidentes da República. Também seu exdesafeto Paulo Maluf o apoiava com os votos do PPB, tendo respondido a emissários do PMDB que o procuraram para pedir sustentação para seu candidato que tinha compromisso com Antônio Carlos desde antes de Íris Resende candidatar-se. Na Câmara dos Deputados, o governo apoiava o candidato do PMDB, Michel Temer (SP), mas o próprio partido do presidente, o PSDB, defendia outro nome, o de Wilson Campos (PE), representante do chamado “baixo clero”, formado por parlamentares com pouca expressão.

Defendendo a tese de que sua sustentação política dependia do equilíbrio entre PMDB e PFL no comando do Congresso, e mirando a reeleição, o governo adotou como estratégia afirmar que era necessário evitar qualquer possibilidade de disputa entre candidatos da base governista. Assim, para o PSDB e o PFL garantirem a eleição de Michel Temer na Câmara, o PMDB precisava apoiar Antônio Carlos no Senado. As candidaturas de Íris Resende e Wilson Campos constituíam, portanto, obstáculos ao acordo.

Nos primeiros dias de janeiro de 1997, a eleição para a presidência do Senado foi marcada para 4 de fevereiro, ficando a eleição na Câmara para depois. O calendário permitia que ACM conseguisse os votos dos senadores do PMDB, e Temer, o apoio dos deputados do PFL, se o candidato pefelista vencesse no Senado. Em 5 de janeiro, a candidatura de Íris Resende ao Senado ganhou o apoio de sete deputados baianos, que enviaram correspondência aos senadores dizendo que o Brasil “não pode se transformar em uma imensa Bahia colonial”. Faziam referência ao poder familiar que adviria da eleição de Antônio Carlos Magalhães para a presidência do Senado enquanto seu filho organizava a sucessão na Câmara dos Deputados e a discussão da emenda da reeleição. Luís Eduardo Magalhães propusera um cronograma pelo qual a comissão especial da Câmara votaria a emenda da reeleição em 13 de janeiro, mas a fixação da data dependia da convenção do PMDB, marcada para o dia 12 de janeiro. De qualquer maneira, pai e filho se encontravam em processo de franco fortalecimento político, havendo até quem, como o senador Pedro Simon (PMDB-RS), detectasse a existência de um projeto familiar — o da “família imperial”: seria na gestão de Luís Eduardo que a Câmara aprovaria a reeleição, se fosse obedecido o cronograma por ele proposto, enquanto no Senado a aprovação se daria no mandato de ACM, caso ele fosse eleito presidente da Casa.

O cronograma da reeleição foi abalado pela decisão tomada pelo PMDB em convenção, no sentido de só votar a emenda depois da escolha dos novos dirigentes do Congresso. O governo conseguiu aprovar a emenda no dia 28 de janeiro de 1997, e no dia 4 de fevereiro Antônio Carlos Magalhães sagrou-se presidente do Senado, com 52 votos contra 28 dados a Íris Resende. No dia seguinte, o deputado Michel Temer venceu a disputa pela presidência da Câmara. Os dois presidentes fizeram seus primeiros pronunciamentos pregando a independência do Congresso em relação ao palácio do Planalto.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Na Presidência do Senado

Em suas primeiras medidas como presidente do Senado, ACM anunciou a intenção de moralizar e racionalizar o uso dos recursos da Casa. Determinou a suspensão das viagens que seriam feitas por servidores da Gráfica e do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) por sete capitais brasileiras e três países da Europa para participar de feiras do livro; estabeleceu limites à realização de manifestações populares em frente ao Congresso; suspendeu a realização das obras previstas na Casa, ainda não iniciadas; proibiu o desvio de função; implantou o controle do ponto dos funcionários; reduziu as cotas de papel para uso individual dos senadores; estabeleceu a cobrança dos serviços oferecidos pela Casa para o público externo; criou uma taxa de ocupação a ser paga por bancos, partidos, agências de viagens e todas as empresas ou entidades instaladas gratuitamente no Senado, e exonerou 33

servidores que ocupavam cargos de confiança na gestão do seu antecessor, embora sem extinguir os respectivos cargos.

Sua gestão encontrou já agendadas ou em discussão importantes questões políticas, como a emenda da reeleição e a CPI instalada em janeiro com o fim de investigar a emissão de precatórios por governos estaduais e prefeituras. A tramitação da emenda da reeleição foi tumultuada. Em maio o governo foi acusado de comprar votos, e a oposição tentou, sem êxito, constituir uma CPI para apurar a denúncia. Enfim, em junho a emenda foi aprovada definitivamente no Senado.

Antônio Carlos, que, por sua condição de presidente do Senado, era o terceiro nome na linha sucessória em caso de impedimento do presidente da República, se tornaria rapidamente um dos mais poderosos políticos do país, chegando a ser novamente comparado a um primeiro-ministro. Luís Eduardo, por seu turno, se destacaria na defesa dos interesses governamentais como líder do governo na Câmara, e seria lembrado em diversas ocasiões como candidato a governador da Bahia e vice-presidente da República.

Durante o ano de 1998, ACM presidiu no Senado a adoção de medidas de importante sentido político. Aprovada pelos senadores em 13 de janeiro, a lei que criou o contrato temporário de trabalho, reduzindo os gastos do empregador com mão de obra e as garantias sociais dos trabalhadores, foi sancionada uma semana depois pelo presidente da República. No dia 4 de fevereiro, os senadores votaram unanimemente a favor da Lei do Direito Autoral, que vinha tramitando no Congresso havia quase dez anos e que consolidou a legislação sobre o assunto no país, adequando-a às novas tecnologias de reprodução e divulgação eletrônicas. Já o projeto de reforma administrativa, também objeto de demorada tramitação, foi aprovado em 11 de março por 56 votos contra 16 e uma abstenção, estabelecendo a possibilidade de demissão de servidores por “insuficiência de desempenho”.



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

Em abril, Antônio Carlos sofreu grave abalo com a súbita morte de seu filho Luís Eduardo. Ainda sob impacto, presidiu em 12 de maio a aprovação da abertura do mercado dos planos de saúde à concorrência estrangeira. No mês seguinte, o Senado decidiu, por unanimidade, o fim da Lei de Imprensa que vigorava desde 1967, quando o país estava sob regime militar.

As eleições gerais de outubro de 1998 reafirmaram a expressão eleitoral do poder político de ACM, que apoiou a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. César Borges, seu candidato ao governo da Bahia, elegeu-se já no primeiro turno, com 69,91% dos votos válidos, tendo perdido apenas em três dos 415 municípios baianos. Seu grupo elegeu, ainda, 46 dos 63 deputados estaduais e 26 dos 39 deputados federais pela Bahia.

Em fevereiro de 1999, Antônio Carlos foi escolhido presidente do Senado por mais um biênio. Estava na agenda desse novo mandato a votação de novas medidas de ajuste econômico-financeiro, que deveriam completar as reformas que o governo federal vinha tentando implementar. No ato de posse, ACM denunciou a ação especulativa de "agentes econômicos gananciosos, comandados por instituições financeiras", que, com suas operações de câmbio, já teriam provocado "perdas e ganhos da ordem de 7 bilhões de reais". Cobrou do governo uma ação "eficaz e urgente" contra essas operações especulativas, por meio dos instrumentos de política monetária e "principalmente do seu poder de fiscalização e regulação dos mercados financeiros". Anunciou que as reformas política e tributária seriam a prioridade do Congresso no ano e defendeu a reforma do Judiciário, com a extinção de tribunais. Da Câmara dos Deputados, cobrou a aprovação de projetos que já haviam passado pelo Senado, como o novo Código Civil, a regulamentação de medidas provisórias e o efeito vinculante, mecanismo que obrigaria as instâncias inferiores da Justiça a seguir decisões consolidadas do STF.

O Judiciário foi o primeiro alvo de ACM no Senado. Declarações sobre a existência de corrupção no Judiciário lhe valeram uma interpelação judicial apresentada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Poucos dias depois, começou a articular a criação de uma CPI para apurar denúncias, mas que abrisse, também, uma discussão nacional sobre o Judiciário visando à sua reestruturação, o que incluiria o fim de órgãos por ele considerado inúteis, como as justiças do Trabalho e Militar. Em protesto contra o senador, os juízes federais de primeira instância de oito estados e do Distrito Federal paralisaram por um dia suas atividades. O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Tourinho Neto, afirmou que o país estava à beira de uma ditadura e que, para chegar lá, só faltava acabar com o Judiciário.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil confirmada pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

Finalmente, em 25 de março de 1999, o Senado aprovou, de acordo com proposta de ACM, a formação de uma CPI para investigar casos de irregularidades no Poder Judiciário: 1) licitação e contratação de obras e serviços sem observância das normas legais, como a construção do edifício-sede das Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo; 2) emprego irregular de recursos públicos, a exemplo do ocorrido no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba; 3) nepotismo e nomeações irregulares, como ocorrido nos Tribunais Regionais do Trabalho da Paraíba e do Maranhão; 4) casos de vultosas indenizações calculadas com o intuito de lesar o Erário. Instalada em 8 de abril, a CPI tinha o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) na presidência e, na relatoria, o senador Paulo Souto (PFL-BA), ligado a ACM.

Criticada, em particular por magistrados, e acusada de oportunista, coronelista, contrária ao princípio constitucional da separação dos poderes, e de ter-se constituído em verdadeiro tribunal de exceção, a CPI concluiria seus trabalhos e divulgaria o relatório final em 17 de novembro de 1999, apresentando, entre as “recomendações gerais”, várias medidas relativas ao Judiciário: instituir o controle externo do Poder Judiciário; elaborar uma nova lei que definisse os crimes de responsabilidade, uma vez que a lei em vigor, de 1950, além de conflitar parcialmente com a Constituição, não contemplava os crimes de responsabilidade de magistrados dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos juízes federais, desembargadores e membros do Ministério Público, determinando-se, no caso, a competência do STF para o processo e julgamento; requisitar do Ministério Público providências no sentido de exigir a aplicação dos dispositivos legais e regimentais em vigor, que proibiam a nomeação de parentes e afins para órgãos do Poder Judiciário, com a apuração de responsabilidade penal, civil e disciplinar, com o devido ressarcimento dos cofres públicos (ação civil pública e ação de improbidade); recomendar ao Ministério Público que utilizasse com mais frequência as medidas previstas no art. 198 do Código de Processo Civil para a punição de juízes desidiosos que não cumprissem os prazos da lei, possibilitando-se a apuração da responsabilidade do juiz faltoso e o julgamento do prazo por outro magistrado, até que nova lei definisse os crimes de responsabilidade por desídia, com a perda do respectivo cargo.

A CPI sugeriria, ainda, duas alternativas para a reformulação da Justiça do Trabalho. A primeira consistia em extinguir o Tribunal Superior do Trabalho (TST), remanejando sua competência para o Superior Tribunal de Justiça, com a criação de turmas e seção especializada em matéria trabalhista, aproveitando-se nelas os ministros do TST, e pondo em disponibilidade os não aproveitados; extinguir os Tribunais Regionais do Trabalho, remanejando sua competência para os Tribunais Regionais Federais, com a criação de turmas e seção especializada em matéria trabalhista, aproveitando os juízes e pondo em disponibilidade os não aproveitados; extinguir as Juntas de Conciliação e Julgamento, remanejando sua competência para Justiça Federal comum, com o aproveitamento dos juízes togados e a disponibilidade dos não aproveitados; extinguir a representação classista, com sua disponibilidade ou permissão para cumprir seu mandato. A segunda possibilidade implicava a manutenção parcial da Justiça do Trabalho, com a reformulação da competência do TST e a redução do número de ministros, e, conseqüentemente, redução do número de Tribunais Regionais do Trabalho e extinção das Juntas de Conciliação e Julgamento, que seriam substituídas por Varas de Trabalho. Em qualquer das hipóteses, propunha-se a extensão aos Juizados Especiais (art. 98 da CF) de

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil

competência trabalhista e a criação de comitês de arbitragem, sem ônus para os cofres públicos, estudando-se a possibilidade de exigir sua atuação antes de se apresentarem certas demandas à Justiça do Trabalho ou à Justiça Federal comum; e a instituição de “quarentena” para os magistrados no caso de aposentadoria ou exoneração.

Poucos dias depois de lançada a CPI do Judiciário, o Senado aprovou, em 31 de março, outra comissão, que ficaria conhecida como CPI dos Bancos, encarregada de apurar, no prazo de 120 dias, fatos veiculados pela imprensa envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituíam o Sistema Financeiro Nacional, em especial procedimentos de administradores e proprietários denunciados como irregulares, entre os quais: a responsabilidade do Banco Central do Brasil na operação de socorro aos bancos FonteCindam e Marka, que possibilitou às referidas instituições bancárias a aquisição de dólares abaixo da cotação do dia; o vazamento de informações que propiciaram a diversos bancos lucros exorbitantes, por ocasião da maxidesvalorização do real em janeiro de 1999; a responsabilidade das instituições financeiras que se colocaram a salvo da desvalorização cambial, obtendo inclusive grandes lucros, enquanto seus correntistas e aplicadores tinham elevados prejuízos; a responsabilidade pela retirada do país, de forma irregular e fraudulenta, de cerca de 400 milhões de dólares, mediante a utilização dos Fundos de Investimento no Exterior (Fiex); os lucros obtidos por bancos estrangeiros, como decorrência da aplicação majoritária de seus recursos na aquisição de títulos públicos, em detrimento da concessão de crédito aos setores produtivos da economia nacional; a persistência da fragilidade do sistema financeiro nacional, após a maciça injeção de recursos através do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), evidenciada pela recente liquidação de diversos estabelecimentos bancários. A CPI instalou-se em 14 de abril, tendo como presidente o senador Bello Parga (PFL-MA), como vice o senador José Roberto Arruda (PFL-DF) e como relator o senador João Alberto Sousa (PMDB-MA). Em seu relatório final, divulgado em 15 de novembro de 1999, faria várias recomendações ao conselho de administração do Banco do Brasil, ao presidente do Banco Central do Brasil, ao plenário do Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Comissão de Valores Mobiliários, visando a apurar responsabilidades e prevenir a ocorrência de irregularidades semelhantes.

Em 20 de julho de 1999, ACM lançou no Senado a proposta de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A Emenda Constitucional nº 31, de 2000, criou o fundo nos níveis federal, estadual e municipal, com validade até 2010.

Diante da eleição para a presidência do Senado prevista para o início de 2001, ACM envolveu-se em violenta disputa com o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Barbalho venceu a eleição em fevereiro, e Antônio Carlos, sentido-se traído pelo PSDB, lançou-se a uma campanha de críticas ao governo federal, acusando-o de conivência com a corrupção, o que acabaria por levar à demissão de dois ministros que havia indicado: Rodolgo Tourinho (Minas e



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na

(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da

Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º

00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º

651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil

Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da

Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º

00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.º

651958.

Energia) e Waldeck Ornelas (Previdência Social). Em represália, assinou, em março, com Waldeck Ornelas, o requerimento da oposição que propunha a criação de uma CPI da Corrupção, com a finalidade de investigar o governo Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, contudo, ambos retiraram o apoio à iniciativa.

Ainda em fevereiro de 2001, ACM envolveu-se em outra crise. Segundo notícia que circulou na imprensa e nos meios políticos, teria confessado a procuradores do Ministério Público a violação do sigilo do voto eletrônico, em junho de 2000, na sessão de cassação do senador Luís Estevão (PMDB-DF), acusado de envolvimento em irregularidades financeiras. ACM teria recebido a lista com os votos dos senadores das mãos de José Roberto Arruda (PSDB-DF), então líder do governo na Casa. Os dois negaram o fato perante o Conselho de Ética do Senado, mas foram contraditados por Regina Borges, que na época exercia o cargo de diretora da Empresa de Processamento de Dados do Senado e relatou ter estado, no dia 27 de junho de 2000, na residência do senador Arruda, onde teria recebido o pedido, em nome do senador Antônio Carlos Magalhães, para violar o sistema eletrônico e obter a lista. Sem condições de sustentar a negativa, os dois, para não correrem o risco de ter os mandatos cassados, o que os tornaria inelegíveis por longo período de tempo, optaram por renunciar em fins de maio de 2001. ACM foi substituído por seu filho e suplente, Antônio Carlos Magalhães Júnior.

Nas eleições de 2002, ACM deu provas de vitalidade política: elegeu-se mais uma vez senador pela Bahia, assim como a seu companheiro de partido, César Borges. Paulo Souto, também de sua corrente política, conquistou o governo estadual, e o PFL fez 19 deputados federais em 35, entre os quais Antônio Carlos Magalhães Neto, e 16 deputados estaduais em 60.

ACM foi empossado em fevereiro de 2003, assumindo a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de importância estratégica pela capacidade de influenciar a tramitação de todos os projetos no Senado. Em setembro, foi denunciado pela Procuradoria Geral da República, sob acusação de formação de quadrilha e de utilização da estrutura da Secretaria de Segurança Pública da Bahia para realizar escutas telefônicas ilegais contra adversários políticos. No dia 17 de fevereiro, anunciou que desistia temporariamente da presidência da CCJ até que o inquérito da Política Federal a respeito dos supostos grampos fosse concluído, evitando constrangimentos para ele próprio, para o PFL e para o Senado. O caso acabaria arquivado pelo STF no ano seguinte, e ele seria reconduzido à presidência da CCJ em fevereiro de 2005.

Nas eleições gerais de outubro de 2006, ACM perdeu suas apostas, embora Antônio Carlos Magalhães Neto tenha obtido a reeleição para deputado federal. Para presidente da República, apoiou Geraldo Alckmin, candidato do PSDB, derrotado por Lula, do PT, que se reelegeu. Para governador da Bahia, Paulo Souto, que buscava a reeleição, também



A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na Presidência da República em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.

no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob Presidência da República Federativa do Brasil

foi superado pelo candidato do PT, Jaques Wagner, eleito já no primeiro turno, estabelecendo um corte na hegemonia da corrente liderada por ACM. Na disputa para o Senado, seu candidato, Rodolfo Tourinho, também disputando a reeleição, foi derrotado por João Durval, do PDT. Entendendo que a derrota do PFL na Bahia fora a mais expressiva do partido em todo o país, secundada pela da seção pernambucana, o presidente da agremiação, Jorge Bornhausen, a explicou pelo “fator Lula”, que teria sido muito forte em todo o Nordeste.

Em 14 de março de 2007, Antônio Carlos teve aprovado na CCJ projeto de criação de um fundo de combate à violência e apoio às vítimas da criminalidade, cujo montante anual devia ser de, no mínimo, três bilhões de reais. Pela proposta, o fundo iria vigorar até 2020 e previa linhas de crédito a agentes de segurança pública e vítimas da criminalidade em programas de habitação, bem como a criação de programas de saúde, educação e complementação de renda.

Após cerca de 40 dias internado, Antônio Carlos Magalhães veio a falecer no dia 20 de julho de 2007. Foi substituído no Senado por seu filho e suplente, Antônio Carlos Magalhães Júnior.

O grupo político-empresarial liderado por ACM teve na área de comunicações um dos seus principais pilares. Em 2009, controlava a TV Bahia, afiliada da Rede Globo desde 1987, seis retransmissoras no estado, o jornal Correio da Bahia, a BahiaSat Comunicações e a Rádio TropicalSat FM.

Casado com Arlete Maron de Magalhães, teve quatro filhos.

Além da obra citada, publicou O médico e a sociedade e Discursos parlamentares. Sobre sua vida, foram publicados Antônio Carlos Magalhães — política é paixão (1995), baseado em depoimento prestado a uma equipe de jornalistas, ACM e outras histórias de palanque (Itamar de Oliveira, 1999), Memórias das trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães (J. C. T. Gomes, 2001), “ACM: poder, mídia e política” (Antonio A. C. Rubim, em Comunicação & política, 2001), Tradição, autocracia e carisma. A política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia, 1954-1974 (Paulo F. Dantas Neto, 2006).

FONTES: CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertório (1967-1971); CÂM. DEP. Relação dos dep.; CAMPOS, Q. Fichário; Correio da Bahia (18/2/03); COUTINHO, A. Brasil; Dedoc texto; DITZ, E. Informática; Encic. Britannica; Encic. Mirador; Estado de S. Paulo (24/6/83, 16/9/84, 14/4, 31/7 e 17/12/85, 10 e 29/6 e 10/7/86, 9 e 14/1, 9/10, 26/11 e 22 e 23/12/87, 14 e 29/1, 12/2, 26/3, 22/4, 17/6, 15/7, 29/8, 16/9, 1/10 e 18/12/88, 8/4/89, 6/4

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada
Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro
n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de
Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na **ABCP** Presidência da República Federativa do Brasil
(Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da
Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º
00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o
651958.

e 1/8/91, 27/6, 25, 28 e 31/8, 1, 4, 19 e 26/9 e 1/10/92, 21 e 24/1, 1 e 2/5/93, 21/7, 16 e 18/8 e 14/12/95, 1, 6 e
28/3/96); Folha de S. Paulo (4/3 e 14/8/83, 15 e 16/9/84, 11 e 23/3 e 12/12/85, 9/1, 23/5 e 8/10/86, 8 e 9/3, 5/6,
30/10, 29/11, 6 e 21/12/87, 12 e 27/2, 23/3, 25 e 28/4, 16/5, 15/6 e 30/8/88, 15 e 22/3 e 13/6/90, 22/4 e 21/5/91,
29/8, 4 e 30/9, 13 e 18/11/92, 3/5/93, 22, 25 e 28/12/94, 3 e 17/1, 23/7, 3 e 20/8, 23/10, 29 e 30/12/95, 17/1, 14/2,
5/3, 5/4, 19 e 20/12/96, 3, 5, 6, 8, 16 e 19/1 e 7/3/97, 29/4/04); Globo (20/3/83, 15/10/84, 16/3, 2/5, 15/8, 1, 3, 12,
17 e 20/12/85, 3, 9 e 25/1, 12/2 e 21/7 e 29/8/86, 15/1, 29/8, 14/9, 2, 19, 23 e 26/11 e 30/12/87, 16 e 25/1, 5/2, 1/3,
9 e 16/4, 20/5, 24/6, 23/8, 25/10/88, 23/1, 22/7 e 17/12/89, 8/1, 16/3, 1/6, 13/7 e 17 e 18/9/91, 30/8 e 29/10/92,
15, 22 e 26/1 e 8/4/93, 4/2, 10 e 16/3, 1/4, 24/7, 2, 12, 15, 16, 17 e 18/8, 16/11 e 12 e 15/12/95, 16/1, 5/3, 24/5 e
18/7/96, 27/2 e 4/3/97); IstoÉ (21/8, 13/11 e 4/12/96, 22/1 e 12/2/97); Jornal do Brasil (18/4/75, 15/5/78, 6/11/83,
5/9 e 23/12/84, 10/3, 25/5, 4 e 28/6, 28/7, 7 e 31/8, 5 e 25/9, 22/11 e 12, 22, 24 e 28/12/85, 8/1, 26/2, 9, 10 e 21/7,
7 e 26/9/86, 5 e 11/6, 27/10, 3 e 16/11 e 28/12/87, 29/1, 13/2, 1 e 21/3, 16/4, 1/6, 4 e 5/8 e 30/11/88, 8 e 27/1, 31/5,
13/7 e 1/9/91, 3/7, 9 e 19/8 e 12/11/92, 16 e 26/1, 6 e 16/2, 26/3/93, 4/10/94, 10/2, 5/4, 20/7, 1, 12, 15, 16, 17, 18
e 22/8, 21, 23 e 28/11 e 16/12/95, 5/3/96 e 4/3/97); MELO, A. Cartilha; NÉRI, S. 16; Perfil (1974); Portal UOL (eleições
2002). Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2002>>; Portal Senado. Disponível em <http://senado.gov.br> Acesso
em 4/12/09; Blog Nina Dias. Disponível em <http://ninadiaspensenisso.blogspot.com> Acesso em 4/12/09; Portal UOL
Notícias. Disponível em <http://noticias.uol.com.br> Acesso em 3/12/09; Portal Consciência Net. Disponível em
<http://www.consciencia.net> Acesso em 4/12/09; Portal Radiobras. Disponível em <http://www.radiobras.gov.br>
Acesso em 4/12/09; Portal Direito a comunicação. Disponível em <http://www.direitoacomunicacao.org.br> acesso em
5/12/09; Portal Estado de S. Paulo. Disponível em <http://www.estadao.com.br> acesso em 3/12/09; Portal Folha de S.
Paulo. Disponível em <http://www.uol.com.br/fsp> Acesso em 4/12/09; República (6/97); SENADO. Dados biográficos
(1995-1999); Súmulas; VAITSMAN, M. Sangue; Veja (29/4/70, 26/1/72, 11/1 e 19/4/78 e 28/3/79, 2/3/83, 22/8/84,
7/12/88, 8 e 29/3/89, 25/12/91, 30/1/93, 19/1/94, 6/12/95, 13/7 e 11/12/96, 26/2/97 e 3/6/98); VIANA FILHO, L.
Governo.

A Academia Brasileira de Ciência Política, fundada em Uberlândia-MG e registrada no 5.º Ofício de Registro n.º 12.196 - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10/01/1991 - Protocolada na



no dia 7 de fevereiro de 1982 na Cidade de Civil das Pessoas Jurídicas do Estado de São Paulo sob

Presidência da República Federativa do Brasil (Gabinete Pessoal da Presidência da República) em 25/06/2003 e confirmado pela Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República em 04/07/2003 - Protocolada na Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) sob n.º 00187-0011422002-23 e registrada na ECOSOC /ESANGO / Organização da Sociedade Civil das nações Unidas ONU sob n.o 651958.



Fecho essa edição especial com a foto do melhor Colégio do Brasil o DOM PEDRO II de São Miguel Paulista, onde consegui verdadeiramente num sistema rígido de ensino liderada pela saudosa Diretora Neusa, eu nos dizia sempre está e a sua primeira casa.



Venha fazer parte desta grande família, faça também a sua história não deixe sua vida passar em branco.

e mail abcpcosupar@yahoo.com